

O time de Opinião está na página 4



Fernando Henrique



Alex Polari



Jacob Bittar



João Paulo

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL - ANO II - N.º 72 - Cr\$ 15,00 - DE 12 A 18 DE JULHO DE 1979

Atentado com 10 litros de ácido contra o EM TEMPO.
A mão estendida e o braço clandestino da repressão:

OS TERRORISTAS DESAFIAM FIGUEIREDO

HUGO BLANCO
Em Porto Alegre, dia 12. Em São Paulo, dia 13, sexta, às 14 hs., no Sindicato dos Jornalistas. Debate: "Constituinte, liberdades democráticas e socialismo".
Promoção: EM TEMPO e Setor Jovem do MDB de Porto Alegre.



Diante do atentado contra a sucursal de Belo Horizonte do EM TEMPO, o terceiro em menos de um ano, o general Figueiredo se pronunciou, por meio do ministro da Comunicação Social, Sahid Farhat, condenando "toda ação desse tipo, venha de onde vier". É a primeira vez, desde que a ditadura foi implantada em 1964, que um general-presidente vem a público para reagir contra um atentado terrorista que atinge a esquerda. O que isso significa? O que está acontecendo entre a "mão estendida" - que não é outra senão a do ex-chefe do SNI, hoje no trono - e o braço clandestino da repressão?

Nós não nos iludimos. A "mão estendida" e o "braço clandestino" fazem parte do mesmo corpo. O que não quer dizer que não possam se movimentar em ritmos diversos. Ou enfrentar contradições interessantes. Como agora.

Veja na página 5 a história do atentado terrorista, nossa opinião e exigências, e as manifestações de solidariedade que recebemos.

Nas páginas 6 e 7, o Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita, realizado no último fim de semana em São Paulo; as posições dos presos políticos do Rio de Janeiro e dos professores gaúchos sobre o projeto de anistia do governo; a denúncia de um pai angustiado pelo "desaparecimento" do seu filho; a violência policial no Rio, inclusive o caso Aézio; e a luta pela anistia trabalhista, que vem sendo incentivada pelos bancários.

Aqui, eis a nota oficial da Presidência da República:

..... "A propósito de atos de vandalismo, praticados contra a sucursal do periódico EM TEMPO, em Belo Horizonte o presidente João Figueiredo condenou hoje "toda ação desse tipo, venha de onde vier".

O presidente acrescentou o seguinte: "A violência não pode ser considerada argumento válido, instrumento de ação política, ou mesmo forma de repressão.

Esta, quando necessária, deve processar-se com restrito respeito à lei".

Light

QUEBRA-PAU NA ASSEMBLÉIA

Magri, o presidente do sindicato, num acesso de peleguismo raivoso, conseguiu o que queria: fazer passar a proposta patronal na assembleia dos eletricitários. Falando praticamente sozinho, Magri usou e abusou de mentiras, delações e força bruta.



Jesus Carlos

Página 9

Debate:

Etienne Balibar, que escreveu com Althusser "Para Ler o Capital", discute a questão do partido revolucionário em Marx e Lênin. Na Página 10

E mais:

★ Gama Filho

Crise na Universidade.
Opressão. Corrupção.
Violência.
Até o CCC está de volta.

(Página 7)

★ Código do Trabalho

Luiz Werneck Viana dá entrevista e diz que é contra.

(Página 12)

★ Nicarágua

Que semelhança terá depois de Somoza: com Cuba ou com a Bolívia?

(Página 11)

Crise energética

A reunião da Comissão Nacional de Energia no último dia 11 em Brasília foi uma decepção, exceto, talvez, para aqueles que dela participaram. Nada mais do que metas genéricas e desprovidas da especificação dos meios para atingi-las. Mas o documento secreto de Simonsen que vazou no começo da semana traçando uma política para fazer face à crise pode ser a orientação pela qual realmente o governo estará se pautando nos próximos passos. Na página 8, os resultados da reunião e uma análise dos impasses que o desenvolvimento da crise econômica vem impondo à "abertura de Figueiredo".

Próxima edição:

A entrevista exclusiva do psiquiatra italiano Franco Basaglia, comentando, entre outras coisas, o comportamento do preso diante dos seus torturadores. E o depoimento de um preso político, com 17 anos na época da prisão, contando sua experiência.

GERAIS

Quem entra?

É preciso dar uma definição sobre a reformulação partidária, se vai ter ou não, para acabar um pouco as fococas. Vejam só: um dia dizem que o Tancredo vai entrar no partido do Magalhães, outro dia dizem que o Magalhães vai entrar no partido do Tancredo e assim vai. E a gente que pensava que troca-troca era coisa de crianças, hem? (RVN)

A "cegueira" da Justiça

A romena Sanda Maria Bratosin tem uma filha brasileira, e por isso não podia - por lei - ser deportada do Brasil. Mas, fol. No dia 19 de fevereiro deste ano, não adiantou nem liminar do Supremo Tribunal Federal. O arbitrário ministro Armando Falcão expulsou mesmo Sanda do país (ex-

ministro não vai para a cadeia não?). Sanda está tentando voltar, agora. Se ela se chamasse Franz Wagner e tivesse sido responsável pela morte de 250 mil pessoas, não precisaria se preocupar. Não precisaria nem ter filho brasileiro nem nada. Teria, isso sim a proteção da lei. (RVN)



Garnero abre o jogo

O sr. Mário Garnero, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) é um dos membros da Comissão Nacional de Energia, encarregada de estudar o problema dos combustíveis (o que já dá pra ontar qual a tendência da tal comissão).

rém se - ao contrário - perguntarmos ao povo gaúcho o negócio vai ser um pouquinho diferente, né?

Mas, o negócio não pára aí. Mas à frente ele diz: "quanto ao empresário, existe um consenso em favor da necessidade de aprimorar as relações capital versus trabalho..."

Al, Garnero entregou o ouro. Capital versus trabalho, reparem bem, é um reconhecimento implícito do dito cujo de que as duas coisas se opõem. Ou quem trabalha não tem o capital. O governo vive tentando dizer pra gente que no Brasil o capital e o trabalho não se opõem e o sr. Garnero deu-lhe uma rasteira. E deu uma rasteira nele mesmo: se o capital se opõe ao trabalho, o capitalista se opõe ao trabalhador. E ele, como empresário, diz justamente o contrário aos metalúrgicos. Custou mais reconhecê-lo. (MS)

Moradores garantem a posse da terra

A burguesia de Novo Hamburgo-RS está descontente com as invasões de terra ao longo da estrada RS-239 e uns vinte proprietários rurais enviaram requerimento à Prefeitura para que providências energéticas sejam tomadas.

que mais de cem famílias realizaram na faixa de terra desapropriada pelo Estado para construção da RS-239.

O apelo à Prefeitura ocorreu quando as outras formas de pressão não estão surtindo efeito. Na sexta-feira, dia 7 de julho, um morador foi ameaçado por seis indivíduos armados, tripulando carros sem placas, que após danificarem seu barraco, deram-lhe prazo até as 16 horas de domingo para que se retirasse.

Os moradores não se intimidaram. Ao contrário, organizaram-se para esperar a ameaça e, no domingo, mais de cem pessoas estavam prontas para revidar qualquer agressão. Na hora prevista, os misteriosos tripulantes dos automóveis sem placa, vindo a reação dos moradores não tiveram coragem de cumprir suas ameaças.

O fato que desaponta e estraga a paisagem desses senhores é a invasão

Os moradores já tomaram uma posição definitiva: não sairão do local e para melhor defesa de seus interesses estão organizando uma Associação Comunitária.

Lula:

"Eu fico muito satisfeito quando um empresário me chama de filho da puta... Isso é sinal de que a gente está fazendo alguma coisa pelos trabalhadores".

(Entrevista à revista "Play-boy" n.º 48)

O hinnicão mineiro



Murilo Badaró, apesar de ser arenista, já foi visto como político razoável. Não bom, que isso a Arena não permite (e ele também não devia querer, porque estava na Arena). Os mais ingênuos chegaram a se iludir com ele, "um político de futuro" - diziam.

biônico por Minas. Foi sua desmoralização. Ninguém mais acredita num cara relativamente novo que se sujeita a ser um Inicitatus a mais em Brasília.

Mas, Murilo Badaró se engraçou de ser governador indireto de Minas e fez tudo que um candidato a governador indireto faz, rodeando o poder. Francelino teve mais força e teve também as sinopses, acabou garfando o governo do Estado.

Agora, Murilo Badaró está ansioso pela reformulação partidária, esperando talvez que sua safadeza seja esquecida. Para ele, a extinção dos partidos atuais é questão de vida ou morte política. Mas, não adianta. Na Arena ou fora dela, Murilo Badaró será sempre lembrado como o biônico de Minas, e só enganará quem estiver muito a fim de ser enganado, porque uma vez biônico, sempre biônico (desculpe, Flamengo). (RVN)



Casa das Américas

O Teatro União e Olho Vivo tem o prazer de convidá-lo para participar do lançamento do Regulamento do Prêmio Casa das Américas - setor Brasil - de 1980, a realizar-se no próximo dia 16, segunda-feira, às 15:00 horas, na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, à Rua Rego Freitas, n.º 530.

Esquadrão da morte

Estreou dia 28 de junho, no TBC, em São Paulo, a peça "Oração Para Um Pé de Chinelo", de Plínio Marcos. O texto foi escrito em 68/69, mas nunca foi montado, tendo sido liberado apenas recentemente.

Oficina

Só mais 17 dias. O Teatro Oficina de São Paulo está apresentando a peça "Ensaio Geral do Carnaval do Povo" e "O Parto", filme sobre a revolução portuguesa. É política, arte, espetáculo, festa. Quem não for ver vai perder uma das melhores coisas que está por aí. Não aceitamos auto-crítica.

Pagando o pato dos ditadores

Aqui entre nós, o Maluf não deve ter causado nenhuma surpresa em sua visita ao Paraguai, com sua comitiva monstruosa e mordômica. Para infelicidade do povo paraguaio, essas coisas devem ser comuns por lá, a julgar pelas notícias que temos do ditador Stroessner (será que a pronúncia do nome dele é estrôina?).

guala consumiu, em 3 dias, 1.160 garrafas de bebidas (vinho alemão a Cr\$ 600 a garrafa, uísque e vodca importados a Cr\$ 1.200 e Cr\$ 750, respectivamente, e o restante em refrigerantes e água mineral). Em média, cada garrafa durou 5 minutos para ser esvaziada. Até os garçons disseram nunca ter visto uma festa daquelas.

Não sabemos se o ditador é malufiano ou vice-versa, mas sabemos que numa visita a Santa Catarina, dia 15 de março em que levou 28 acompanhantes, o chefe (vai ser chefe assim na PQP) do governo paraguaio delatou e rolou, deixando para o governo do Estado uma dívida enorme que o Tribunal de Contas do Estado não está engolindo.

Passada a gandaia toda, promovida pelo governador biônico dos catarinenses, Antônio Carlos Konder Reis, a conta foi empurrada para o povo (através do Estado) e é isso que está dando bode até hoje.

Consta que só numa pescaria, em que foram fígados seis neixes, gastou-se Cr\$ 482.749,90, a metade da verba prevista para todo o ano, para viagens técnico-científicas. Depois da pescaria, o ditador ainda posou de atleta. No Hotel Holiday Center, em Florianópolis, a comitiva para-

No fim vai ficar tudo por isso mesmo, mas podemos saber desde já, que os cofres públicos paraguaios não ficarão sem vingança: o exército huno-mordômico de São Paulo chefiado pelo Atila-Maluf vai deixar a economia do Paraguai pior do que depois da guerra com a Triplíce-Aliança.



Já não se fazem Chagas como antigamente

Ninguém é perfeito mesmo. Vejam só o Carlos Chagas, cientista brasileiro que descobriu a doença que levou seu nome: se fosse vivo teria um sério motivo para desgosto, pois seu sobrinho, uma chaga para os cariocas, é nada mais nada menos que o fatídico Chagas Freitas.

Tanto que, para comemorar o centésimo aniversário de nascimento do cientista, o governador biônico do Rio foi convidado para ir a Minas. Só que na chegada, não tinha ninguém esperando por ele no aeroporto de Belo Horizonte. Foi de táxi para a Assembléia e ainda acabou sendo saudado por um deputado como "governador da Guanabara" (o que seria uma sorte para o resto do estado do Rio se fosse verdade).

Tem gente achando que isso foi muito bom. Mas o justo mesmo seria nem ter chamado o Chagas. Afinal ele é parente do cientista mas tem uma atuação completamente diferente. Carlos Chagas foi um cara que merecia muito respeito. (RVN)



O caos vem aí

Como maneira de economizar combustível, o governo está pensando numa coisa inédita: fechar os postos de gasolina de 2 a 6-a-feira e abrir nos fins de semana. Vai ser uma beleza, com o sistema de transportes coletivos que temos. O que pode acontecer também é de inverter tudo: todo mundo só trabalhar em fins de semana, porque nos outros dias ninguém vai conseguir chegar ao trabalho.

nacionais por aí, não pesquisaram nada e nem pensaram em alternativas. Agora não sabem o que fazer. Querem minha sugestão? Não dou, não. Se virem. Vocês mesmos são os responsáveis. Agora nós, o povo (como diria Edésio Tavares) só damos palpite sobre anistia, que deve ser ampla, geral e irrestrita. E somos contra também tirar o álcool que nos abastece para encher tanques de automóveis. O poder no Brasil está virando uma batata quente, não é mesmo? (MS)

A abertura da TV

A decantada "abertura" na TV ainda tem limites bem restritos. Depois de demorar mais de 6 meses para levar ao ar a entrevista com Prestes, a Banleirantes fez um debate, no Rio e São Paulo, com jornalistas e representantes de entidades sobre o mesmo. No Rio, o debate de quase 2 horas de duração, foram apresentados só 30 minutos, escolhidos a dedo entre seus momentos mais fracos. Dos convidados, quem não pichou a Rússia e reivindicou anistia e democracia para as massas, virou apenas figurante no programa, tendo cortadas suas intervenções.

Um dos cortados foi César Queiroz Benjamin, exilado político que recentemente retornou ao Brasil, e que, curiosamente, iniciou seu pronunciamento dizendo estar satisfeito, pois finalmente sua geração estava recuperando a voz... (B.L.)



EDITORA APARTE S/A.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Antônio Hélder, Antônio Jorge, F. Pereira, Flávio Andrade, Flávio Aguiar, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Marco Aurélio Garcia, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Carlos Tibúrcio, Eder Sader (Conselheiro-Presidente).

Suplentes: Sandra Starling, Luci Ayala, Valmir Menezes, Marisa Araújo, Paulo Rodrigues. DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor-Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Marco Aurélio Garcia.

JORNAL EM TEMPO:

Diretor-Responsável: Robinson Ayres Secretário de Redação: Robinson Ayres Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAIS: Nacional: F. Pereira Tibério Canuto, Antônio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sérgio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Cândida, Reilton Fracalossi, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira, Internacional:

Carlos Eduardo Matos, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Marneide Oliveira, Olgária Matos, Roberto Ghun, Virginia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordenador), Antônio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdez Amorim. Arte e Produção: Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges, Diagramação: Sérgio Papi; Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D.; Fotos: Jesus Carlos e Ennio Bruns Filho; Revisão: Washington Magalhães e Vera. Arquivo e Pesquisa: Virginia Pinheiro e Elvira Oliveira.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 188 - Tel.: 335-7773) Alberto Duarte (Chefe da Sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Léllo Santos Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista (Redação); Mariza Araújo, Amarildo (Administração). Porto Alegre: (Av. Graça Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avellino, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (Redação). Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont (Administração). Rio de Janeiro (Praça de Botafogo, 316 - Sala 209) Beatriz Lerner, Paulo Cavalcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Adauto Novaes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos

Alberto Bahia, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luiz Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis Orlando Guilhon Braga, Sérgio Sbraggio Salvador (Av. Joana Angélica, n.º 8 - 1.º andar - s/14) Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: Recife: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares Eliane Velloso, Marina Lima, Mário Everaldo, Riva M. Nogueira, Aracaju: David Dantas Campinas; Rinaldo Barros, Maria Alice, Fortaleza: Fausto Aguiar, Gervásio de Paula, Rogério Araújo, Viviano de Araújo, João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos, Natal: Cicero Correia, Francisco de Assis, Cláudio Mace, Régis Cavalcanti, Campina Grande: Jonas Araújo.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardino Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) - Telefone: 335-7773. Redação: Rua Mathews Grou, 57 - Pinheiros - (São Paulo) - CEP - 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Distribuidora (Rio - SP - BH - Brasília - Vitória): Superbanças Ltda. (R. Ubaldino do Amaral, 42 - RJ) - Composto e Impresso nas oficinas do Grupo Impresor de São Paulo, Rua dos Italianos 463 - Telefone: 221-6929.



Tudo na mesma

O futuro prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, já deu uma idéia do que podem esperar os paulistas: "eu daria ao Metrô um ritmo de construção mais lento". Se para construir uma linha gastaram umas três ou quatro administrações, diminuindo o ritmo, como quer o futuro prefeito. São Paulo nunca vai ter o Metrô que precisa: quando terminar o que já está planejado, a cidade já estará precisando de outro tipo de transporte.

Na questão das favelas, Reynaldo de Barros disse: "não adianta pressionar 500 mil favelados revoltados: é aí que a esquerda leva uma vantagem". Tal a visão oficial: quando pensam no problema das favelas, a única opção que pode ou não ser aplicada é pressionar os favelados. Resolver o problema dos favelados, isso eles não querem. São de lembrar a velha história do Lacerda, no Rio, quando resolveu acabar com a mendicância: o jeito encontrado foi jogar os mendigos no rio Guandu. O futuro prefeito não será tão radical, mas pelo que falou não fará também nada em sentido contrário. Tudo a lesma lerdá. (RVN)

GERAIS



A Fundação Getúlio Vargas desta vez dança

Crise na Fundação Getúlio Vargas. O professor Aluizio Belisário, coordenador do curso de graduação da Escola de Administração (EBAP), no Rio, foi demitido no dia 2, poucas horas depois de ter inscrito uma chapa, por ele encabeçada, para concorrer às eleições da Associação dos Servidores da FGV. Segundo o superintendente da Fundação que o demitiu, "seus princípios não se coadunavam com os princípios da entidade, que são princípios liberais e democráticos". Além disso, ele teria se envolvido, contrariando as expectativas do superintendente, na greve dos professores do Rio.

Na verdade, a Associação, que congrega 2300 funcionários no Rio (1800) em São Paulo (500), está nas mãos, desde que foi fundada, da própria direção da Fundação. Pela primeira vez surge uma chapa de oposição, que salta realmente do conjunto dos funcionários. Inconformados com a demissão de Aluizio e a anulação da inscrição da chapa, os funcionários reescreveram uma nova chapa e deverão ganhar as eleições que se realizam dia 31. (M. Beraba)



As omissões da OLP

A entrevista com Farid Sawm, porta-voz da OLP, (EM TEMPO n.º 71 — página 16) tocou a nosso ver em alguns dos pontos importantes da questão do Oriente Médio, mas omitiu alguns outros, que passamos a relacionar.

A colocação de que Israel é uma criação do imperialismo inglês é certa, mas omite por outro lado que grande parte das lideranças árabes atuais, bem como dos países existentes, foram profundamente marcadas pelo imperialismo britânico. Se por um lado a Declaração Balfour (Secretário dos Assuntos Estrangeiros no gabinete inglês, em 1917) demonstrava uma posição favorável à criação de um "lar nacional judeico" na Palestina, por outro, existiram os contatos da Grã-Bretanha com líderes árabes na região, visando reforçar o imperialismo inglês no Oriente Médio.

Por isso, antes de ter uma política claramente definida a favorável à criação do Estado judeu na Palestina, e que a Inglaterra teve foi uma política ambígua, fazendo promessas incompatíveis para um lado e para o outro, contribuindo para agravar o conflito.

Quando à criação do Estado de Israel pelas Nações Unidas, em 1947, foi omitido o apoio decisivo do Bloco soviético, fundamental para que fosse conseguida a maioria de 2/3, necessária para a aprovação da proposta. Ocorreu o apoio conjunto da URSS e dos EUA, assim descrito por Isaac Deutscher: "juntos agiram como parceiros do nascimento de Israel. Quaisquer que fossem os cálculos de Stalin, é a ele que, paradoxalmente, Israel deve a sua existência como Estado independente. E foi da Tchecoslováquia estalinista, dos arsenais tchecos, que saiu o armamento para o Haganah (exército de Israel, liderado por Ben Gurion)".

E finalmente, a negação da existência de luta de classe dentro do povo palestino. Ora, é sabido que existem proprietários agrícolas palestinos em Israel que exploram a mão-de-obra dos felás (camponeses árabes).

A nosso ver, a paz no Oriente Médio não se insere somente no contexto da questão nacional palestina, pois o que existe hoje são dois povos que reivindicam o mesmo território. Assim, qualquer solução nacional para o conflito do Oriente Médio parece limitada. Israel hoje está em posição dominante, enquanto os palestinos são em grande parte refugiados, e os maiores atingidos pelo conflito do Oriente Médio, mas a paz no Oriente Médio se coloca através da superação da questão nacional (isto é através do socialismo), por ambos os lados, no momento em que os dois povos descobrirem que lutam pelo mesmo ideal, e que seu futuro se coloca na mesma perspectiva, pois afinal o radicalismo nacionalista tanto dos palestinos como dos israelenses são fruto das contradições do próprio imperialismo.

(Leo Avritzer e Suzie Levy)

Mais Azedo que parece

"Sérgio Allí critica (na matéria "Um amargo memorial para o "esquecimento" do Azedo", publicada na página 2 do Em Tempo n.º 69) um texto de Luiz Azedo, integrante da antiga diretoria do DCE da Universidade Federal Fluminense, publicado no Pasquim, onde o líder estudantil do Rio de Janeiro faz uma avaliação do Congresso de Reconstrução da UNE. Ao invés de criticar as avaliações e as análises de Azedo, Allí procura a todo custo identificar Azedo como sendo de uma dada tendência do ME.

Porém, o que estranha é o fato do próprio Azedo dizer que não pertence a nenhuma tendência organizada ao nível do Movimento Estudantil. Mas Allí insiste na "acusação" e chega inclusive a dizer pela boca do Azedo quais as posições que ele, Azedo, assume. E o pior é que para tentar essa identificação política, Allí afirma mentiras. Diz, por exemplo, que Azedo levou uma proposta para o Congresso da UNE (tirar a diretoria no próprio Congresso) que não foi discutida amplamente com os estudantes. Ora, como não foi discutida com o conjunto dos estudantes se as pessoas que tinham propostas foram eleitas delegados em cima de discussões nas escolas? Ou então nenhuma proposta foi discutida, e daí o Congresso não foi representativo e daí é um passo para Estadação. Veja, isto é... Mais adiante, Allí afirma que Azedo e contra a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Será que ele chegou a ler a carta programa que concorreu ao DCE-UFF ou mesmo as intervenções de Azedo no Congresso? Parece que não.

Pessoalmente, fui contra se eleger uma diretoria neste Congresso e sou a favor da CPI pelos Direitos Humanos. Entretanto, daí a assumir a atitude política de querer identificar pessoas com posições políticas e grupos "na marra", é no mínimo desconhecido que estamos ainda debaixo de uma ditadura fascista, que os órgãos de repressão estão aí, que a LSN não foi abolida: ou então é acreditar na abertura do Figueiredo, ou então... bom deixa prá lá. O Sérgio Allí, vé se deixa prá lá dessas atitudes políticas e procure travar um debate político-ideológico mais sério e menos baixo nível. Reconheça que o inimigo principal é a própria ditadura e que a unidade das forças de oposição é fundamental para a sua derrubada.

Silvio Junior.

Caro Silvio Júnior, a matéria em questão em nenhum momento teve a intenção de "acusar" Luiz Carlos Azedo de fazer parte desta ou daquela tendência do movimento estudantil. Inclusive é o próprio Azedo que em sua matéria do Pasquim relaciona, segundo o seu ponto de vista, todas as tendências do M.E.

O que a matéria questiona é o fato de Azedo, omitindo até mesmo sua condição de estudante, posar de analista imparcial ao pretender fazer "o balanço definitivo do Congresso da UNE". Nesse balanço Azedo defende claramente a exclusão da próxima diretoria da UNE das tendências que ele qualifica de "esquerdistas". Acontece que o Azedo se esqueceu que foi muito mais pela posição dessas tendências que a UNE está hoje reconstruída, pois no IV Encontro Nacional dos Estudantes ele foi radicalmente contra a recriação da UNE em Maio passado.

Azedo mudou muito, pois defendeu na Bahia que de lá saísse uma diretoria definitiva da UNE, mesmo sabendo que os delegados não tinham discutido nas escolas o programa e as pessoas que deveriam compor essa diretoria. Isso não tira a representatividade do Congresso. Tirar a representatividade de posições oportunistas que queriam formar uma diretoria definitiva em cima dos tão combatidos conchavos de cúpula. Finalmente, só uma pessoa que vê uma acusação política num fato que é público e notório é que pode inferir, como você faz, que eu acuso o Luiz Carlos Azedo de ser contra a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Isto não está dito na matéria.

(Sérgio Allí)

Dona Ivete Vargas, a passadista

A ex-deputada Ivete Vargas, que, devido ao seu sobrenome se julga herdeira da sigla PTB, inventada e explorada pelo seu tio-avô Getúlio Vargas (a sigla, estamos falando da sigla), já está ditando regras para o seu PTB patronal (agora estamos falando da Ivete mesmo).

Ivete Vargas diz que o partido que ela está inventando deverá adotar a ética cristã, o que nos faz pensar que até que enfim a ex-deputada libertou-se do Golbery: o seu partido deverá ser contrário a ex-

ploração e à enganagem do povo? Não, não é nada disso. Ivete Vargas é cristã à moda de outros tempos: ela não quer nada com o trabalhador, a não ser seu voto. Entre outras coisas, ela abomina a socialização dos meios de produção. Ivete está nadando contra a correnteza, ninguém mais entra em sua enganagem, vai acabar falando sozinho (se é que já não está). Um PTB pode ser ruim, mas se tiver a Ivete dentro é bem pior. Vai ser cristã assim lá no inferno. (RVN)

A tradicional polícia mineira

Tão vendo, mineiros? Gosaram muito do Francellino e ele ficou com raiva. Agora ele vinga dando pau em todo mundo. Primeiro foram os professores que entraram no cacete da polícia francelina e depois foram as garis. As mulheres que trabalhavam na limpeza pública que entraram em greve por melhores salários foram postas para correr à base de bombas e cassetetes, pela polícia francelina. Algumas sai-

ram feridas, eram velhas e não aguentaram correr. Não se irritem. Vocês têm ainda quase quatro anos para se deliciarem com o Francellino, colocado aí contra a vontade do povo, mas com o consentimento dos safados da Arena, que se dizem representantes do povo. E se vocês derrubarem o sinocrata, há um vice-francellino à altura para continuar fazendo as mesmas coisas. Vocês estão felizes, hem? (RVN)



Indigestão arenista

Ao contrário da maioria da população brasileira que anda sem dinheiro para fazer as refeições normais, o senador José Sarney, presidente da Arena deuse ao luxo de jantar duas vezes num mesmo dia. Ele estava em Rio Largo, Alagoas, fazendo a campanha da Arena nas eleições para prefeito (o município estava sob intervenção) e, para fazer média, jantou na casa de um dos candidatos arenistas, saiu e jantou novamente na casa do outro.

O homem tem um apetite que não é mole, hem? É um apetite que só senador pode ter, porque quem ganha um salário médio tá, rebolando para jantar uma vez por dia. Boa indigestão. Sarney. Você merece. (RVN)

As máscaras estão caindo. Agora foi a vez do Itamarati. Há muito que essa instituição encarregada, entre outras coisas, de defender os interesses dos brasileiros que estão no exterior, vem-se negando a dar passaporte aos brasileiros exilados (coisa que nem o governo do Pinochet faz). Mas, oficialmente o Ministério das Relações Exteriores negava tudo isso.

Agora, aproveitando a onda de abertura, o ex (ex?) — banido Fernando Paulo Gabeira foi lá na embaixada brasileira em Estocolmo (Suécia) pedir o seu passaporte. Porém, o que quiseram lhe dar foi apenas um título de nacionalidade válido por três meses, para que ele pudesse vir para o Brasil responder alguns processos pela Lei de Segurança Nacional. E o porta-voz do Itamarati, Bernardo Pericás, confirmou que era isso mesmo, que Gabeira não tem direito a passaporte. Gabeira vai ter que esperar uma abertura de verdade. (MS)



O Maluf está solto

O secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Geraldo Diniz Junqueira, teve que renunciar, não aguentou as ingerências políticas do staff do Maluf em sua administração. Essas ingerências consistiam basicamente em forçar a nomeação de apadrinhados incompetentes (o que não é nenhuma raridade hoje em São Paulo) nos cargos ainda não preenchidos. Diniz não quis afundar junto com o bar-

co furado que é o governo do Maluf e pulou fora antes, mostrando — no mínimo — que não é trouxa.

Para não ficar mal pro governo, o secretário Blota Júnior soltou uma onda de que a renúncia teria sido motivada por motivos particulares, no que foi desmentido por Diniz. Inglório fim de carreira para o Blota Júnior, esse de ter que ficar inventando mentiras em defesa da turma do Maluf. (RVN)

Ministro da Marinha defende a ditadura

Segundo os jornais diários, o ministro da Marinha disse, e depois desmentiu, que para enfrentar as atuais dificuldades na área econômica, o ideal é um regime forte. Se levarmos a sério a palavra do ministro, teremos em breve a ditadura mais violenta do mundo, de deixar o Pinochet e o Somoza no chinelo, pois com a "equipe" que está administrando o país — se ela durar

multo — só vamos ter pela frente dificuldades econômicas. E não fomos nós os responsáveis.

Há quinze anos eles vêm utilizando um regime forte para levar o país pro brejo sem contestação e agora querem um regime forte para continuar a mesma. Fazem o que dá na idéia deles é nós arcarmos com as consequências. Passe pelo menos uma vaselina, ministro. (MS)

Este ano de 1979 ainda promete muito. Entre os acontecimentos que têm feito a platéia vibrar, incluí-se a desavença entre a Polícia Militar de São Paulo e o deputado Erasmo Dias. Acontece que o deputado especialista em repressão, ao defender a unificação de todas as polícias brasileiras, usou expressões como "meros bonecos" ao falar da PM de São Paulo. O comandante da PM não gostou e soltou o verbo em cima do Eras-

mo. O comandante da PM paulista, Coronel Arnaldo Braga, (o mesmo que comandou a paulista na manifestação do curso de vida no ano passado) não gostou das declarações do Erasmo e soltou o verbo. Que briguem entre eles, e pelo máximo de tempo possível. Ele que entendeu de repressão, que reprimam-se mutuamente, caceteiem-se, bombeiem-se. Sintam o gosto do remédio que dão pros outros. (MS)

APRESENTAMOS EM PRIMEIRA MÃO, OS VERDADEIROS DUROS DO REGIME:



Assine EM TEMPO:

Nome Profissão

Idade Endereço

Bairro Fone Cidade

Estado CEP End. Comercial

Horário Fone Estou enviando o cheque n°

do Banco em nome da Editora Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG, CEP 30 000 Em

São Paulo, Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP)

CEP 05415, fone 853-6680

Exterior

Anual: US\$ 90,00

Semestral: US\$ 50,00

OPINIÃO

OPINIÃO é uma seção aberta a um vasto conjunto de lideranças oposicionistas que se situam ao lado dos trabalhadores na luta pelas liberdades democráticas. Sindicalistas, tanto de situação como de oposição, parlamentares, intelectuais, estudantes e representantes de outros setores estão aqui, toda semana, em rodízio, debatendo temas importantes para as oposições.

Jacob Bittar



Atos de exceção para os trabalhadores

No XV Encontro Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Petróleo e Petroquímica, após vários debates e discussões, resolvemos repudiar o ante-projeto de CLT do governo e, ao mesmo tempo, resolvemos também não oferecer alternativa alguma a este ante-projeto por entendermos que o sistema que aí está implantado, com decisões de cima para baixo, não apresenta brechas para a participação dos trabalhadores. O ante-projeto do governo não traz em si liberdades democráticas para os trabalhadores: mantém o princípio básico do sindicalismo atrelado, proíbe o direito de greve, não garante o emprego.

O ante-projeto garante todos os poderes aos patrões para exercer em punições aos trabalhadores através da alegação da justa causa ou mesmo através da não justa causa. Pois não havendo justa causa o patrão pode mandar o empregado embora, despedi-lo, puni-lo portanto, sujeito apenas a uma ridícula multa.

O que já havia na antiga CLT, e que é mantido na nova para o nosso espanto é que, ao patrão é dado aplicar um artigo de lei declarando o trabalhador culpado, despedindo-o até que se prove o contrário. Isto é um absurdo, pois o princípio de lei é que todo mundo é inocente até que se prove o contrário. Aqui, no caso do empregado ser mandado embora, inverte-se o princípio legal.

É por esta dentre outras que não acreditamos em abertura para os trabalhadores. E por esta mesma razão é que não oferecemos alternativas ao ante-projeto do governo. Estão aí o decreto-lei 1632 proibindo as greves, as intervenções nos sindicatos e a própria anistia que não atinge a classe trabalhadora uma vez que os "atos de exceção" da antiga CLT continuam dentro do

novo ante-projeto. Anistia para os trabalhadores é garantia de emprego, direito de greve, autonomia e liberdade sindical etc.

O que fazer com o PT?

É neste sentido que vem a necessidade e oportunidade do Partido dos Trabalhadores. No entanto o partido tem encontrado algumas resistências mesmo entre pessoas bem intencionadas, com propostas sérias para a classe trabalhadora. Não que o partido venha dividir a classe, não se trata disto. O que temos notado é um clima elitista, burguês mesmo diria eu, na medida em que predomina a idéia de que um partido só se cria com políticos profissionais. Quando uma proposta partidária não é uma corrida para a formação rápida de uma agremiação — e é o caso do PT que é muito mais uma discussão sobre a necessidade de um partido — ela é logo queimada, pois não serve para manobras de políticos eleitoreiros.

Por estas reações é que hoje se aplica à questão do PT a estratégia que diz às vezes ser preferível dar um passo atrás para depois avançar. Cabe não precipitar acontecimentos ou fatos para que estas barreiras não se avolumem mas, pelo contrário, sejam desfeitas.

De resto, nunca é demais lembrar, momentos oportunos à classe trabalhadora não os encontra no sistema capitalista, mas sim os cria. É o que a prática sempre demonstrou. A classe não depende de leis para avançar e sim ela mesma faz as leis de que precisa através da conscientização e mobilização modificando a legislação a seu favor.

Jacob Bittar é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo de Campinas.

Alex Polari



Bode expiatório na anistia

Há muitas confusões atualmente em torno do problema dos presos políticos e da anistia. O que se vê nos noticiários da grande imprensa, nos seus editoriais, é que os presos políticos são realmente o grande óbice, principalmente aqueles que participaram da ação armada, para a realização da anistia. Unilateralizar isto demais tanto como esquecê-lo é algo incorreto.

Por um lado, há determinadas consequências da anistia que são, do ponto de vista do sistema, muito mais intragáveis, como por exemplo a volta de determinadas lideranças populistas. De outro lado, a gente também entra aí com um papel, a gente serve de pretexto para todo um conjunto de coisas, porque dentro da definição desta ditadura temos uma certa importância. Quase como aquelas condecorações ideológicas. O centro de poder hoje é algo que está repleto do pessoal da chamada comunidade de informações — o pessoal que reprimiu a gente está todo aí, hoje, nos altos postos de comando. E toda aquela caracterização, todo aquele negócio da guerra revolucionária tem uma certa importância do ponto de vista ideológico para estes militares.

É uma situação complicada, nada fácil. Dependendo dos vários interesses, de como as coisas vão andando, ora pesa um lado, ora outro. E nós sempre entramos como "patos" deste negócio todo.

O que vai realmente alterar esta situação e definir de vez o problema é a mudança na correlação de forças que vai, se dar a partir do desenvolvimento desta luta popular e do tipo de projeto alternativo que vai surgir, à própria democracia burguesa.

Um exemplo das restrições em vigor é a nova Lei de Segurança Nacional. A atenuação dos artigos que dizem respeito à luta armada é óbvia. E isto porque não está se colocando de imediato para a esquerda brasileira nenhuma ação armada. Já as penas por filiação política, a propaganda e organização, foram até mesmo reduzidas.

O significado disto é que o aparelho repressivo passa por uma reformulação, espalhando mais a repressão, tornando sua abrangência maior.

Nossos erros na anistia

No período entre 67 e 73 a questão da anistia não se colocava — era o período da luta armada — devido à sustentação das táticas daquele momento em relação à luta pela democracia. A forma mais radical de oposição à ditadura militar estava vinculada a uma visão de derubada da ditadura e já para o socialismo. Em 74 dá-se a virada. E neste momento que vêm as eleições, a sociedade civil começa a se organizar, começa-se a veicular problemas como o da tortura. No começo, entramos ainda pior por algumas contradições discutindo se a luta pela anistia era correta ou não. Mas pouco a pouco fomos superando, a luta foi tomando um crescendo chegando até hoje.

Alex Polari é preso político no Rio de Janeiro tendo sido condenado sob acusação de participação no Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8.



Bônus contra o terrorismo

Compre este bônus e receba dividendos na forma da sobrevivência do EM TEMPO no firme combate pelo desmantelamento do aparato repressivo da ditadura.

O último atentado — ver página ao lado — nos causou prejuízos da ordem de Cr\$ 400.000,00.

Remeta qualquer quantia, na forma de cheque nominal a

Editora Aparte S/A, para a mesma, R. Matheus Grou 57, Pinheiros, São Paulo.

João Paulo Vasconcellos



Brasil: que país é este?

Nada impedirá que, no ar que respiramos, sintamos o alimento que deu força aos gigantes desta terra, na luta pela liberdade. O pendularismo deixou de ser um movimento natural e oriundo da expressão da vontade popular, para se tornar, no jogo político, uma manobra ardilosa e torpe dos detentores do poder, iludindo o povo através de todos os instrumentos disponíveis. Os instrumentos mais eficazes se constituíram na implantação do analfabetismo, a ignorância e a despolitização que a ditadura utiliza, sob a inspiração de grande capital, como um dos fatores mais fortes de lucro e de capitalização, juntamente com a repressão e o terror, na tentativa de silenciar o povo.

Seguem mobilizando a Nação. O sentimento de luta pela libertação está no íntimo de cada brasileiro, no íntimo de cada trabalhador. O trabalhador não tem nada, nem pode lutar por seus direitos sem que desabem sobre ele as repressões do poder discricionário que sustenta a força sem contraste do capital. Mas a luta continua assim mesmo.

O regime político vigente no país imposto à força por uma minoria oligárquica a uma esmagadora maioria nada mais é do que a submissão da classe operária à miséria, negando-lhes os mais comensuráveis direitos humanos. Abriram as portas ao grande capital, ou melhor, ele abre o caminho corrompendo, deteriorando e violentando os valores humanos, instilando o individualismo e a ambição.

"Tricas, futricas e escuridades"

Até poucos anos atrás, as denúncias de corrupção no serviço público emocionavam e escandalizavam, dando cobertura até mesmo a empreendimentos políticos de caráter punitivo, como ocorreu há pouco mais de 15 anos. De 64 até hoje, pouco se produziu, em termos concretos, contra a corrupção, seja na formulação de mecanismos legais, seja em procedimentos administrativos eficientes para punir a malversação de dinheiros públicos. São quinze anos de arbítrio e de esmagamento de um povo. Na disputa surda pelo poder existem os bem sucedidos e os frustrados. E quem pode dizer com conhecimento de causa não somos nós do povo. Nunca tive acesso às "tricas, futricas e escuridades" do que ocorre no âmbito do poder. Quem denuncia é quem conhece, na profundidade, as mazelas existentes nesse submundo, como o general Hugo de Andrade Abreu. Ele escreveu: "No outro lado do poder — o lado de dentro — vamos encontrar, hoje, apenas um grupo oligárquico que a ele quer agarrar-se com unhas e dentes".

E, se tivesse mais de um grupo estaríamos obrigados à aceitação de uma escravização sem precedentes em nossa história, pois satisfazer aos interesses dominantes custa a miséria do trabalhador. O general nivela todos

dentro do mesmo padrão de comportamento, "tudo feito à margem da Nação, como se esta nada tivesse a ver com a escolha de seu dirigente máximo. Esta guerra de grupos até lembra as famosas guerras entre elementos da Máfia, reunidos sob o comando de um ou de outro de seus chefões". Realmente, não se pode excluir, no que diz respeito às intenções, quem quer que seja que participou e conestou a ação predatória dos últimos anos, e por razões óbvias ficou marginalizado.

Aos cidadãos comuns, o cárcere, aos vencidos frustrados, a liberdade

AOS VENCIDOS FRUSTRADOS, A LIBERDADE. O curioso é que depois de estonteantes revelações sobre a moralidade pública, todos estejam posando de inocentes ultrajados, desencadeando a sua fúria contra os denunciadores, passando a bracar nos palanques oficiais os denunciados. A violência desaba sempre contra cidadãos comuns, homens de fibra, que se lançam em tal empreitada, e por isso vão para o cárcere, são torturados e até assassinados. Mas os outros, talvez maldades arrependidas ou vencidos frustrados, continuam com as mesmas regalias que sempre tiveram, uma vez que não se aventuram a denunciar toda a podridão e nem a chegar às últimas consequências, pelos caminhos legais. E se tiverem outra chance voltarão a "servir à pátria". Quem tem a proteção deferida pela elevada patente de general, em face do conhecer e poder comprovar fatos gravíssimos, deveria, em defesa de elevados interesses da Nação, levar à barra dos tribunais os que merecem a comparecerem como réus. Se não age assim é porque está interessado a passar, no caso dos fatos escabrosos, como gato sobre a brasa, e ficar no "laissez faire".

João Paulo Vasconcellos é representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade na Federação mineira.



Fernando Henrique Cardoso



Separar alhos de bugalhos na anistia e nos partidos

Em geral o mês de julho é politicamente calmo. Recurso do Congresso e férias estudantis são suficientes para arrefecer o debate. Não se pode dizer que a regra tenha sido mantida: o debate está vivo e nas ruas.

Bom sinal. Estamos começando a sair do círculo de giz do Parlamento, graças à ação de uma imprensa mais livre, do movimento popular e da pressão social em geral.

Entre os temas predominantes, há dois que polarizam: a anistia e a reforma partidária.

O governo fez o que pôde para tomar conta da anistia. Mas o tiro saiu pela culatra. A reação da opinião mais esclarecida foi unânime e rápida. O projeto oficial só anistia amplamente quem nunca foi julgado: a repressão. Quanto aos que foram atingidos de fato pelo arbítrio desde 64, as restrições são inúmeras. Para começar, a mais gritante de todas! Inventaram a existência de uma figura nova na lei brasileira, a de "crimes de sangue". E quiseram desqualificar o debate chamando de "terroristas" os que empunharam armas.

Pelo mesmo critério, os revolucionários de 1922, 1924, 1932, Aragarças etc., deveriam ter sido sempre excluídos de qualquer anistia. O MDB deverá opor-se ao pro-

jeto governamental e apresentar um substitutivo que expresse a opinião democrática nacional. Para que isto ocorra com chances de êxito, será necessária enorme mobilização nacional. E esta, no momento, a tarefa prioritária dos que querem democratizar de verdade o Brasil.

Quanto à reforma partidária, está claro também o jogo governamental. Não se trata de abrir a possibilidade de criar novos partidos. Trata-se de garantir que no congresso sejam criadas novas legendas. Partidos sem sópo da discussão popular e sem enraizamento na sociedade. Tudo indica que depois de "resolvido" o caso da anistia, o governo propará projetos de lei que quebrem, pela cúpula, o bi-partidarismo.

O fim do partido ônibus

A oposição mais consequente deverá denunciar a forma autoritária e elitista pela qual nascerão os novos partidos e, ao mesmo tempo, terá de fazer com que o feitiço se volte contra o feiticeiro.

Assim como o MDB foi criado pelo regime e se voltou contra ele, cabe agora tentar avançar na direção de transformar alguma legenda partidária em instrumento das lutas populares. A época do "partido-ônibus" onde quem quer entra e sai quando quer, conforme as conveniências eleitorais, poderá terminar, pelo menos no partido da oposição popular efetiva.

Basta que se forme uma nova frente, sim, mas frente que una os movimentos populares com a oposição e não adesimos e o fisiologismo com a oposição real, como está ocorrendo agora.

Não será talvez o partido dos sonhos de cada um mas poderá ser um caminho para que a política se faça com mais vitalidade e menos compromissos de ocasião.

Nada melhor para redefinir a oposição do que mostrar que os passos democráticos para serem dados com firmeza dependem de um programa social, econômico que separe alhos de bugalhos. Se os núcleos mais combativos da oposição se unirem, ainda que mantendo suas restrições doutrinárias para influir na futura legenda oposicionista (ou para redefinir o que é a oposição no MDB se a reforma não vier) poderemos dar uma resposta política ao manobrista da reforma partidária acalentada pelo governo.

Fernando Henrique Cardoso é sociólogo e suplente de senador pelo MDB paulista.

AGUARDE

M.A.R.

DE LAMA

DO ENTREGUISMO

MOVIMENTO

ESPECIAL

ANOS

de vida independente
de informação
de combatividade

O terror em ação

(Dez litros de ácido contra o EM TEMPO)

O terceiro atentado terrorista contra o EM TEMPO em menos de um ano. A reação de Figueiredo. Nossa opinião e exigências. O calor da solidariedade recebida. E mais: duas páginas sobre ANISTIA. O Encontro Nacional dos movimentos pela anistia, realizado em São Paulo.



Esta edição já estava programada quando os diretores de redação, em São Paulo, foram acordados, na madrugada de domingo, por telefonemas aflitos de companheiros da sucursal de Belo Horizonte. Começava a história do terceiro atentado sofrido pelo jornal, em menos de um ano, na capital mineira. Sem contar a depredação da sucursal de Curitiba e as pichações na sede em São Paulo. Com mais razão ainda, dirigimos a programação pré-estabelecida para a questão da anistia. Com isso, acabamos dedicando apenas uma página, a de n.º 8, para a cobertura e análise da crise econômica e energética.

Nesta página, está o atentado. E os seus desdobramentos. A reação do general Figueiredo levou à realização de uma audiência oficial com o governador-nomeado de Minas Gerais, Francelino Pereira, na quarta-feira às 18 hs., quando apresentamos, juntamente com o Sindicato dos Jornalistas daquele Estado, um dossiê sobre todos os atentados terroristas ocorridos em Minas desde

A posição dos presos políticos do Rio e dos professores gaúchos. A decisão de voltar à Câmara de dois vereadores cassados. A carta de um pai angustiado com o desaparecimento do filho, há oito anos. A violência policial no Rio de Janeiro. E a luta pela anistia trabalhista.

1971, inclusive os perpetrados contra o EM TEMPO. E exigimos, é claro, inquéritos imediatos, abertos à imprensa, acompanhados pelo povo e por representantes das oposições. Aqui está, também, a nossa opinião sobre o significado desse tipo de atentado e das reações governamentais. Nas páginas seguintes, 6 e 7, o leitor encontrará: a cobertura do último Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia Amplia, Geral e Irrestrita, realizado no fim de semana em São Paulo. A posição dos presos políticos do Rio de Janeiro e a dos professores gaúchos sobre o projeto de anistia de Figueiredo. A decisão dos vereadores Glênio Peres e Marcos Klassmann, do Rio Grande do Sul, cassados, que prometem reassumir seus mandatos no dia seguinte ao da aprovação da anistia. A denúncia de seu Rosalvo de Sousa sobre o desaparecimento (e morte) do seu filho Rosalindo. Um balanço da violência policial no Rio, pegando o caso Aézio e outros. E, por fim, a luta pela anistia trabalhista, vista sob o ângulo da categoria que tem tomado as primeiras iniciativas nesse terreno: a dos bancários.



O ATENTADO NÓS EXIGIMOS

Na madrugada de domingo, 8 de julho, o Comando de Caça aos Comunistas-Seção Minas Gerais (C.C.C.) invadiu e destruiu pela terceira vez em menos de um ano a sucursal mineira do jornal EM TEMPO. Os terroristas não reivindicaram o atentado, ao contrário das vezes anteriores, quando deixaram sua marca de identificação pichada nas paredes da sucursal, com as siglas GAC (Grupo Anti-Comunista). Dessa vez, os terroristas mudaram os seus métodos. Penetraram na sucursal utilizando chave falsa, destruíram todas as máquinas de escrever, o aparelho de Telex, todos os móveis, arquivos administrativos e a seção de arquivo e pesquisa. Tudo isto com ácido sulfúrico concentrado. Pelo menos dez litros do líquido foram despejados dentro da sucursal, formando cinco poças no interior do prédio.

O atentado mantém as características dos anteriores: seus autores agem totalmente conscientes da sua impunidade. Como das outras vezes, eles sabem que nenhuma investigação será efetivada, porque os órgãos de segurança não estão dispostos a se auto-investigar. Não há dúvidas que o fio da meada de qualquer investigação passaria imediatamente por dentro do DOI-CODI e do DOPS. Só assim os responsáveis poderiam vir a sentir o gosto amargo do banco dos réus.

Quinze dias antes do atentado, pelo menos uma dessas figuras notáveis passou a rondar a sucursal, observando, protegido por uma árvore, seu movimento. Sua presença foi notada entre 19 e 20 horas, por duas vezes consecutivas, no mesmo local. Em seguida, ele se retirava a pé em direção à rua Rio de Janeiro.

O CCC está montado em Belo Horizonte. Suas reuniões são realizadas num prédio, no centro da cidade e são frequentadas por ex-alunos do programa norte-americano "Ponta Quatro", que gastou dois milhões de dólares para treinar oficiais brasileiros na arte da perseguição política e da tortura. Dan Mitriane, um ex-torturador, justicido no Uruguai pelos Tupamaros, deixou escola em Minas Gerais. Foram os seus discípulos que invadiram a sucursal em julho do ano passado, deixando-a totalmente destruída e saqueada e com suas paredes pichadas com as siglas diversionistas GAC e MAC, criaturas do CCC mineiro. Numa das paredes escreveram: "Voltaremos". Em agosto, eles voltaram e colocaram uma bomba na sala da redação da sucursal.

O EM TEMPO publicara uma lista com o nome de 233 torturadores e assassinos de presos políticos — dentre eles figuravam os nomes de vários ex-alunos de Dan Mitriane. O EM TEMPO no ano passado solicitou a abertura de inquérito policial junto à Secretaria de Segurança Pública e Polícia Federal. Es-

ta deu curso à investigação com um ensaio de interrogatório político dirigido contra os membros do jornal. A Secretaria de Segurança, sob o comando do coronel de Exército Armando Amaral, ignorou o fato. O jornal solicitou à Promotoria Pública do Estado que nomeasse um Promotor Especial para acompanhar as investigações. Não houve investigações. A Promotoria Especial não pôde agir. Em razão desses fatos o EM TEMPO denunciou, em duas edições, que o governo estava acobertando o terror em Minas Gerais. Agora voltamos a denunciar: o governo usa a mão estendida da abertura para ocultar o braço clandestino e operacional da repressão, para proteger o CCC que age entrenchado no DOI-CODI e no DOPS deste país, verdadeiros baluartes de fascismo e de torturas.

A abertura e o terror

Desde o segundo semestre de 1977 foram consumados sessenta atentados terroristas em Minas Gerais. Neste ano, durante o Carnaval, trinta casas foram invadidas, inclusive a casa de um dos redatores da sucursal do EM TEMPO. Em abril, a sede do Sindicato dos Jornalistas foi saqueada. Na madrugada de 1.º de maio, quatro entidades que atuam na cidade industrial de Belo Horizonte-Contagem, apoiando os movimentos populares da região, foram invadidas e saqueadas.

Agora, pela terceira vez, a sucursal mineira do EM TEMPO é atacada. Esse atentado culmina uma ofensiva recente que o Estado desencadeou contra o EM TEMPO, tendo como linha de ação as recomendações que constam no documento do Centro de Informações do Exército-CIEEX, que prevê medidas para eliminar a imprensa alternativa. Desde a divulgação do documento do CIEEX, o EM TEMPO passou a sofrer pressão e a opressão constantes do Ministério do Trabalho, que desencadeou sobre nós uma onda de multas (em seguida abolidas), ao mesmo tempo em que uma gráfica paulista dos Diários Associados deixava de rodar o EM TEMPO. Golbery teria sugerido a um condômino famoso que os caminhos para a obtenção de um canal de televisão no Paraná passariam pelo boicote ao EM TEMPO. Assim foi feito. A empresa S.A. Estado de São Paulo havia se interessado em imprimir e distribuir o EM TEMPO em São Paulo. De repente, o interesse desapareceu.

O terrorismo presente

Frustradas as tentativas de boicote econômico e jurídico contra o jornal, o terror entra em cena contra nós pela terceira vez em Belo Horizonte.

Os DOI-CODI e congêneres, elevados pelo regime ao posto de seus guardiães, estão de malas prontas para promoverem a argentinização do país — tão logo isso se torne necessário. Os exilados estão chegando. Muitos deles participaram

de ações armadas contra o regime, no passado. O CCC articula-se, desde já, para desencadear ações armadas inclusive contra personalidades do próprio regime, para atribuí-las a grupos ou ativistas de esquerda. O atentado contra o EM TEMPO é um sintoma desta possibilidade do retorno do terror do regime à cena política, sob nova roupagem. Não há nenhuma relação possível entre matérias publicadas pelo EM TEMPO, recentemente, e este atentado.

Por que foi feito este ataque

Dez litros de ácido sulfúrico foram derramados sobre equipamentos, móveis, arquivos e instalações. O atentado causa ao jornal um prejuízo estimado de Cr\$ 400 mil. De imediato, o objetivo do atentado é consumir a liquidação da Empresa, o que as práticas sugeridas pelo documento do CIEEX não lograram alcançar. No entanto, este atentado tem também o sentido de sinal de alerta geral, ou seja, o terrorismo político fascista está em cena. Os porões da repressão estão na ativa. Daqui em diante, os atentados pessoais poderão se avolumar. Os laboratórios do terror do regime certamente já tratam de fabricar seus grupos de ação para-militar. Ao nível estadual, o governo de Ozanan Coelho, e agora, a administração de Francelino Pereira deixam para o público a imagem de conivência. Armando Amaral, secretário de Segurança nos dois governos, mantém na cúpula da polícia civil mineira delegados que têm sido reiteradamente mencionados como responsáveis por práticas de torturas diretas e indiretas. E no mínimo extremamente suspeito que as forças policiais do Estado não movam uma palha para identificar os autores dos atentados. O resultado é o que a população comenta: "isto é coisa da própria polícia", conforme tem sido dito pelos populares que comparecem diariamente às vigílias que o EM TEMPO tem realizado desde terça-feira nas escadarias da Igreja São José, no centro de Belo Horizonte.

A vigília e o ato público

Diariamente, o EM TEMPO tem obtido grande adesão da população de Belo Horizonte, através de apoio material ao jornal. Bonus de valores diferentes, jornais e assinaturas têm sido vendidos em grande quantidade no local da vigília. Doações em dinheiro têm também sido feitas espontaneamente. É a campanha pela reconstrução mineira do EM TEMPO.

Na quarta-feira, último dia de vigília, realizou-se um ato público. Nossa resposta é a deflagração de uma campanha nacional contra o terror, exigindo a apuração dos atentados e a identificação e punição dos responsáveis. Nesta linha de ação a campanha deve ainda erguer claramente a bandeira da extinção de todos os órgãos do terror, do fascismo e da bestialidade, como são os DOI-CODI e DOPS, que agem como trincheira de proteção e acobertamento do CCC. Isto é, do terrorismo protegido pelo Estado.

A reação do general Figueiredo, quinto presidente imposto à nação desde o golpe militar de 1.º de abril de 1964, ao recente atentado terrorista contra o nosso semanário é um fato político importante. Importante porque revelador de uma contradição real entre a política de abertura autoritária da ditadura e o aparato repressivo — institucionalizado e clandestino — que sustenta o próprio regime. Na linha de assumir essa contradição é que o general Figueiredo, já na semana anterior, condenou o assassinio do sergente Aézio, perpetrado numa delegacia de polícia do Rio de Janeiro. Ainda mais: pela primeira vez, em 15 anos de ditadura, um general-presidente manda apurar um atentado contra a esquerda. O que significa isso? Pode-se conceder credibilidade à mão estendida? Há perspectiva de o governo pôr fim ao aparelho repressivo e ao seu braço clandestino?

Nós não nos iludimos. É evidente que não interessa ao general Figueiredo e à sua equipe que o esquema repressivo do regime aja, agora, sem controle. Que saia por aí praticando atentados tresloucados, revelando publicamente todo o terrorismo de que é capaz. Permitir isso, agora (repetimos), seria conessar a contestação à sua própria política de abertura autoritária, seria prejudicar todo o esforço, que vem sendo feito, de tentar ganhar bases políticas de sustentação. A estratégia do governo não pode ser subestimada.

Por outras palavras

A reação de Figueiredo, portanto, é um recado político ao aparelho repressivo do regime. Em outras palavras: "Pessoal, nada de ações agora. Resguardem-se. Não tentem vocês contestar a política do governo, de dentro. O momento é o de avançarmos com nossa política distensionista e o de procurarmos ganhar espaço para controlar todo o processo com segurança. Vocês são e sempre foram a nossa defesa. Por isso mesmo, nunca foram molestados. Amanhã, e ninguém sabe o dia de amanhã, poderemos precisar de vocês, de novo, a todo vapor. Compreendam, por favor, a minha situação, e resguardem-se". Estas, sem dúvida, poderiam ter sido as palavras de Figueiredo para os integrantes do aparelho repressivo, para toda a "comunidade de informações", da qual ele foi o último grande chefe antes de chegar ao trono.

Em suma: o general Figueiredo, ex-chefe do SM, não tem condições de enfrentar o aparelho repressivo. Tem, no entanto, que controlá-lo, para poder avançar com sua política. E sobreviver.

A repressão, institucionalizada e clandestina, contudo, tem seus esquemas próprios. Está insatisfeita com a "abertura" e, mais do que isso, temerosa com os seus possíveis desdobramentos. Não confia, evidentemente, nas promessas do general. E está disposta a criar fatos consumados. A livrar a cara, de qualquer jeito.

Estes são os termos, de modo simplificado, da contradição que tem obrigado o general Figueiredo a levantar a voz contra a violência policial e os atentados terroristas, dando uma puxada nas rédeas do aparelho repressivo. Nada mais do que isto.

Ninguém deve esperar, portanto, qualquer ação mais incisiva contra o aparelho repressivo. O sequestro no Rio Grande do Sul é um bom exemplo. Os uruguaiois, sequestrados, acabaram sendo acusados de crime de "falsidade ideológica" e outras coisas, enquanto os sequestradores do DOPS gaúcho foram absolvidos. O delegado do caso Aézio, do Rio, foi passear na Europa.

Perdoados a priori

O mais importante, no entanto, não são os casos isolados. É a tendência. É o projeto de anistia, por exemplo. Os únicos, neste país, que receberão anistia ampla, geral e irrestrita, segundo o projeto-Figueiredo, são os carrascos do regime, os torturadores e os seus mandatos. Aqueles mesmos, como várias vezes denunciaram e continuaremos a denunciar, que integram e dirigem o aparelho repressivo e o seu braço braço clandestino. Estes, que nunca foram reconhecidos oficialmente como criminosos e punidos, são os mesmos que nos atacam e a todos os que lutam pela democracia. Perdoados a priori, mais uma vez certos



Danos provocados pelo atentado anterior (à bomba) contra a sucursal de Belo Horizonte.

Solidariedade

O calor da solidariedade nos chega de diversos pontos do país. Sem esquecer ninguém, mas premiados pelo espaço disponível, destacamos:

— Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, solidarizando-se conosco e enviando carta ao general Figueiredo cobrando apuração de todos os atentados que vêm ocorrendo no estado.

— Movimento Contra a Censura, repudiando este ato de terrorismo e prestando solidariedade à imprensa alternativa.

— Professor Barbosa Lima Sobrinho, em nome da Associação Brasileira de Imprensa, solidarizando-se conosco e denunciando as formas mediante as quais se tenta hoje intimidar a imprensa alternativa. "Única que, pela sua independência econômica pode falar claro."

— Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia, reunido em São Paulo nos dias 7 e 8 últimos, moção

de apoio ao EM TEMPO e repúdio a tais atentados dentro da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

— Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fiel ao princípio da não violência e solidarizando-se conosco pela invasão e depredação de que fomos vítimas.

— Comissão de Direitos Humanos do MDB de São Paulo, através do deputado Fernando Moraes, solidarizando-se conosco e denunciando estes atentados como inscritos no clima de terror sobre a liberdade de imprensa reforçado pelo recente plano do CIEEX para amordaçar a imprensa alternativa.

— Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, denunciando mais esta ameaça ao direito de livre manifestação e expressão.

— Comitê Brasileiro pela Anistia, núcleo de Belo Horizonte repudiando o atentado e acusando: "terrorista é o regime."

— Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Brasília, solidarizando-se conosco e se dispondo a encaminhar junto às autoridades providências referentes ao caso.

— Diretoria da União Nacional dos Estudantes se colocando ao nosso lado na luta pelo desmantelamento do aparato repressivo.

— Jornal Versus, compartilhando conosco da luta pelo desmantelamento do aparato repressivo como parte integrante da luta pela liberdade de expressão e manifestação.

— Jornal Movimento, solidarizando-se conosco na luta pela liberdade de expressão.

— E dezenas de outras entidades democráticas e populares de vários Estados manifestando repúdio ao atentado de que fomos vítimas e se colocando, também na luta pelo desmantelamento do aparato repressivo.

Dê uma força

A imprensa alternativa, já se disse muitas vezes, sobrevive de teimosia. Ao contrário da grande imprensa, não dá lucro. É cronicamente deficitária, impondo contribuições voluntárias por parte dos colaboradores. Mas isto não é senão um lado do problema, e o menor deles.

Nem todo jornal se paga. Muitos funcionam subsidiados. Grupos de empresários, políticos, ou mesmo entidades variadas, por vezes financiam jornais que julgam defender suas causas. Nem toda a imprensa vive de publicidade como é a regra na grande imprensa. Mas todos estes empreendimentos subsidiados funcionam dentro dos padrões capitalistas normais nas suas relações internas, pagando "bons" salários, por exemplo. O que muda é tão somente a fonte do financiamento, que não é a publicidade, mas o subsídio.

No caso da imprensa alternativa não há publicidade. Os anunciantes não se interessam por este tipo de veículo. Não há tampouco subsídios da parte de grupos empresariais ou políticos. Do que ela vive então? Basicamente das vendas e assinaturas de um lado, portanto dos leitores.

e do esforço de seus trabalhadores de outro.

Mas as vendas, por maiores que sejam, não bastam. Só para começar, as distribuidoras ficam com 45% do preço de capa, só retornando a nós, no caso do EM TEMPO, Cr\$ 8,00 por exemplar vendido. Além disto, há um encalhe padrão na imprensa alternativa, devido à imperfeições da distribuição, que obriga a uma tiragem muito maior do que as vendas. O transporte aéreo até as várias regiões — para que o jornal não atrase — chega a quase Cr\$ 100.000,00 por mês. O custo gráfico, para a impressão de 4 edições por mês, chega a Cr\$ 300.000,00, além das pressões constantes, obrigando a sérios transtornos que se refletem inclusive na qualidade gráfica do produto final.

Frente a um quadro tão repleto de despesas e tão míngua de receitas, a mágica para a sobrevivência está no trabalho voluntário daqueles que fazem o jornal. Pouquíssimos podem ser pagos. E estes, simbolicamente. No nosso caso, o maior salário é de Cr\$ 7.000,00 por mês. A grande maioria trabalha mesmo é de graça. Ou melhor, paga para trabalhar, na medida em que é chamada frequente-

mente a contribuições para cobrir os déficits.

Em síntese, oposição não dá dinheiro; pelo contrário, dá é cadeia, processos, atentados etc., como vem sendo o nosso caso e de muitos outros já há muito tempo.

Bem leitor, do nosso lado — dos trabalhadores — estamos no último furo. Agora, lamentavelmente, é sua vez. Em Assembleia Geral os trabalhadores do EM TEMPO decidiram aumentar o preço do jornal — exceto naqueles setores populares onde se faz venda direta — para Cr\$ 20,00 a partir do próximo número, 073. Além disto tudo que alegamos, o custo de vida também está aí, não deixando por menos.

Finalmente, aproveite. O preço da assinatura subirá somente daqui a um mês, em meados de agosto. Faça a sua antes da subida e ganhe junto conosco.

A DIRETORIA

PS.: O prejuízo de Cr\$ 400.000,00 causado pelo público atentado não estava na nossa previsão orçamentária aprovada na Assembleia dos trabalhadores do jornal. Colabore conosco através do bônus da página ao lado.

Anistia

1) A posição e o compromisso do Encontro Nacional dos Movimentos pela ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRITA, realizado em São Paulo no último fim de semana; 2) o posicionamento dos 15 presos políticos do Rio de Janeiro (excluídos do projeto de anistia do Executivo); 3) uma carta dos professores do Rio Grande do Sul ao Congresso Nacional; 4) a disposição de dois vereadores gaúchos cassados, Glênio Peres e Marcos Klassmann, de reassumir os seus mandatos (que ainda não expiraram); e 5) um apelo de um pai angustiado, para que o povo brasileiro conheça quem foi o seu filho Rosalindo de Sousa, "desaparecido" e morto pela ditadura.

1 Encontro Nacional dos Movimentos pela Anistia AMPLA, GERAL e IRRESTRITA:

Não à anistia discriminatória

"Os movimentos de anistia não podem aceitar o projeto de anistia discriminatória, condicionada e humilhante do Governo".

Esta frase resume a linha adotada pelo IV Encontro Nacional dos Movimentos que lutam pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita no Brasil, realizado no último fim de semana, em São Paulo.

O Encontro, antes de tudo, procurou caracterizar o significado do projeto de anistia do Executivo nos planos ditatoriais:

"Reformular os aspectos do regime mais repudiados pelo povo ao longo desses anos de arbítrio para, mantendo o fundamental de seu caráter ditatorial e repressivo, tentar ampliar a sua base de sustentação política e isolar e dividir a oposição democrática e popular. Está é o plano geral da ditadura do qual o projeto de anistia parcial e restrita é parte".

Partindo para a caracterização dos feitos econômicos da ditadura nesses 15 anos, o Encontro deixou claro que "o modelo econômico montado em função das grandes empresas nacionais e estrangeiras se debate numa crise sem precedentes enquanto o regime, arditamente, tenta deslocar, para a conjuntura internacional, a responsabilidade da situação pré-falimentar em que mergulhou o país".

Estes termos concluiu: "A crise da ditadura não decorre da conjuntura internacional, mas do caráter concentrador e repressivo do seu modelo político-econômico, con-

tra o qual crescem as lutas populares. A contradição entre o conjunto de setores populares e o grupo militar empresarial que empalmou o poder, tende a se aprofundar na medida do descontentamento e da organização popular. Por isso, o governo, procurando impedir a necessária participação do povo na riqueza que constrói com seu trabalho, e na estocagem de seus governantes, ao mesmo tempo a com medidas falsamente libertadoras, com o reatamento da Lei de Segurança Nacional e uma anistia mesquinha, enquanto mantém intocável a ideologia de segurança nacional — essência de um regime golpista que leva a insegurança a todos os brasileiros".

Exclusão inaceitável

Os movimentos pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita deixam bem claro que "não podem aceitar a exclusão (feita pelo projeto do Governo) daqueles que pegaram em armas contra o regime, tentando responder à violência, ao arbítrio e ao terror desencadeados neste país contra as oposições e o povo brasileiro, especialmente após a decretação do AI-5". E justificam: "A tentativa de descaracterizar o conteúdo político das ações desses opositores não encontra nenhum respaldo, seja na tradição histórica brasileira, que sempre anistiou os que pegaram em armas, seja do ponto de vista jurídico, que define como político todo o ato praticado por motivos políticos". Além disso, argumentam os

movimentos pela anistia, "a ação dos que pegaram em armas não atingiu a população, isto é, não se constituiu, para os mais competentes juristas, em terrorismo. Terrorismo, verdadeiro crime contra a humanidade, tem sido cometido pelos agentes de órgãos de repressão militar e policial contra a população brasileira. Exemplo disso é a tortura, o assassinato e o "desaparecimento" de presos políticos ocorridos nas prisões brasileiras. Estes são crimes comuns, que não podem ser anistiados."

Posição e compromisso

Eis a posição final, adotada no Encontro, inclusive sobre a conduta que os parlamentares do MDB deverão ter com relação ao projeto do Governo, na opinião dos movimentos pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita:

"No momento em que o Governo envia ao Congresso Nacional o seu projeto de anistia parcial, limitada, discriminatória e odiosa, os movimentos de Anistia estarão com a Oposição Democrática e Popular na firme posição de denúncia e repúdio ao projeto como um todo. Os movimentos de anistia do Brasil se posicionam firmemente em defesa da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, razão maior de sua existência e objeto de luta que tende a se ampliar. É necessário desmascarar ampla

e concretamente todo o caráter do projeto do Governo, mostrando que ele não atende às necessidades do povo brasileiro. Este mesmo procedimento indicamos aos parlamentares. Dentro e fora do Parlamento, através da discussão e do voto, os verdadeiros democratas deverão se posicionar contra o projeto do Governo. Apresentamos à oposição um projeto de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita como parâmetro para sua atuação na defesa da verdadeira anistia.

Propomos e nos comprometemos com a realização da mais ampla campanha de massa em defesa da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e dentro dos objetivos globais da democratização do país, que exige:

- libertação imediata de todos os presos políticos;
- a volta de todos os exilados;
- a reintegração de todos os demitidos, excluídos, reformados, cassados e aposentados;
- esclarecimento das mortes e desaparecimento de opositores;
- a responsabilização dos que praticaram torturas e assassinatos;
- a revogação de todos os atos e leis repressivas;
- o desmantelamento do ainda impune aparelho de repressão política;
- ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA".

4 Vereadores cassados afirmam que vão reassumir



Glênio Peres — Marcos Klassmann

De todos os políticos anistiados, apenas dois ainda estão com os seus antigos cargos em andamento. São eles os vereadores Glênio Peres e Marcos Klassmann, do MDB de Porto Alegre. Cassados em março de 1977, por dois discursos considerados ofensivos ao governo, os parlamentares poderão voltar ao legislativo municipal da capital gaúcha. Pelo menos é o que afirmam Glênio e Klassmann. Segundo eles, tão logo a anistia seja sancionada, voltarão à Câmara. "Nós fomos eleitos pelo povo e quando a anistia for publicada no Diário Oficial, assumiremos no outro dia", afirma Glênio Peres. A posição de Marcos Klassmann não difere do seu companheiro. "É certo que reassumiremos. E apesar de contarmos com pouco tempo de mandato, ainda temos muita coisa para fazer contra os opressores do povo".

Na verdade, os dois vereadores foram cassados porque com eles o MDB ficaria com dois terços no Legislativo, o que lhe daria poder de votar as decisões do Executivo. Dos 21 vereadores eleitos, com a volta dos cassados, a oposição terá 14, o

que não agrada ao prefeito Guilherme Socias Villella, mantido no cargo por mais 4 anos pelo governador do Estado, ante a negação da Assembleia Legislativa de referendar outro nome.

Apesar das discussões em torno da volta dos dois, pois segundo alguns observadores políticos a anistia não concede esse privilégio, Glênio Peres e Marcos Klassmann declararam que já se consideram reintegrados em suas atividades parlamentares. "Fomos eleitos pelo povo e não vamos pedir a ninguém para voltarmos", declarou Marcos Klassmann. O mesmo acontece com Glênio, atual integrante dos comitês petebistas no sul.

A direção do partido, por sua vez, está confusa. Segundo alguns políticos, o MDB deverá tentar passar no Congresso Nacional alguma emenda que facilite a reintegração dos dois vereadores sem maiores entraves. Por outro lado, argumentam outros, tal procedimento significaria aceitar que o atual projeto de anistia, assim como está, não concede a volta dos dois cassados.

Glênio Peres, Marcos Klassmann

2 "A todos os que lutam pela Anistia e pelos Direitos Humanos no Brasil"

Presos políticos do Rio condenam o projeto

O regime acaba de dar à luz o seu projeto de Anistia Parcial e Restrita. Começam agora os rituais para que ele seja imposto à Nação.

Nunca um projeto de Anistia no Brasil foi tão contraditório falho e aquém das aspirações da sociedade e do momento político que atravessamos.

Nunca um projeto de Anistia em nosso país foi tão evadido de absurdos e irregularidades jurídicas e de tanta injustiça.

Nunca um projeto de Anistia foi tão emoldurado com diatribes ideológicas e estigmatizações sobre aqueles que foram excluídos do mesmo, e tão casuístico que tornou praticamente nominais suas exclusões.

Nunca um projeto de Anistia foi tão usado para objetivos de propaganda na tentativa de negociar com os interesses do povo e servir a interesses espúrios por parte do regime.

Em função dessas razões e enquanto opositores do regime colocados à margem dessa Anistia queremos deixar claro nossa posição:

- reconhecemos que essa Anistia atingirá uma parcela dos opositores do regime mas não creditamos isso a uma benesse do poder e menos ainda que isso repare os danos aos mesmos já que jamais deveriam ter sido perseguidos e aliados da vida política nacional;

- que essa Anistia anunciada hoje não satisfaz os reais interesses do povo brasileiro assim como qualquer outro projeto que não seja amplo geral e irrestrito;

- porque esse projeto pretende acobertar os crimes cometidos pela ditadura militar anistiando aqueles que torturaram assassinaram prisioneiros indefesos e seus mandantes tentando impossibilitar a apuração desses crimes e a devida responsabilização dos envolvidos;

- porque não vem acompanhada de uma completa desmantelamento dos DOI-CODIS e demais órgãos de repressão política e abolição da Lei de Segurança Nacional e de todas as leis de exceção;

- porque esse projeto de Anistia Parcial em sua essência é parte de um projeto maior de perpetuação deste regime;

- porque achamos que a luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita se confunde com a própria luta pela democratização do país constituindo-se numa das bases deste processo;

- declaramos que somos opositores que ousaram levar a luta política ao nível da luta armada contra esse regime e repudiamos qualquer medida que nos exclua da vida política nacional;

- rejeitamos taxativamente a clemência do poder já aventada através do indulto presidencial e a denunciamos não como um reparo a recorrida injustiça da nossa exclusão mas como um atentado a nossa dignidade da qual jamais abriremos mão mesmo que isso venha nos custar mais anos de cárcere.

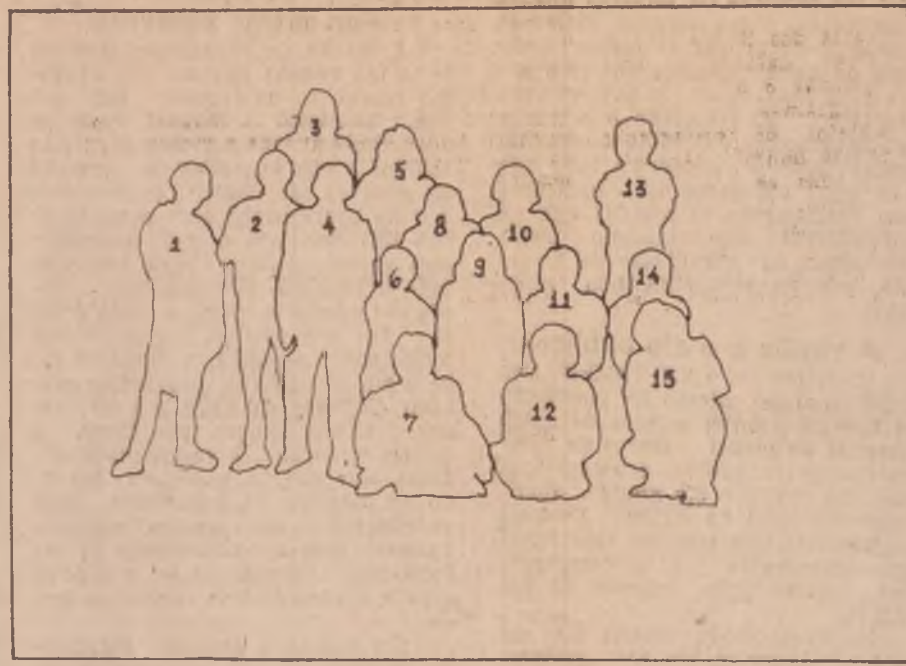
Conclamamos a todos os brasileiros que amam a liberdade, e que não compactuam com os crimes da ditadura militar nem com suas manobras continuistas, a se manifestarem, sob todas as formas possíveis ao seu alcance, pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, que marcará uma significativa avanço para por fim a este regime de terror, e estabelecer um regime democrático que expresse a vontade e a participação do povo.

Desde já nos comprometemos com todos os setores sociais populares a dar consequência à luta até a conquista da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Presídio Político do Rio de Janeiro, 29 de junho de 1979.

Assinam 15 presos políticos:

Alex Polari de Alverga, Antonio Pereira Matos, Carlos Alberto Sales, Gilney Amorim Viana, Hélio da Silva, Jesus Parede Soto, Jorge Raimundo Júnior, Jorge Santos Odría, José André Borges, José Roberto Gonçalves de Rezende, Manoel Henrique Ferreira, Nelson Rodrigues, Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, Paulo Roberto Jabur, Perly Cipriano.



1) Jorge, 2) Jorge Odría, 3) Jabur, 4) Perly, 5) Nelson Rodrigues, 6) Manoel, 7) André, 8) Rezende, 9) Paulo Henrique, 10) Alex Polari, 11) Sales, 12) Helio, 13) Gilney, 14) Matos, 15) Jesus Soto

3 Professores gaúchos enviam carta ao Congresso

No dia 7 de julho deste ano, 25 professores universitários do Rio Grande do Sul, todos atingidos por atos de arbítrio durante os últimos 15 anos, enviaram carta ao Congresso, aberta à opinião pública, manifestando posição sobre o projeto de anistia do governo.

Para os professores gaúchos, "a anistia - geral, ampla e irrestrita - é uma aspiração e um direito do povo brasileiro". Nestes termos, "o projeto (do governo), embora represente um passo na tentativa de realização deste imperativo da consciência moral, jurídica e política do país - dizem os professores em sua carta - encontra-se de tal forma diminuído em seu alcance, pervertido em seus termos e amesquinçado em seus efeitos, que acaba por constituir-se num novo e redobrado agravo àqueles que por ele deveriam ser reparados".

"No que diz especificamente com os professores - continuam - é inaceitável que se lhes condicione o retorno à vida universitária ao parecer de uma comissão de readmissão subordinada ao ministro da Justiça, cuja função será a de emitir um novo e igualmente inaceitável julgamento político". E mais adiante: "Nenhum professor aceita, sequer a

idéia de ter cometido qualquer crime, delito ou mesmo irregularidade".

E por fim: "Com base nestas convicções (inclusive a do pleno direito ao retorno aos seus cargos) os professores universitários resolvem empenhar-se - solidariamente com todas as demais vozes que hoje lutam por uma anistia ampla, geral e irrestrita - numa campanha para que o Congresso Nacional, em consonância com os mais profundos anseios da opinião pública democrática do país, venha a transformar o contraditório projeto do Executivo, numa verdadeira Lei de Anistia (...) como uma das condições à recondução do país à democracia".

Assinam a carta: Ernani Maria Fiori, Carlos Maximiliano Faet, viúva Rina Ricci (por Angelo Ricci, já falecido), João Carlos Brum Torres, Luis Carlos Pinheiro Machado, Antonio Pádua, Claudio Accurso, Temperani Pereira, Dionísio Toledo Réa Silvia Graeff de Souza, Maria da Glória Bordini, Apio de Lima Antunes, Edgar Graeff, Demétrio Ribeiro, Nelson Souza, Leonidas Xausa, Ernildo Stein, Gerd Bornheim, Ari M. Canarin, Mafilde Rippoll, Enildo Ribeiro, Amílcar Gigante, Antonio Santos Flores, Edvaldo Paiva, Ernesto Paganelli.

5 O drama de um pai à procura do filho

(E quem pagará por esses crimes?)



No último dia 4 de julho, na cidade de Itapetininga, na Bahia, o Sr. Rosalvo Cipriano de Sousa deixou o Cartório local, onde fora reconhecer as firmas postas em uma carta e dirigiu-se aos Correios. Alguns dias depois, recebíamos a mensagem de seu Rosalvo: "Venho por intermédio desta solicitar de V.S. mandar publicar em seu conceituado jornal a presente carta juntamente com os dados pessoais de Rosalindo Sousa, para que o povo brasileiro tome conhecimento do drama angustiante de nossa família. Anexo uma última fotografia".

O drama angustiante da família de seu Rosalvo, como de muitas outras por este Brasil afora, é o drama de ter um filho desaparecido. Certamente morto.

Em poucas linhas, ele mesmo resume sua história e dor: "No dia 22 de abril de 1971, meu filho Rosalindo Sousa teve que deixar seus familiares, sua mãe e a terra que lhe serviu de berço para fugir das perseguições dos agentes policiais do Regime Ditatorial da época".

Após este longo e inesquecível 22 de abril, o pai de Rosalindo soube do filho em duas oportunidades: por uma carta, "sem endereço", datada de 31 de dezembro do mesmo ano, e a segunda e última pelo que consta na "Revista n.º 1 A Guerrilha no Araguaia", da Editora Alfa Omega, na página 50, parágrafo 8.º, e no depoimento de José Gentilino Neto participante do Congresso da UNE em Salvador, ao jornal local.

"Por medida de segurança pessoal - continua seu Rosalvo, - tivemos que suportar a angústia da ausência, da incerteza e sobretudo da saudade durante estes 8 longos anos; fui sequestrado por agentes policiais, para dizer onde ele (Rosalindo) se encontrava; diariamente me perguntavam por ele".

Sobre sua família, eis o que nos revela o pai de Rosalindo: "Somos uma família simples, minha profissão é encanador, mas pela orientação segura que dei a meus 4 filhos - 3 homens, advogado, técnico-agricola e es-

tudante de Direito; e 4 filhas, professoras primárias, desfrutando de um pouco de amizade em nossa cidade".

Na certeza da morte do filho, seu Rosalvo, "no início do mês passado" requereu às autoridades competentes, "por intermédio do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, os restos mortais de meu filho Rosalindo Sousa".

Quem foi Rosalindo

"Rosalindo Sousa, filho de Rosalvo Cipriano de Sousa e de Lindaura Correia de Sousa, nascido em 02 de janeiro de 1940, natural de Saúde - Bahia. Residente em Itapetininga desde 1968".

"Rosalindo fez o curso ginasial, com destaque, no Centro Educacional Alfredo Dutra, em 1956. Iniciou o curso científico em 1957 no colégio Antônio Vieira em Salvador, interrompendo em 1959 no 3.º ano para servir ao Exército, no Quartel do 19-BC como Soldado de Artilharia; fez o curso de Cabo e, logo depois, o de Sargento das Armas, sendo dispensado no fim do ano. Residente em Salvador, trabalhou numa Empresa Publicitária. Em 1961 retorna à Itapetininga, (...). Em 1963, é nomeado Escrivente da Escola de Direito UFBA, com atitudes corajosas e democráticas que foram tomadas naquele ano pelos estudantes, foi procurado várias vezes por agentes policiais, inclusive em seu trabalho, onde teve que passar fora a fim de fugir às perseguições. Como outros, foi impedido de se matricular na escola, indo para o Rio de Janeiro; matricula-se na escola de Direito da Faculdade Cândido Mendes, trabalhando no setor jurídico da Mesbla Terminando o curso retorna a Itapetininga em 1970 e se inscreve na Ordem dos Advogados Seção da Bahia. Instala escritório na R. Santos Dumont n.º 44. Nesta época os jornais de Salvador publicam o nome de dez estudantes denunciados ao Auditor Militar, entre eles o de Rosalindo. E é continua trabalhando e aguardando os acontecimentos. Compareceu à 1.ª audiência onde apresenta testemunhas. Marcada a audiência de julgamento para 13 de maio de 1971, viaja antes, 22 de abril. Sendo condenado a 2 anos e 2 meses de reclusão.

Trabalhadores demitidos Os mortos contábeis também querem anistia

O governo militar não respeitou nem a "legalidade" forjada pelo Ato Institucional número 1, demitindo sumariamente centenas de trabalhadores petrolíferos, marítimos, bancários, metalúrgicos e radia listas (como Mário Lago, Paulo Gracindo e Nora Ney) contratados pela CLT e transformados em "mortos contábeis".

Liderados pe los bancários, as vítimas do arbitrio exigem, através do Congresso Nacional, a anistia trabalhista.

Por Terezinha Vicente Ferreira

O movimento dos trabalhadores em 64 estava em pleno auge e a primeira meta do regime militar instalado era desarticulá-lo. Assim, o primeiro ato institucional só poderia mesmo vir com direção certa — os trabalhadores.

Particularmente, os bancários viviam momentos de grandes mobilizações e conquistas e foram uma das categorias mais atingidas pelo AI-1. Por atividades sindicais, 59 bancários foram demitidos e 8 aposentados. O presidente do Sindicato dos Bancários do Rio, Aloísio Pacheco Pedreira foi morto pela repressão e Armando Ziller, ex-diretor da categoria, em Belo Horizonte, ainda se encontra exilado, pois está condenado a pena de 32 anos. Isto sem falar nas centenas de demitidos com indenização por não possuírem estabilidade.

Marcos Pompeu, um dos punidos no Banco do Brasil e hoje secretário-executivo do grupo de S. Paulo que luta pela reintegração, fala daquela época:

"No setor dos bancários, a repressão se localizou e atingiu os bancos oficiais. Demissões, aposentadorias, transferências e prisões, registraram-se principalmente nos Bancos do Brasil, do Nordeste do Brasil e da Amazônia. A repressão se situou mais na rede bancária oficial, porque era de lá que saíam as direções sindicais mais avançadas".

Pernambuco foi o Estado mais atingido. Gilberto Azevedo, funcionário do BB e deputado, líder na Câmara de Pernambuco em 64, conta que só nas agências do BB em Recife foram presos ou transferidos 80 bancários, num total de 450. A acusação feita a Gilberto foi de "estar a serviço de uma potência estrangeira para subverter a ordem constitucional", tendo sido condenado a 18 anos de prisão. Esteve preso, tendo conseguido a prescrição de sua pena.

A luta contra estas punições inconstitucionais é uma batalha insuportável na luta de toda a sociedade pela anistia ampla, geral e irrestrita, e pelo fim do aparelho repressivo. Para os trabalhadores, é uma batalha a travar dentro da luta pela estabilidade, pela autonomia e liberdade sindical.

Entre os atingidos pelas chamadas "punições" oficiais foram incluídos muitos trabalhadores cujos contratos de trabalho estavam regidos pela CLT; bancários, metalúrgicos, radialistas, petrolíferos, ferroviários, aeronautas. Além de grande número de demissões de trabalhadores que não tinham alcançado ainda a estabilidade, muitos foram os punidos que, além de terem a chamada "estabilidade legal", possuíam imunidade sindical. Demissões e aposentadorias foram sumariamente determinadas, alegando-se estarem sob o fundamento do Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964, sem que

fossem concedidos aos atingidos, não apenas o direito de defesa, mas, até mesmo, o conhecimento das respectivas causas das punições.

Hoje, os bancários atuam organizadamente em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília, no Ceará, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, através de comissões locais, ligadas às entidades sindicais de suas cidades. Já conseguiram colocar no Congresso Nacional quatro projetos de lei, objetivando anistiar ou reintegrar os trabalhadores punidos pelo AI-1.

Arbitrio sobre o Arbitrio

Acontece que estas punições, além de arbitrárias como muitas outras, vieram a constituir-se numa injustiça e ilegalidade. A simples leitura do Ato Institucional n.º 1 demonstra que os seus dispositivos se referiam apenas aos Servidores Públicos — regidos por uma carta estatutária — e não aos empregados protegidos pela CLT, cuja estabilidade era inotocável.

Esta análise, foi, ainda, reforçada pelo Comunicado n.º 6, do Comando Supremo da Revolução, publicada na primeira página do Correio da Manhã de 12-04-64.

Trabalhador tem estabilidade

"O Comando Supremo da Revolução informa que o artigo 7º do Ato Institucional não suspende o direito de estabilidade dos trabalhadores".

Não bastasse isso, em entrevista divulgada no dia seguinte, o próprio Ministro do Trabalho na época, sr. Arnaldo Lopes Sussekind, dizia: "Foi oportuna a informação do Comando Supremo da Revolução de que não está suspensa a estabilidade dos Trabalhadores (...)" "E" a interpretação autêntica, porque feita pelos próprios autores do ato institucional" (O Globo, 13.04.64, pág. 2).

Como primeiro ato revolucionário, o de 9 de abril de 1964, ainda não tinha número e se auto limitava. teve 6 meses de duração. Por esta razão, as punições se deram entre os dias 6 e 8 de outubro, últimos dias de vigência do AI.

Mortos Contábeis

Aposentados e demitidos foram apresentados com o humilhante título de "mortos contábeis", a fim de "legalizar" o pagamento da mísera pensão especial que é dada às suas "vítimas". E, mesmo aqui, o arbitrio e a discriminação são gritantes. As famílias dos bancários vêm recebendo por sua "morte", a título de pensão, cerca de 7 por cento do salário a que teriam direito no serviço ativo (sem contar comissões eventualmente exercidas em horas extras). Enquanto as famílias dos funcionários públicos recebem 50 por cento e as dos militares, expulsos com o mesmo fundamento, recebem 60 por cento do salário.

Os projetos de lei

O Congresso Nacional de Bancários, realizado em Araxá-MG, em 1970, aprovou um primeiro projeto que determinava a equiparação das pensões recebidas pelas famílias de bancários àquelas recebidas por funcionários públicos. Uma medida apenas paliativa, como se vê. Entretanto, levado a Congressos pelo senador Aurélio Viana, depois de aprovado por todas as Comissões Técnicas, foi derrotado em plenária numa manobra do governo, em julho de 1971.

Depois disso, o intercâmbio entre os punidos tornou-se mais intenso e, através de vários contatos com parlamentares conseguiram introduzir no Congresso quatro projetos de lei, visando a anistia e/ou reintegração. O primeiro projeto, apresentado pelo deputado Ruy Brito, foi unanimemente aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, tornando-se o único projeto de anistia aprovada por essa Comissão. O encerramento da legislatura impediu no entanto, que pudesse chegar à apreciação do Plenário.

Basicamente, os quatro projetos são muito semelhantes, todos concedendo a reintegração aos empregados regidos pela CLT e punidos pelo AI-1. A maior diferença está no projeto do vice-líder da Arena, Marcelo Linhares que, apesar de apresentar os mesmos elementos reivindicativos não toca na palavra anistia, condição estipulada pelo partido governamental para a apresentação do projeto. Em sessão do último dia 6 de junho ele também teve aprovação unânime da Comissão de Constituição e Justiça, estando os punidos agora empenhados em sua rápida tramitação, já que este projeto tem a simpatia do Congresso, inclusive do partido majoritário.

A CONTEC — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito — criou uma assessoria parlamentar, atualmente desenvolvida pelo ex-bancário punido Adelino Cassis, a fim de efetuar sistematicamente o levantamento das proposições de interesse dos bancários. Outra medida a ser tomada por essa assessoria é recorrer aos serviços técnicos da Câmara e do Senado para ser efetuado o levantamento de todos os casos de punições abrangidos pelos projetos em tramitação.

Os Sindicatos dos Bancários e alguns de outras categorias vêm tentando pressionar o governo com o envio de telegramas, no sentido de que os projetos de reintegração dos trabalhadores punidos pelo AI-1 sejam incorporados ao projeto de anistia do Governo. O Congresso de Metalúrgicos realizado no mês de junho, em Poços de Caldas, também aprovou por unanimidade proposição para que o Departamento Profissional dos Metalúrgicos encampe esta luta.

Gama Filho, o poderoso chefe

Repressão. Deduragem. Corrupção. Agressões físicas. Clima de terror na Universidade Gama Filho, no Rio, relembram as ações do CCC, em 1968

Por Beatriz Loruer, Do Rio

Os professores e alunos da Universidade Gama Filho-UGF, do Rio de Janeiro, estão vivendo um clima de terror e intimidação. Desde o encerramento da greve dos professores universitários do Rio de Janeiro que a situação naquela Universidade vem se agravando. Das demissões sumárias de professores e tentativas de extinção de departamentos, as arbitrariedades evoluíram para agressões físicas, invasões domiciliares e até mesmo ameaças com armas de fogo. Tudo isto, quando não é perpetrado pela diretoria, conta com seu estímulo ou tolerância.

Universidade altamente centralizada, autoritária, onde a participação dos corpos docente e discente nos órgãos deliberativos é quase inexistente, em que as chefias de departamentos são cargos de confiança e a representação dos professores e alunos no Conselho Universitário se faz por cooptação dos chefes de Departamentos, a Gama Filho tem no topo de sua hierarquia a imagem de seu dono e tudo se faz de acordo com a sua vontade.

Relembrando 1968

Como represália aos que participaram da greve e trabalhavam pela organização dos professores, a UGF passou, imediatamente, a fazer demissões em massa, não poupando sequer 3 membros de sua alta direção.

Certamente, levados pelas dificuldades de identificar as lideranças e os professores politicamente mais ativos, passou a furiosamente, promover verdadeiras destruições de Departamentos e estimular a deduragem e a violência de seus mercenários, como a mobilizar os seus judeus e socos-ingleses. Quarenta e dois professores do Departamento de Sociologia e Política foram demitidos e, como extensão, eliminaram as disci-

plinas de ciências humanas dos currículos da área técnica da Universidade.

Mas o pau começou mesmo a comover quando os professores davam os últimos passos na organização de sua associação, convocando uma assembleia para a eleição de uma diretoria provisória.

A primeira e frustrada iniciativa da direção da UGF foi circular uma moção em que pretendia que a diretoria fosse composta pelos quatro funcionários mais antigos, como uma manobra para amarrar a associação à estrutura da Universidade. Para que os professores aceitassem a "suá gestão" os diretores receberam a tarefa de convencê-los sob ameaças veladas. Agora, para convencer os diretores, usaram da ameaça das demissões sumárias. Três diretores que usaram não aceitar a incumbência foram imediatamente afastados: professores Gustavo S. de Gófreddo, José G. de Azevedo Leite e Minor Novama.

Fracassada a tentativa do contra, o "branco" da associação, a UGF passou para as agressões físicas. Os professores que ousaram chegar à assembleia que elegeria a diretoria, tinham que passar por verdadeiros "corredores Polonês" e enfrentar a presença de elementos armados de revólver e soco-ingleses. Colocando o ser exército (que conta com atletas de departamento de educação física para, além de espancar, participar como eleitores, a UGF conseguiu maioria).

Depois da assembleia o clima de terror se instalou. Até mesmo para a entrega das cartas de rescisão contratual (muitos professores continuam sendo demitidos) a universidade montou um esquema ameaçador e policial. Viaturas oficiais da UGF conduzem o Diretor do Departamento

de Pessoal que, acompanhado por atletas, banca o "estafeta".

Os alunos que, já há bastante tempo, enfrentam a repressão às suas iniciativas de participação política, livre e organizada, passaram a sofrer agressões físicas de judecas a soldo dos Gama Filho. Dezenas de alunos, que na sua maioria são os que lutam pela organização de suas entidades, estão ameaçados de terem suas matrículas canceladas.

A corrupção

Os problemas que os professores e alunos da UGF estão enfrentando, em segundo o Prof. Carlos A.P. Sáez, um dos demitidos, causas estruturais sérias. A universidade está envolvida em uma vasta rede de corrupção e sonegação de impostos que em rendido muitos lucros à família Gama Filho.

A UGF não tem fins lucrativos, agora, através da entidade mantenedora, ela está ligada a uma rede de empresas pertencentes à família (Ampulsc, empresa de consultoria técnica, entre outras) e é através de suas relações comerciais com essas empresas que a Universidade repassa seus lucros (que não deveriam existir) para o grupo mantenedor. E em cima o imposto de renda.

As mordomias não poderiam deixar de estar presentes. Os apartamentos e os carros Mercedes utilizados pela família são pagos pela UGF, alguns apadrinhados recebem propinas mensais (salários extras, na contabilidade), o reitor, vice-reitor e a quase totalidade dos diretores recebem pela "caixinha" controlada por Luiz Alfredo Gama Filho.

O temor de que toda esta falcatrua fosse descoberta já levou dois desembargadores a se retrarem da Gama Filho, "Cosa Nostra".

Diante deste leve esboço, o pânico e a repressão da UGF fica explicado.

Rio, lindo de morrer. Aézio, Márcia: a polícia está solta

Aézio, o servente cujo assassinio levou o atleta-presidente a se pronunciar contra a "violência policial", é um exemplo entre milhares. O aparato tem que ser derrubado. Não é outro o recado do povo que, no perigo, "chama o ladrão", como já disse o cantor.

Por Marcelo Beraba



Está em estado desesperador no Hospital Souza Aguiar, no Rio, a menina Márcia Joaquim Gomes, de 13 anos, baleada na cabeça, sexta-feira passada (dia 6), quando merecienda na escola, no Morro da Mangueira. Márcia foi atingida pelo cabo Bruno (o índio) do 4º Batalhão de Polícia Militar. Na ocasião, o policial não perseguiu nenhum bandido nem estava ameaçado por qualquer perigo. Simplesmente, "brincou" com a arma, apontando para dentro da escola.

Revolta, ódio, impotência. Os moradores do Morro da Mangueira já não sabem o que fazer. Há menos de 20 dias, uma patrulha entrou correndo na casa de Dona Geni com a desculpa de que estava perseguindo bandidos. Quebraram tudo, deram tiros e roubaram Cr\$ 6 mil, além de roupas. D. Maria André ainda guarda a marca de uma cicatriz na barriga, trágica lembrança do dia em que estes policiais não faz tanto tempo, invadiram seu barraco à procura de bandido.

É provável que o crime, mais uma vez, fique impune. Afinal, ele se repete, monótona rotina, diariamente em alguma favela ou bairro popular do Rio onde os policiais estão sempre prontos para achar a população indefesa, cometendo as maiores arbitrariedades protegidos por uma farda que, para a maioria do povo, significa, cada vez mais, medo e crime. Num favela de Bonsucesso, onde só moram trabalhadores, estes policiais chegam correndo (ninguém sabe de quê) e atraindo em bandidos imaginários. Matam um garoto de sete anos e acertam um senhor, vendedor de panos, na virilha. F legem, como se fossem bandidos. São.

No caso do morro da Mangueira — o comandante do batalhão da PM deu uma desculpa clínica: — os soldados perseguiram o traficante de tóxico Carlos Laércio Rodrigues. O comandante foi imediatamente desmentido pelos moradores do morro que viram o cabo atraindo despropriadamente e caso inédito, pelo próprio traficante que, temeroso de estar sendo preparado para bode expiatório e futuro presunte, tratou de convocar a imprensa e dar uma coletiva.

— Meu barato é transar tóxico mesmo mas eu não estava nem no morro, na hora. E tem mais, toda hora eu sou archoado por estes soldados, que vivem me levando uma grana alta para não me prenderem. O morro conhece eles muito bem.

Obrigam os moradores a pagar "proteção". E, como se sentem donos destas áreas, os policiais não respeitam as mulheres e as meninas.

O assassinato de Aézio

Como o General João Baptista de Aguiar degustava uma saborosa eijada no Le Bistrô, um dos restaurantes mais caros e sofisticados do Rio, no sábado, dia seguinte ao crime do morro da Mangueira, foi impossível saber dele se será tomada alguma medida punitiva. É provável que não. Pois o caso aconteceu quatro dias depois de o Presidente ter mandado apurar a morte de um servente, Aézio da Silva Fonseca, na xadrez da delegacia da Barra da Tijuca.

Aézio foi preso, ilegalmente, dia 21 de junho, acusado de maltratar uma filha de 16 anos. No dia 22 ele foi encontrado morto numa cela, com

16 presos, com a calça amarrada no pescoço. Suicídio, segundo a polícia. Assassinato, segundo sua esposa, que ficou com seis filhos para cuidar. Um trecho da carta que D. Nilza mandou para o General Figueiredo depois que soube que ele estava interessado em punir os culpados.

"Não sei quem matou meu marido, porque não vi, não estava lá dentro da delegacia para saber quem foram os malvados. Mas, seu presidente, sei que ele apanhou muito da polícia porque a própria polícia me disse que deu nele muita pancada e castigo. O delegado disse que ele confessou um monte de coisas mentirosas e disse que confessou à força de muita pancada. (...) Na delegacia da Barra eu e minhas filhas também fomos atendidas aos gritos e os policiais diziam que Aézio tinha mesmo que morrer. As crianças começaram a chorar e os homens não paravam de gritar com a gente, mandando que a gente fosse para casa".

O laudo cadavérico indica que Aézio morreu por asfixia mecânica (enforcado) depois de sofrer ferimentos violentos, o que confirma as denúncias de sua esposa. Até agora, a única providência foi a abertura de inquérito e o afastamento do delegado, Rui Dourado, transferido daquela delegacia para uma outra de subúrbio. Um castigo pequeno pelo crime, mas espantoso para os policiais da Secretaria de Segurança —: Rui Dourado estará deixando para trás uma das delegacias mais bem localizadas, onde os donos de centenas de motéis, boates e inferninhos compram caro a proteção da polícia. Em compensação, é verdade, terá sua jurisdição uma área de intenso jogo de bicho, e bem distribuídas bocas de fumo. Para quem conhece o métier, pode ser um castigo menor. Alas, na mesma sexta-feira em que era aberto inquérito para apurar a morte de Aézio (e em que era baleada, na Mangueira, a menina Márcia), Rui Dourado viajava, lépido, para a Europa. Um prêmio.

Torturas na Vila da Penha

— Passei seis dias num inferno. Os pedaleiros aconteciam quando eu estava acordada; meu filho Kelson torturado e gritando de dor; meu sobrinho Paulo Sérgio espancado no pau-de-arara; minha filha Michele, de 2 anos, dormindo num colchão imundo e ameaçada de ser levada ao Juizado de Menores; minha filha Márcia, mãe de Michele, ameaçada de ser colocada no pau-de-arara; meu filho Mauro, também espancado; meu outro sobrinho, o Flávio, também preso. Os policiais da 38.ª Delegacia foram muito cruéis.

Este depoimento é de dona Ilsa Athaide Machado, mãe do preso Kelson de Athaide Cardoso Pereira, e foi dado, na 5.ª feira (dia 5), entrecorrido de choro. Ela foi presa e torturada, com 19 outras pessoas, por policiais da delegacia de Vila da Penha, que tentaram arrancar a força alguma confissão que incriminasse quatro rapazes presos e acusados de um assalto a supermercado em fevereiro deste ano, quando morreu um guarda de segurança. O processo já está na justiça, e até agora nenhuma testemunha reconheceu qualquer dos quatro como os assaltantes e assassinos.

Nas verdade, toda a cidade vive estarecida com tanta violência. Nas mãos de uma polícia arbitrária e corrupta, a população mais pobre sabe que está indefesa. E as delegacias e quartéis da polícia militar são na verdade antros de violência onde são sufocados os gritos e os choros dos torturados e assassinados.

Como no caso de Márcia e de Aézio, os responsáveis são conhecidos, os jornais trazem seus nomes diariamente. Isso de pouco tem adiantado. Eles foram torturados e obrigados a confessar. Agora, foram seus parentes, estas 20 pessoas, entre as quais estava dona Ilsa, incomformados com tanta violência, os 4 presos, mesmo sabendo que poderão ser calados definitivamente, gravaram uma fita onde denunciam as torturas que eles e seus parentes sofreram. Esta fita foi para a CAB e para o Cardeal D. Eugênio Salles que, através de seu bispo auxiliar, se disse estarecido com o relato dos presos. Até agora nada. E então, Figueiredo? Mandá apurar mais esta.

Acidentes mortais

— Pelo amor de Deus, me deixem preso no xadrez.

O desespero de Deodato de Almeida, o Paulista, é compreensível. Ele não tem escolha. Está marcado para morrer. Dedo-duro da PM, ele foi atraído por dois soldados do 13.º BPM para uma emboscada e se safou por pouco com um tiro nas costas e outro na mão direita. Isso aconteceu na sexta-feira e Deodato acredita que na delegacia está mais protegido. Ele tem certeza que os PMS voltarão para matá-lo.

Na dia seguinte, sábado, 7, nova vítima da PM: Paulo Ney de Freitas, 17 anos, estudante. Assassinato: soldado Orlando Marques da Silva. Motivo do crime: uma pipa. Ao ajustar conta com um frágil entregador de compras de um supermercado de São João de Mirim, na Baixada Fluminense, que teria estragado uma pipa sua, Orlando errou o tiro e matou Paulo Ney.

Dois policiais da Delegacia de Entorpecentes invadiram, 2.ª feira, 9, a casa do soldado da PM Jonas de Jesus, em Ramos, o assassinaram, pegaram seu revólver, deram dois tiros para o chão e o colocaram em sua mão, simulando um tiro. E foram embora.

Todos estes crimes foram cometidos em menos de um mês, a maior parte deles nos últimos dias. Não se pode sequer alegar que são fatos isolados, excepcionais, meros "acidentes lamentáveis", como o próprio Comando da PM, no início desta semana, tentou caracterizá-los. Não é à toa que alguns crimes envolvem oficiais e delegados. No início deste ano, por exemplo, sobramos que o comandante de um batalhão da PM, coronel Medina, ordenou o sequestro de Gilvan Pate, suspeito de ter roubado um gravador de seu carro, levou-o para dentro do quartel e o assassinou com três tiros. O coronel foi transferido, apenas. Assim como foram transferidos delegados da alta cúpula da Polícia que se recusaram a dividir mais igualmente o dinheiro do jogo do bicho, dos motéis e venciamentos que não constam das folhas de pagamento.

Nas verdade, toda a cidade vive estarecida com tanta violência. Nas mãos de uma polícia arbitrária e corrupta, a população mais pobre sabe que está indefesa. E as delegacias e quartéis da polícia militar são na verdade antros de violência onde são sufocados os gritos e os choros dos torturados e assassinados.

Todos preocupados com a queda do Skylab

Pela milésima vez, a montanha rugiu e pariu um rato. Figueiredo veio a público falando de "economia de guerra" e todo o esquema de imprensa e publicidade voltou-se para a reunião da Comissão Nacional de Energia, a primeira deste fórum criado especialmente para responder ao aumento do preço do petróleo. Quarta-feira, às 10 horas da manhã começou a reunião com mais de 20 presenças notáveis do 1.º escalão do governo. Além dos membros da Comissão — executando o dirigente da Volkswagen, Mário Garnero que estava de férias numa fazenda na África do Sul — apareceram também, fora do previsto, Golbery, da Casa Civil, Medeiros do SNI e Portela, do Ministério da Justiça.

Tudo pronto para a bomba. Mas eis que a reunião termina 1,5 hora depois com o laconico resultado divulgado à tarde pelo "azar energético" Aureliano Chaves — assim denominado pela imprensa pelo papel que ocupa de presidente da Comissão:

1. Contenção das importações de petróleo no seu nível atual.
2. Abastecimento do crescimento da demanda interna pelo importado através de:
 - a) aumento da produção nacional de petróleo
 - b) desenvolvimento de fontes alternativas de energia



A reunião da Comissão Nacional de Energia

Por Flávio Andrade

- c) maior controle dos desperdícios
- d) maior utilização do potencial hidroelétrico existente
- e) como último recurso, o racionamento.

Diante de vagos e ridículos resultados comentava-se que melhor seria Figueiredo ter feito como Carter nos Estados Unidos — trancar-se em Camp David, isto é, na Granja do Torto, e lançar-se à meditação em busca de uma solução digna de apresentação pública.

O fato é que o governo acha-se perdido em meio à crise econômica em evolução. O suado III Plano Nacional de Desenvolvimento, divulgado há poucas semanas nas suas diretrizes (?) básicas vai agora de vez para as cuculas, na medida em que a questão energética passa ao primeiro plano, senão das ações, pelo menos das atenções.

Cada um defendendo o seu
Os ministros foram para a reunião cada um defendendo o seu pedaço frente às ameaças de cortes de verbas, como deixou claro Camillo Penna da Indústria e Comércio quando perguntado sobre as sugestões de sua pasta para a reunião. Os

empresários, diante das hipóteses que se levantavam na véspera partiam para ameaças. Os do setor de cimento, um dos possíveis atingidos através da conversão obrigatória do seu combustível básico de óleo para carvão, ameaçavam com a escassez do produto daqui a 3 meses. Garnero, do setor automobilístico, para muitos ausentou-se propositalmente da reunião para não ter que comprometer-se com metas de conversão de motores para o álcool. Pois especialistas do setor do álcool tem insistido que sua substituição no lugar da gasolina depende, uma vez decidida pelo governo, da indústria automobilística topor o custo da conversão de seus motores ao novo combustível. Um milhão de automóveis a álcool produzidos já no ano que vem é a cifra que dá a dimensão de qualquer esforço minimamente sério para se poupar petróleo através desta alternativa, estimam os mesmos especialistas.

Para Delfim, tudo bem, plantar cana é com ele mesmo — desde que não implique nos cortes de outros projetos de sua área. Já para Rischbieter, da Fazenda, a solução viável para o impasse que se anuncia

está é no aumento do endividamento externo, pois somente assim poderão ser pagas as importações indispensáveis do petróleo. E assim por diante segue o rosário, cada um defendendo o seu peixe e beliscando, tanto de dentro como de fora do governo, o pretenso plano que todos dizem desejar. Seria cômico, se não fosse trágico pelo fato de serem os trabalhadores quem afinal pagam pato de tanta incompetência.

A solução que se vislumbra

Como bem destacaram vários economistas, o governo somente agora parece despertar para o que já é óbvio desde 1974, quando se anunciou a "crise do petróleo". E arrematam perguntando: o que se fez desde então? Onde estão os planos ferroviários e marítimos como prioridades de transporte? Segundo o economista Eusébio Rocha — autor da lei que criou a Petrobrás — o Brasil utiliza 79% de seu transporte por via rodoviária enquanto que nos EUA esta cifra é de 23% e no Japão de 20%. Qualquer esforço sério teria conseguido nestes últimos 6 anos — e por que não antes? — reduzir esta vulnerabilidade. Parece que ainda estamos nos tempos de Washington Luis, quando governar era abrir estradas", conclui Eusébio em sua crítica à anunciada economia de guerra.

O que se fez nestes anos, os famigerados contratos de risco, deram um resultado praticamente nulo: depois de quase 4 anos, 16 poços perfurados, mas todos secos. Porém as multinacionais não são trouxas; estão plantando agora para colher daqui a pouco.

E é por aí que se pode vislumbrar, ainda que minimamente, o que pretende o governo, ou o que terá em mãos para quando a situação piorar à beira do caos.

O documento do Ministro Simonsen que vazou no começo da semana, e que parece ser a única orientação consistente no poder, é confuso nos seus números, porém claro nos seus rumos. De imediato toda a força à produção do petróleo e do álcool e sem as manias de que "O petróleo é nosso" ou "O Alcool é nosso". No futuro, o negócio é a energia nuclear na linha do acordo com a Alemanha. E, se neste meio tempo, a coisa fica preta, deve haver já pronto, um plano de emergência elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional, mas que até a sua aplicação permanecerá secreto.

Trocando em miúdos, entreguismo é a solução, se não der tempo, ditadura. Mudam os tempos mas a burguesia, no fundo, permanece a mesma.

Petróleo & Abertura Para os trabalhadores a "economia de guerra" já dura 10 anos

O discurso do general Figueiredo anunciando a adoção de uma "economia de guerra" para fazer frente à crítica situação energética do país, agravada dramaticamente após a majoração em 25% dos preços do petróleo pela OPEP, coloca na ordem do dia o problema do prosseguimento, ou, pelo menos, do alcance do projeto de "abertura" política elaborada pelos estrategistas do Palácio do Planalto.

Os porta-vozes da Arena logo trataram de tranquilizar os meios políticos. O líder do governo na Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan, afirmou que o agravamento da situação econômica não afetará o que ele chama de normalização política nacional. Dias depois, o senador José Sarney, presidente da Arena, faria declarações no mesmo sentido, desmentindo especulações sobre um endurecimento do governo, veiculadas pelo The Buenos Aires Herald.

Muitos citavam mesmo que a indicação do vice-presidente Aureliano Chaves, reconhecido nos meios políticos como um "aberturista", para a presidência da Comissão Nacional de Energia, é a prova de que o general Figueiredo está interessado em resolver as dificuldades econômicas dentro do quadro geral da distensão.

A voz dos quartéis

Mas seria o próprio O Estado de São Paulo, que editorialmente comprometera com a tese de que "o melhor esforço de guerra se faz numa sociedade politicamente aberta", quem transmitiria na sua edição de 5 de julho inquietantes vozes dos quartéis.

Para um oficial-general identificado como "ligado ao alto-comando do Exército", segundo O Estado — "haverá endurecimento do regime, se surgirem fatos novos que comprometam a absorção de medidas mais severas, no campo econômico, a serem adotadas pelo governo Figueiredo". Para o anônimo general, "agora é um momento difícil porque se superpõem maiores dificuldades econômicas às sociais e políticas".

Dentre as "dificuldades políticas" a citada fonte refere à volta dos exilados, que se anuncia tão pronto seja aprovado o projeto de antistia enviado ao Congresso pelo governo.

Se é difícil a exata significação destas vozes anônimas no interior das Forças Armadas, forçoso é reconhecer que elas apresentam uma certa coerência com o que parecem ser as tendências dominantes nos meios castrenses.

O irado pronunciamento do ministro do Exército respondendo a uma declaração apócrifa do ex-governador Leonel Brizola, da mesma forma que sua defesa dos organismos de repressão feita no Congresso Nacional, estão a indicar a verdadeira posição dos meios militares em relação ao processo de transição política que o país vem atravessando. Nada indica que esta dualidade de comportamentos — a cara feia do general Pires e o sorriso do João — seja outra coisa que as duas faces de uma mesma moeda, dissociadas apenas pela imponente máquina publicitária posta em prática pelo ministro Saíd Farhat.

Mas é evidente que tudo não passa de palavras, se estas declarações tranquilizantes ou inquietantes não são examinadas à luz dos verdadeiros problemas que a nação enfrenta e das perspectivas e possibilidades reais de intervenção que se abrem para as classes sociais e forças políticas no país.

Os dados da crise

A elevação dos preços do petróleo pela OPEP deverá repercutir sobre o balanço comercial brasileiro através de um acréscimo de mais 2 bilhões de dólares na já elevada fatura de nossas importações de combustível, até agora estimada em 5 bilhões US\$.

Estes 7 bilhões de dólares representam quase a metade de nossas importações que devem ultra-

passar os 16 bi este ano, e exatamente 50% das exportações previstas para 79.

O comércio exterior brasileiro sofre de múltiplas formas os efeitos da conjuntura internacional, bruscamente agravada pela decisão dos países petrolíferos. Não só suas importações tem seu valor elevado, como se assiste um processo de inibição de nossa capacidade para exportar. As tendências recessivas generalizadas que a alta do petróleo precipita no conjunto dos países industrializados, segundo nos informa a OCDE, implicarão numa nítida diminuição do comércio mundial, como em 74/75, e se combinarão com uma expansão importante da inflação, outro fator a penalizar nossas importações.

Um beco sem saídas

Mas não é somente as coisas que apresentam gravidade. A nota de 7 bilhões de dólares não é apresentada conjuntamente com uma outra não menos elevada: os 9 bilhões de US\$ que o Brasil deverá pagar este ano como serviço de sua dívida externa.

A menos que os organismos financeiros internacionais resolvessem fechar a torneira, o que não é provável de momento, a única solução que se abre para o governo brasileiro é aumentar mais ainda o endividamento externo, que poderá subir para 14 bilhões de dólares no fim deste ano.

No momento atual, todas as possibilidades que existem para o governo de controlar, mesmo parcialmente, este complexo de fatores, revelam-se problemáticas do ponto de vista social e político.

Faça às atuais dificuldades do comércio mundial a única forma de ampliar substancialmente nossas exportações, para cobrir o déficit comercial seria uma grande desvalorização da moeda, o que teria como contrapartida um encarecimento correspondente das importações acarretando necessariamente tendências recessivas, sem falar nos efeitos inflacionários.

Outras soluções se revelam não menos perigosas.

A redução das importações, sobretudo de petróleo, implica medidas de racionamento (ou "racionalização") como eufemisticamente preferem afirmar o ministro Simonsen) cujos efeitos sobre o consumo produtivo ou improdutivo não se farão tardar. No primeiro caso, o fantasma da recessão será rapidamente uma realidade. No segundo, também, sem falar no que a redução do consumo individual de combustível significaria como mudança de hábitos tão arraigados nas camadas médias da população.

É evidente que o governo poderá pôr finalmente em marcha um plano energético alternativo: substituição de 25% do consumo de óleo por carvão, elevação da produção interna de petróleo até 500 mil barris diários e implementação do programa Pró-álcool. Mas não é menos certo que estas soluções só são pensáveis a médio e longo prazo, sem falar nos custos investimentos que elas implicam.

A base social

O que parece evidente no entanto é que qualquer saída que o governo venha a encontrar repercutirá sobre importantes setores da sociedade, acarretando as "dificuldades políticas" às quais se referia nosso incógnito general.

Se é certo que os trabalhadores viveram nestes últimos 15 anos algo muito semelhante a uma "economia de guerra", não é menos certo que seu nível de consciência e organização, particularmente evidenciados neste último ano, criam um severo obstáculo a uma retomada da ortodoxa política salarial dos anos do "milagre", ou à pacífica aplicação de uma política recessiva, cujos efeitos fariam aumentar a pressão social em áreas urbanas e suburbanas de alta tensão. O João poderá sorrir à vontade, botar calção e até jogar no Corinthians. Difícilmente a massa se comoverá.

Para as classes médias, especial-

Enquanto nos meios militares cresce o temor de que a petróleo, nos meios políticos os porta-vozes insistem em sócio-econômicos agravados agora pela alta do petróleo, nos meios políticos os porta vozes insistem em que nada se alterará nos planos do "João". Um exame detalhado da conjuntura e, nela, da questão do petróleo, mostra que nem uns nem outros têm razão. O governo acha-se num impasse, e todas as saídas já ventiladas até agora para a crise econômica são, no mínimo, de resultados incertos e de longo prazo. "Deixar ficar para ver como é que fica ou então se correr o bicho pega, se ficar o bicho come", parece ser a sina deste início do 5.º governo militar. Recomposições políticas abrindo caminho para reciclagens mais ousadas no modelo econômico também estão fora de cogitação, dada a frágil cristaleira da abertura, bem como o pulo no escuro que representaria um fechamento. Resta portanto nada mais do que o apelo da "economia de guerra". Mas para os trabalhadores, para quem a guerra já vem de muito tempo, a hora é de inverter os canhões.

Por Marco-Aurélio Garcia

mente aquelas que engordaram nos anos do milagre, se anunciam anos de reciclagem, aceleração de um processo já em marcha de mudança das pautas de consumo, o que é grave numa sociedade cada vez mais elitista, aonde as soluções de massas aos problemas do quotidiano — transportes, escola, saúde, etc. — se fizerem cada vez mais raras.

A burguesia é, evidentemente, a que tem menos a temer. Passados os temporais de 1978, todas as frações parecem compreender a necessidade de um denominador comum para que as coisas mudem ficando como estão.

Neste particular, a equação social e política mais viável, com todas as mudanças de forma (por certo importantíssimas) parece ser a

de manter o pacto das frações burguesas entre si, tendo como avulsas menos visíveis as Forças Armadas, ao mesmo tempo em que se reafirma a preeminência do grande capital industrial e financeiro no interior do bloco no poder.

É evidente, no entanto, que a recomposição da unidade burguesa hoje em compasso de espera — apresenta grandes dificuldades, que advêm não só da complexidade da situação econômica, como do esgotamento do modelo ditatorial imposto em 68. Não se pode imaginar que, frente a dificuldades no plano social e político, os militares recorressem simplesmente a um "endurecimento". A repetição da fórmula se daria em meio a uma crise de representação política muito mais gra-



Inimigos da burguesia:

Os jacobinos fardados ou os "sans culottes" do ABC?

Apavorados, os ideólogos da burguesia começam a se preocupar com a possibilidade da "economia de guerra" reacender nos militares o seu velho rancor contra o estilo de vida dos capitalistas.

Não deixa de ser divertido o sentimento de trágica perplexidade que atravessa muitos dos que se preocupam com a recomposição das condições de dominação burguesa no país em meio aos efeitos da crise energética.

Discorrendo sobre o tema no Estado de São Paulo de domingo último, o sr. Oliveira S. Ferreira constata que o problema principal que o governo enfrenta hoje não são "as pressões sociais" mas aquelas que poderão vir do que chama "o Partido Fardado".

O que preocupa o nosso político, no entanto, não é a volta da ortodoxia repressiva de 1968, para cuja instauração ele objetivamente contribuiu. Mas sim que o Partido Fardado imponha ao Estabelecimento militar, como consequência da frustração de seu projeto original, um modelo que "resuscite seu velho rancor contra o estilo de vida dos "capitalistas" e faça da "economia de guerra" o instrumento para impor leis, de-

cretos, regulamentos, portarias e normas regulamentando a economia e a vida social como um todo.

O sr. Oliveira tem todo o direito de ter suas obsessões e, em particular, temer que ele mesmo diz os Robespierre e Saint Just que vêm em cada malogro uma conspiração. Estes são os avatares de um convívio excessivamente ideológico com a política e com a história.

Uma visão menos reacionária desta no entanto permitiria ao sr. Oliveira temer mais a restauração do que o jacobinismo.

Uma visão mais arguta do que ocorre no Brasil de hoje mostraria ao nosso articulista que a verdadeira ameaça aos valores capitalistas, que lhe são tão caros, não virá dos jacobinos fardados, mas dos "sans culottes" do ABC e adjacências.

Que é isto, Oliveira, não tem nem guilhotina funcionando e você já está perdendo a cabeça. (M.A.G.)

ve do que a que existia em 68, num período de depressão econômica, o que não era o caso no momento do Ato-5, e com uma classe operária não somente mobilizada em defesa de seus níveis de vida como em torno à necessidade de dar-se seus próprios instrumentos de representação. O conflito teria pois uma qualidade totalmente distinta e os resultados seriam incertos para as classes dominantes.

Os setores mais lúcidos desta têm clareza sobre a complexidade da situação e sobre suas imprevisíveis consequências. Não é outra coisa que explica esta súbita epidemia democrática que assola nossa burguesia e homens do governo. Ambos compreendem que, o ciclo autoritário estando esgotado, por suas contradições internas e pela ação dos dominados, trata-se então de explorar as formas da democracia burguesa, como instrumento de reprodução da ordem capitalista e de sua renovação.

Isto está a indicar que no campo da luta democrática dar-se-ão enfrentamentos essenciais neste período mais ou menos amplo. A adjectivação, não doutrinária, mas política, isto é, prática, desta democracia é que permitirá a clarificação dos grupos em presença e contribuirá para que os explorados acumulem e avancem na derrota do autoritarismo e na consecução de seus objetivos ulteriores.

Decadência

É próprio das ideologias declinantes tentar identificar os impasses e fracassos dos projetos particulares de uma classe, como impasses e fracassos da sociedade no seu conjunto e, em função desta análise, pedir a solidariedade nacional para superar a crise.

Para os milhões de brasileiros que vivem e morrem em infelizes moradias e viajam até 4 horas por dia nos superlotados trens da Central do Brasil no Rio, ou compartem,

11 pessoas, cada metro quadrado nos ônibus da Lapa paulista, não se pode pedir mais solidariedade.

O que entrou em crise no Brasil foi todo um estilo de desenvolvimento que os padrões de acumulação capitalista do período do milagre levaram ao auge e com os quais os atuais donos do poder estão comprometidos até o pescoço.

A crise energética aparece no discurso dominante como a causa das dificuldades atuais. Ela não é mais do que o revelador das contradições deste modelo de desenvolvimento, mostrando ao mesmo tempo a forma leveana, quando não megalomaniaca, com que as questões do planejamento econômico foram tratadas no Brasil. Ela é o resultado de um estilo de vida que permitiu que, enquanto milhões de brasileiros se atravancassem em precários transportes coletivos, as garagens das residências dos jardins paulista ou da zona sul carioca se enchessem com vários dos últimos modelos, todos os anos renovados, da indústria automobilística nacional. Ela é o resultado dos "minhocões" que enfeiam as cidades brasileiras em vez dos metros suburbanos que, pelo menos desde 1974, deveriam ocupar a prioridade de nossas obras públicas.

Assim que não é hora de pedir aos trabalhadores que suportem as consequências da "economia de guerra" que esta burguesia incompetente quer agora nos impor. Quem pariu Mateus que o embale.

Os trabalhadores através de um longo aprendizado não isento de inúmeros sacrifícios sabem que a ocupação dos espaços abertos pela "abertura" palaciana é fundamental. Recusando a aventura e construindo em forma autônoma e independente sua própria estratégia, eles não se deixam intimidar pelo que ontem era o poder aberto e que hoje se pretende transferir para a sombra, para conservá-lo intacto.

Pelego provo ca curto circui to na greve da LIGHT

O novíssimo pelego Antonio Magri não vacilou em mentir, caluniar e dedurar, jogando os trabalhadores uns contra os outros.

Antonio Rogério Magri, atual presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, era condescendentemente considerado pelos trabalhadores da categoria como um pelego "verde" durante todo transcorrer da campanha pelo aumento salarial. Agora, depois da assembleia da sexta-feira, 16, ninguém tem mais dúvida: Antônio Rogério Magri é um pelego mais do que amadurecido. E, além disso, dedo duro.

Eleito secretário nas últimas eleições sindicais, assumiu a presidência do Sindicato em função da aposentadoria do antigo titular, Vaclante, desarticulado, sem nenhuma definição ideológica mais precisa, parecia pertencer àquela imensa categoria de dirigentes sindicais surgidos na esteira do regime militar e que, certamente, não sairiam de sua mediocridade caso fosse outra a situação conjuntural; e que, surpreendidos à frente das entidades pela maré montante do ascenso das lutas trabalhistas nos últimos anos, como friso um dos representantes da Comissão de Salário formada na atual campanha, o Ivo (ver abaixo) não tiveram outra alternativa senão pegar o bonde andando, antes que ele passasse e os deixasse para trás.

Assim foi que, após ter recusado a convocação de uma assembleia da categoria que desse início à campanha por um aumento imediato de 30 por cento (além de um fixo de mais dois mil cruzeiros, retirados posteriormente), Magri teve que ceder quando 2 mil eletricitários, atendendo as exigências estatutárias, convocaram a assembleia.

Magri, pensando conseguir obter no grito a reivindicação, estimulou de certa maneira a organização dos trabalhadores, na medida em que a necessidade de uma decisão se avizinhava, foi mudando de posição, até chegar na sexta-feira a uma posição frontalmente contrária à greve, depois de algumas conversas em Brasília com o presidente da Light, Luis Osório Aranha e com o ministro Murilo Macedo (e nas quais seu recuso terminantemente a levar junto os membros da comissão salarial).

A sua missão na assembleia que superlotou o amplo auditório do sindicato foi impedir a greve, e da qual se desincumbiu muito bem, não deixando de nem mesmo as armas da delação e da mentira, que não só contribuíram para levar a confusão à categoria, semear a desunião, além de provocar um violento conflito entre os trabalhadores com um saldo de dois feridos e que poderia ter sido muito pior, não fosse a intervenção do presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias U. anas, Hugo Perez.

Perez interviu quando uma violenta briga irrompia entre os trabalhadores, premiadamente provocada por Antônio Magri que não só impediu o uso da palavra de qualquer trabalhador favorável à deflagração da greve, não faltando a mentira de que o decreto de intervenção estava pronto no sindicato, como não vacilou em chamar de "subversivos" dois dos mais destacados participantes do movimento, um deles eleito membro da Comissão Salarial pela própria assembleia dos trabalhadores: o ou-

tro que até o dia anterior contava com o beneplácito de Magri para organizar a campanha foi expulso do auditório como "elemento estranho à categoria" pelo simples fato de ter sido desligado da Light há dois meses (em vez da solidariedade como um companheiro desempregado, assume-se a postura do patrão. E, irrisponsavelmente, Magri, o musculoso "maicista do Kilowate", que faz questão de usar camisas curtas que deixam à mostra sua volumosa musculatura, jogou os trabalhadores contra um "estranho", que por pouco escapou de um massacre, não fosse a sua

defesa por um grupo de eletricitários.

Somente após o momento em que Hugo Perez disse que a briga só interessava aos patrões, e defendesse o direito de todas as correntes se manifestarem, é que os ânimos serenaram. Foi aí o momento em que — continuando sem dar palavra a qualquer trabalhador, o pelego maduro e dedo-duro encaminhou a votação (no começo da assembleia já houvera outra, onde se registrou uma grande maioria de indecisos e um equilíbrio entre os favoráveis e os contrários à greve, ele, que quis convencer que havia unanimidade (para efeito de rádio e televisão) na po-

sição contrária à greve, teve que convencer-se que embora esta fosse circunstancialmente majoritária, contava com a oposição de um número significativo de eletricitários.

E que poderia ter sido maior, não fosse o medo e a confusão generalizada a partir do tumulto provocado por Magri. Que contou para aumentar o temor, com a eficiente colaboração de um exército de chefes e chefetes, que compareceram em carros da própria empresa, enviados pela Light para controlar e amedrontar os trabalhadores. Na saída da assembleia muitos trabalhadores não se condiaram a sua indignação com as manobras e o tumulto provocado pelo pelego, se disposto a voltar na segunda-feira e pedir desligamento do sindicato. Ivo, entre outros, alertava que esta medida extrema somente fortaleceria o pelego e que a categoria deve ir aprofundando sua organização pela base, se preparando para a campanha salarial de fins de 1979 e encaminhar, organizadamente, uma política de oposição sindical.

Ivo:

"Magri fez o papel de Judas"

Nós que temos percorrido as bases percebemos o seguinte, a nossa categoria de fato é diferenciada. Dentro da Light convivem pessoas que ganham mais de Cr\$ 100.000,00 com operários que ganham o salário mínimo. Então, o que nós notamos nessas reuniões de base é que os operários da produção, aquele pessoal que pega no pesado, aquele pessoal que realmente produz a riqueza da Light, esse estava disposto a ir à greve pois havia um sentimento generalizado de greve entre esse pessoal. Já o pessoal mais ligado à burocracia estava mais dividido. Havia claros indícios que eles iriam à greve, não diríamos total. Quanto à colocação do presidente do Sindicato Antônio Magri, de que a proposta de greve era ideológica, essa era falsa. A greve surgiu das necessidades da imensa maioria dos trabalhadores da Light, que passam fome, que vivem muito mal, eles viram que a única possibilidade de arrancar um aumento da empresa é ir à greve. Não havia outra solução porque a empresa mostrou-se intransigente em todo o processo de negociação. Aliás eu também fiquei sabendo que o presidente do Sindicato e mais outros diretores haviam percorrido os locais de trabalho fazendo colocações no sentido de que não só eu mas também outros companheiros seríamos subversivos e já teríamos sido presos, que não queríamos a melhoria de vida dos trabalhadores, que queríamos fazer a greve pela greve, o que é uma calúnia. E uma atitude condenável do presidente, é uma atitude policial, e qualquer consequência que nós possamos sofrer, nós atribuímos toda a responsabilidade ao presidente do Sindicato ao fazer aquela colocação perante uma assembleia da nossa categoria.

Quando à possibilidade da deflagração da greve, pela avaliação que nós fizemos ela era possível, agora, nós não podemos afirmar em relação à toda a categoria. Nos setores que nós fizemos avaliações periódicas, que são os setores mais importantes da empresa, esses nós temos certeza que seriam capazes de deflagrar e sustentar a greve. Aliás uma colocação que foi feita na assembleia que eu acho totalmente errada é que nós iríamos fazer essa greve deixando a cidade totalmente sem luz, o que é mentira, o que havia sido decidido é que o pessoal da produção e do escritório central entraria em greve, e a manutenção, que é o pessoal vital, só entraria em greve numa segunda fase. Havia um consenso entre os operadores em só desligar a luz, depois de 48 horas, caso o governo e a empresa não atendessem às nossas reivindicações. Inclusive ele estava sabendo disso, foi uma manobra clara o que ele colocou para a categoria, dizer que nós queríamos fazer imediatamente a greve total; a greve seria escalonada ele estava sabendo disso. Aliás, eu queria dizer em termos de denúncia, que, até quinta-feira (véspera da assembleia) ele recebia em seu gabinete um companheiro que ele abertamente dedurou, entregou, que é o companheiro Marcos de Souza, um companheiro combatente, destacado, hoje não é mais da categoria, mas até três meses atrás era. E na assembleia ele deu aquela punhalada pelas costas. Fez o papel de Judas.

Radicalização verbal

Quando à trajetória do Magri, o que ocorreu com ele é gene alizado no movimento sindical. Diante da mudança política que ocorreu no ano passado e das greves dos metalúrgi-

cos do ABC, que se estendeu para o Brasil todo. Ele, com muitas pessoas que nunca acreditaram na força dos trabalhadores, viu que tinha de mudar, e partiu para a radicalização verbal. Durante todo esse período aí ele incentivou a movimentação, o trabalho de preparação da greve, porque, dizia ele, esse ano a Light iria pagar para ver, esse ano só iria sair o aumento com a paralisação. O ano passado, eles não estavam prevenidos, então eles deram aquele pequeno aumento. Mas ele imaginava, vendo a carreira do Lula, que o trabalho era só pregar, bater o pé e o aumento vinha.

Nós percebemos que, à medida em que chegava o desfecho final, mudou o comportamento dele, então ele passou a ter um comportamento oscilante. Diante dos trabalhadores da base, ele continuava a incentivar a greve, mas, diante da direção da empresa, dos chefes, o comportamento dele passou a ser vacilante. Eu tive ocasião de ver ele oscilar de opinião em quinze minutos. Diante da base ele dizia que o negócio era mesmo a greve, diante da direção da empresa ele dizia que a greve era uma possibilidade remota, que a categoria não estava preparada, que não acreditava na greve. Chegou inclusive a dizer que o Cambuci (setor de oficinas e armazenamento) poderia ser fechado pela Light, mas que esta não o fechava por ter pena dos trabalhadores. Ele dizia que era a própria Light que estava incentivando o movimento para poder despedir o pessoal com justa causa e usar esses serviços para empresas vizinhas. Mas, nós dissemos a ele, que isso era um absurdo, que se a empresa não precisasse dos trabalhadores, ela os despediria.



ela representa o desejo dos pelegos, que se esforçam para afastar os trabalhadores das atividades sindicais. Por isso, surgiu a proposta de sindicalização e convite à integração na luta com a oposição, visando preparar melhor a categoria para a campanha de novembro e a superação da diretoria pelega.

Encontro

E por falar em oposição: até o final de agosto sai o Encontro Regional das Oposições Sindicais de São Paulo, reunindo trabalhadores de várias categorias importantes, como metalúrgicos, bancários, construção civil, eletricitários, químicos e outros. A data do Encontro Nacional ainda não foi definitivamente marcada e muitos setores estão questionando a data indicativa já aprovada (setembro) por julgá-la prematura, impedindo uma melhor organização e discussão pelas bases.

Batendo o ponto

Como já vem se tornando costume, dia 10 é dia de paralisação no ABC. Isso acontece porque é justamente no dia de pagamento que os trabalhadores sofrem os descontos referentes à metade das horas paradas. Na segunda-feira, foi o pessoal da Ford (600 operários) que parou por duas horas. Também 60 caldeirões da Schuller cruzaram os braços, além de uma parte dos 150 trabalhadores da Brasilmac. Na terça foi a vez de 700 trabalhadores da ferramentaria da Mercedes Benz interromperem o trabalho, a partir das nove horas. Como a adesão foi crescendo não restou outra alternativa para a diretoria da empresa do que chamar o Sindicato para discutir com o pessoal.

Na Schuller, talvez o negócio esquente mais ainda, com a mobilização dos trabalhadores contra a suspensão imposta aos caldeirões e demissão de cinco deles. Na terça-feira, foi feita uma intensa mobilização pedindo a greve de solidariedade ao pessoal do calor.

1.º listão

O Piquetão lança nessa edição seu primeiro listão de dedo-duros nas fábricas. E começa pelo pessoal do indicador de gesso lá da Fiat Automóveis, de Betim, Minas Gerais. Lá vai: Mário Callenghi e Giacomo Santarelli (que bem poderia ter ficado comendo talharini na Itália), Antônio Pedro Gomes, vulgo "delegado", chefe da equipe de oficinas; Eugênio, líder de apontadoria (se acostumou tanto que tá apontando os colegas para repressão) e Romário, chefe de apontadoria do setor mecânico.

Sem se atemorizar pela presença incômoda dos "caguetas" os trabalhadores da Fiat, juntamente com os da FMB e da Krupp se preparam para uma campanha salarial unificada, promovendo uma sindicalização em massa, capaz de conseguir bons resultados em setembro, data-base do dissídio.

Sujeira em BH

E como estamos nas Alterosas, não podemos deixar de comentar a mobilização do pessoal da limpeza, que parou durante 48 horas na capital de Minas, deixando de recolher 250 toneladas de lixo diariamente. Depois da greve eles entregaram uma lista contendo 14 reivindicações à empreiteira Nascimento Valadares, contratada pela Superintendência da Limpeza Urbana. Querem salário de Cr\$ 6 mil para os garis ajudantes de caminhão e os "ferrinhos", Cr\$ 7 mil para os feitores e Cr\$ 8 mil para os apontadores. Além disso exigiu ajuda de custo para a condução, fornecimento gratuito de uniformes e leite, folga semanal aos domingos, trabalho nos sábados somente até as 13 horas e pagamento dos dias parados.

E imaginem como deve estar os ânimos da moçada: a empresa leve a caradure de responder com uma proposta de apenas Cr\$ 2.350,00 para os garotos do "ferrinho", Cr\$ 2.500,00 para as mulheres e Cr\$ 2.700,00 para os homens. E se não derem uma "engraxada" nas mãos dos meninos até o dia 12, o lixo fica nas ruas outra vez.

Uma mão lava a outra

Mais do que nunca o dito popular valeu como durante a greve dos trabalhadores de ônibus do Rio de Janeiro: retribuindo a solidariedade que receberam durante sua própria greve, os professores cariocas atuaram firme junto aos motoristas e cobradores, na semana passada. Os mestres confeccionaram bônus para o fundo de greve vendendo-os em vários pontos da cidade. Comissões percorreram os teatros do Rio explicando os motivos da greve e pedindo o apoio da população.

Tocaram fogo

E a Villares Indústria de Base S.A., levou o maior prejuízo com a depredação das suas instalações, (perto de dois milhões de cruzeiros) feita por 2.500 operários que trabalham nas obras de construção da fábrica, ficaram revoltados com a retirada que os levava do local de trabalho, no distrito de Moreira Cesar a Pindamonhangaba, em São Paulo. E o motivo não foi só esse: é que a Servix, empreiteira que os contratou, não cumpriu com a promessa de conceder aumento, desde maio. A repressão veio à jato: em pouco tempo, mais de 50 ganhadas da Polícia Militar e Civil compareceram ao canteiro de obras, baixando o cacete adoidados.

Piso no campo

E como Pinda está mais pro campo do que outra coisa, aqui vai uma rural: o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), Toshio Horiguti afirmou recentemente que a entidade vai lutar pelo piso salarial de Cr\$ 4.000 para os 800 mil trabalhadores rurais paulistas, já no dissídio da categoria, cuja data base é 15 de setembro.

Atraso

A vida de trabalhador dos bananais paulistas não está mole. Segundo denúncia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itanhaém, três das maiores fazendas produtoras e exportadoras de banana do Litoral Sul, a Mambu, Berigil e Banaurea, estão atrasando os salários dos seus empregados, entre três a cinco meses. Na fazenda Mambu, por exemplo, nem o salário mínimo é pago (os trabalhadores ganham menos de Cr\$ 1.500,00 porque a empresa não pagou o reajuste de 42 por cento devido desde setembro do ano passado).

Congresso bancário

Sábado, 14 e domingo 15, são dois dias em que obrigatoriamente todo bancário mais consciente e combativo tem um programa a ser cumprido: participar do Congresso Metropolitano, promovido pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. Reunindo representantes de todas as agências da capital, o Congresso vai discutir o encaminhamento da campanha salarial da categoria, procurando estabelecer os pontos unitários para a próxima convenção coletiva, dos índices de reajustamento e anuênios, às condições de trabalho. E servirá para que seja tirada sua posição para levar ao Encontro Regional Bancário, marcado para os próximos dias 21 e 22 deste mês.

Passo livre

Na greve dos trabalhadores em transportes coletivos de São Paulo, os do volante e os da borboleta pediram 80 por cento de aumento e acabaram ganhando 53 por cento apenas. Como afirmaram em carta ao prefeito de São Paulo "não conseguiram" nada absolutamente sobre a equiparação salarial e a regularização de horas extras". A única conquista foi a de passe livre. E é aí que o carro está enguiçando, pois as empresas clamaram de "regular" o passe: querem conceder o dito só aos trabalhadores que tiverem vencido o período de experiência e isso só no trajeto casa-ao-trabalho-casa. E, de lambugem, multar em 50 por cento do salário referência todo aquele que estiver no crachá de "passe livre". Indignados, os da buzina e os do troco querem frear essa sarfanagem dos patrões: "passe livre sem restrições" é a palavra de ordem da moçada.

Luta Operária na Zona Leste de São Paulo (16)

A bravura de um militante capoeirista

Joel, um cabra da peste enfrenta a polícia usando suas pernas mortíferas, das quais não escapou nem o temível tira Pascoalão.

Por Antônio Carlos Félix Nunes

dorso curvado como um arco sobressai entre os pequenos arbustos, parecendo um tronco de árvore ali abandonado; é um homem por si próprio imobilizado numa postura melodramática.

Joel, o cabra macho

Todavia, tais fraqueza e covardia são compensadas pela bravura e ativez do camarada Joel, um pequenino nordestino, franzino na aparência, que ocupa o lugar dele e de muitos outros no palco daqueles acontecimentos. Recruta dentro do Partido, Joel não tinha recebido nenhuma incumbência de relevo, seu papel era apenas distribuir panfletos e conversar com os operários. Instruído fora para não se expor demasiadamente, era uma deliberação orgânica poupar-se os novatos das ações que pudessem resultar em prisões em circunstâncias como esta. Fato que os abatia moralmente, trazendo prejuízos à sua formação ideológica.

Mas essa determinação não foi respeitada por Joel, ele não conteve a ansia de fazer o que sabia diante da violência policial. E o que sabia fazer era a luta de capoeira, dar rabos de arraia, derrubar muitos homens com a agilidade dos seus braços e pernas. Entrou em cena quando o Tigre fugiu, abrindo os braços diante dos soldados armados, num gesto de proteger o piquete formado por outros membros do Partido, rapazolas e moelhas. Diante de sua insignificante estatura, a polícia nem desconfiou do que fosse capaz, e o primeiro soldado a erguer o cassetete sobre sua cabeça foi atirado à distância apenas com um jogo de braços. Ai ele recuou de lado, plantou-se erecto num espaço livre, agora ia exercitar como nunca o fez a arte aprendida nos terreiros de pai-de-santo, lá em sua terra natal.

Os soldados se agruparam à uma ordem do superior. Estavam nervosos ante a possibilidade de serem

obrigados a vingar o companheiro derrubado pelo golpe de capoeira. A ordem de represália podia aumentar o clima de tensão, dificultando-lhes a tarefa de reprimir. O oficial mandou que investissem em bloco contra Joel, e o acertassem com seus cassetetes. Mas foi tudo inútil, e o espetáculo que se presenciou foi empolgante: os braços e os pés daquele pequeno nordestino se movimentavam como uma descarga elétrica, derrubando vários policiais de uma só vez. Era impossível agarrá-lo com as mãos, e os policiais mudaram de tática: perfilaram em posição de fogo, suas armas apontadas para Joel. E gritaram a ameaça de puxar os gatilhos, se ele não se entregasse imediatamente. Joel não se intimidou, continuou tranquilo, nos seus lábios um sorriso zombeteiro.

Ai o responsável da guarnição solicitou reforços pelo rádio da viatura, mais milicianos e tiras chegam rapidamente, com ele veio o truculento Pascoalão, aquela hora agindo em outro lugar de São Paulo. Pascoalão era famoso pela sua força física e sua coragem pessoal, costumava dominar sozinho vários manifestantes a um só tempo. Chegou bufando, peito estufado, no seu feito de policial rude, brandindo o cassetete insuperável. Ao ver o tamanho de Joel esboçou um riso irônico, como que a gozar a incompetência dos seus colegas. Fez seus homens recuarem com um sinal, sozinho avançou ligeiro à retaguarda do capoeirista, pondo em prática sua velha tática: surpreender o manifestante por trás, não lhe dando chance de qualquer reação.

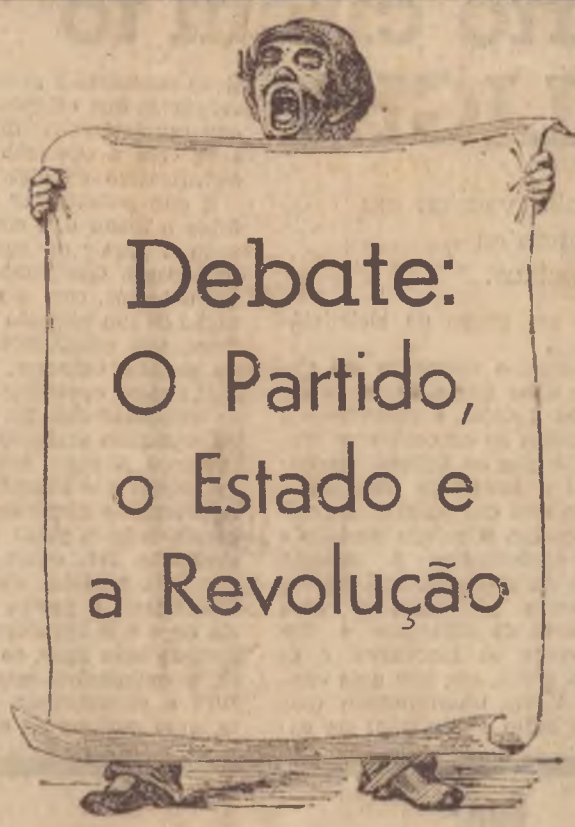
Contudo, um capoeirista tem mil olhos, e Joel não precisou virar-se de frente para acertar o tira em suas virilhas com um coice do seu pé esquerdo. O tira tombou, soltou alguns gemidos misturados com palavrões, refez-se do baque e se preparou para novo ataque. Desta vez, fora atirado de encontro a outros policiais, e juntamente consigo muitos

também caíram, arrastados pelo peso do seu enorme corpo. Evidentemente, Joel não era invencível, sua destreza e pericia nessa arte de briga tinham seu limite. Enfrentava dez, vinte, trinta homens, mas sua capacidade de resistência haveria de se esgotar diante de um exército. E foi quase um exército que jogaram contra ele. Todos os tiras e soldados formaram-se em fila indiana, à moda dos lanceiros do século 17, e investiram num embalo arrasador. Joel girava nos pés, as primeiras pernas foram derrubadas, mas atrás vinham outras e mais outras. A superioridade numérica tornou-se muito grande, precisaria que ele tivesse muitos outros pares de braços e de pernas para dar conta de todos. E assim foi vencido, logrou-se derrubá-lo e imobilizá-lo com o peso de uns trinta corpos, abotados sobre ele.

Então algemaram suas mãos e seus pés, porém o saldo da luta ainda lhe era favorável: muitos soldados com braços e pernas esfolados. O temível Pascoalão pela primeira vez saiu castigado por uma dorlinda pernada, e até um caso de fratura nas costelas de outro tira, levado às pressas a um hospital, gemendo de dor. E assim, com as mãos e pés atados, privado das únicas armas com as quais sabia lutar como ninguém, Joel foi levado ao DOPS. Ali permaneceria seis meses, porque os "habeas-corpus" impetrados em seu favor não produziam efeito diante dos seus constantes atos de rebeldia dentro da repartição policial. Cada vez que iam buscá-lo para interrogatório, os tiras não ficavam sem levar umas pernadas e o próprio delegado era desatado, o que resultava em nova ordem de prisão contra ele.

Joel perdeu o emprego de dez anos, sua família de 9 filhos menores vive momentos difíceis enquanto ele esteve na prisão, enfim, seu ato de bravura provocou-lhe um transtorno geral na vida. Entretanto, ao deixar a prisão apresentou-se ao Partido, cheio de otimismo, alegre e sorridente. Estava pronto para fazer a revolução de verdade, aquele exercício de capoeira o amadureceu ideologicamente.

Na próxima semana: O moralismo de PC nas questões de amor.

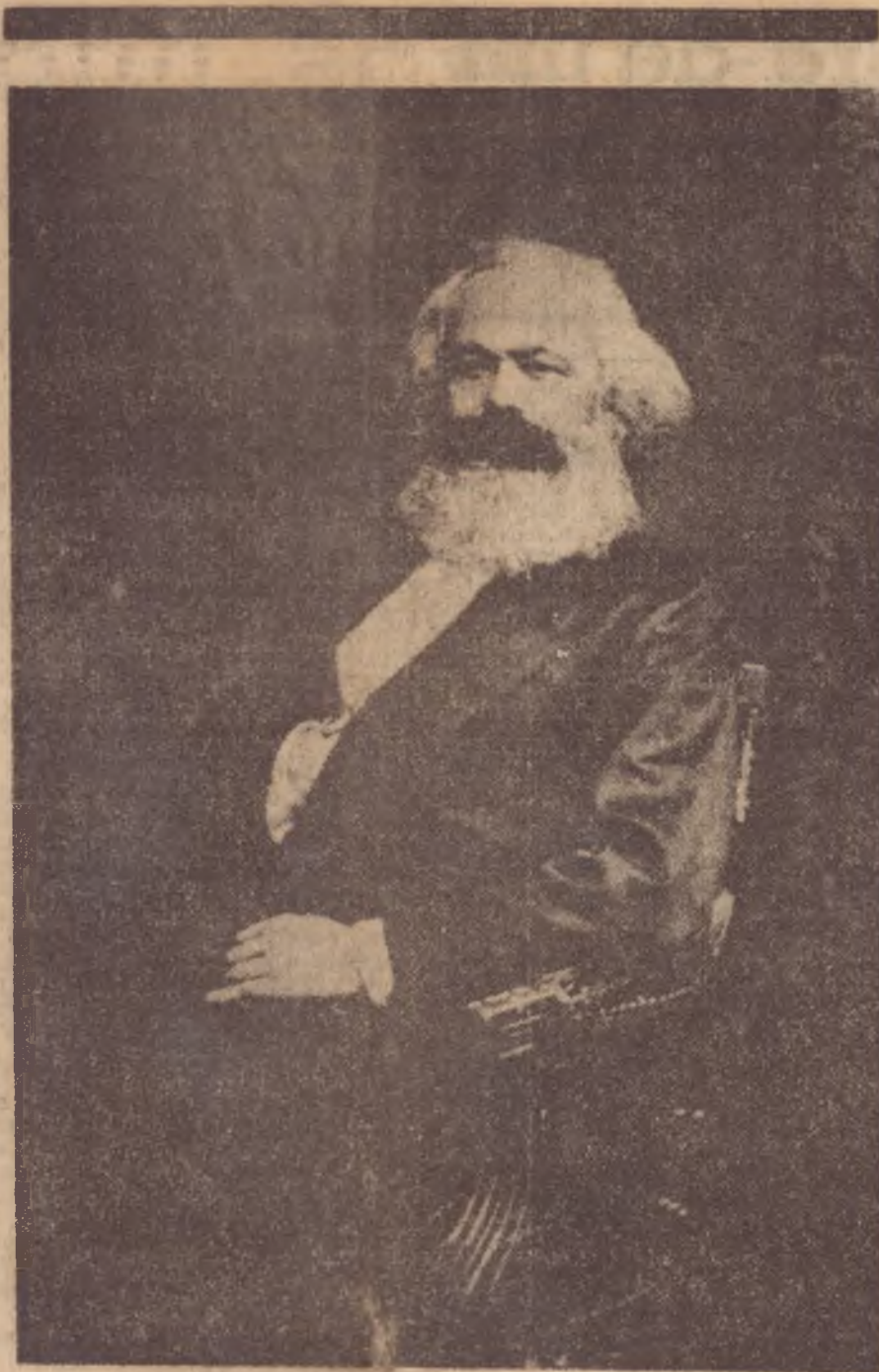


Marx e Engels:

O partido como consciência, o partido como organização.

Dando prosseguimento ao debate sobre os partidos operários, apresentamos o artigo "Marx, Engels e o Partido Revolucionário", de Etienne Balibar, publicado no número de outubro de 1978 da revista "La Pensée". Balibar é um dos mais importantes teóricos marxistas da atualidade: principal colaborador de Louis Althusser na sua obra básica "Ler o Capital", autor além disso de "Cinco ensaios sobre o materialismo histórico" e de "A Ditadura do Proletariado". Militante do PC francês, tem assumido uma atitude crítica com relação à sua linha.

Neste artigo, Balibar aponta inicialmente a existência de dois discursos sobre a questão do partido em Marx e Engels. Um, analítico, crítico; outro, normativo, enunciando o que o partido "deve ser". Este segundo facilitou a constituição de uma concepção apologética do partido, que reinou na II e na III Internacional e que até hoje não foi radicalmente criticada. Segundo Balibar, existem duas concepções do partido revolucionário em Marx e Engels: "partido-consciência" e "partido-organização", que se contradizem em vários pontos, e que deixam questões fundamentais esquecidas. Razão pela qual é necessário reabrir a problemática marxista desde seus fundamentos, reconhecendo a existência de problemas não resolvidos.



por esta concepção e pela prática correspondente são ininteligíveis se não os referimos a dois grandes acontecimentos históricos: a evolução do trade-unionismo britânico ligada à formação do Estado "liberal", e as lições da Comuna de Paris. Podemos dizer que é a evolução do trade-unionismo que contribuiu para persuadir Marx da necessidade de uma distinção teórica e organizacional entre "sindicato" e "partido", mas que a Co-

muna (através de seus efeitos ideológicos ambientais de atração e de repulsão sobre o socialismo europeu) converteu-se simultaneamente de que o estatismo, sob suas diversas formas, desde as fusões parlamentares até o nacionalismo e a tendência ao "socialismo de Estado" representava o perigo principal inscrito desde a origem na constituição dos "partidos operários".

Enquanto a grande indústria inglesa deva submeter a população operária, para adaptá-la à revolução industrial, a um processo selvagem de pauperização e desqualificação abolido toda a segurança de suas condições de vida, a conjunção das reivindicações "econômicas" e a exigência do sufrágio universal tinham um caráter potencialmente revolucionário. De 1850 a 1870, a emigração massiva dos trabalhadores anglo-irlandeses para os Estados Unidos, a "segunda revolução industrial" ligada às indústrias mecânicas e metalúrgicas, a dominação econômica mundial da Inglaterra e a formação de uma "aristocracia operária" modificam completamente a situação. A burguesia inglesa só pôde construir um sistema de hegemonia no qual o sufrágio universal é apenas uma peça completada pelo controle moral, religioso e escolar, pelo corporativismo e pela assistência pública. É esta situação que é preciso evocar para explicar a evolução do trade-unionismo, que põe em questão o "modelo" de desenvolvimento da consciência de classe elaborado por Marx.

A falta de uma teoria do partido

No Salário, Preço e Lucro (1865), ele apresentou duas teses: 1) "pela luta reivindicativa quotidiana, a classe operária só pode contrarrestar a tendência capitalista a agravação da exploração, mas não suprimi-la". (...)

2) "a política revolucionária e portanto a única via aberta pela vida reivindicativa a partir de seus próprios limites. (...) É preciso portanto que se constitua diante do sindicato e fora dele, para dar corpo à alternativa política, uma organização política fundada em princípios estratégicos e táticos proletários".

Mas uma tal organização não está de imediato operada por temíveis contradições internas? É preciso considerar a luta de Marx e Engels contra o oportunismo genético da social-democracia alemã como um episódio particular, ou como um índice de um problema geral? (...)

Face a estes problemas, não há teoria de Marx e Engels; há — o que é muito diferente — uma "linha" de intervenção política consistindo essencialmente em chamamentos teóricos (cf. a Crítica dos programas de Gotha e de Erfurt). Como se a possibilidade pelo partido de princípios teóricos (filosóficos, econômicos e políticos) pudesse por si só garantir sua aplicação prática e mesmo substituir uma teoria do partido, analisando sua realidade social e histórica. (...)

Aos olhos de Marx e Engels, a Comuna em primeiro lugar confirmou uma tese já sugerida pelas insuficiências da A.I.T. (Associação Internacional dos Trabalhadores): "Na França, o movimento fracassou porque não tinha sido preparado" (Marx, intervenção na Conferência de Londres da A.I.T.). Face à coalizão dos governos e aos meios repressivos de que dispõem, são necessários "centros de organização militante da classe operária" (idem) capazes de prever e de dirigir as fases sucessivas da luta, seja insurrecional, parlamentar ou social. Quando, em seguida, tiveram de lutar pelo reconhecimento dos princípios da Comuna na social-democracia, o que passou ao primeiro plano foi o caráter anti-estatal da revolução comunal: é isto que se tratava de reinsertar no partido, "retificando" sua orientação inicial (favorecida pelo amálgama das concepções de Marx e das de Lassalle sobre o "Estado popular livre"). Mas a Comuna, e não seu motivo, não lançou entre o partido (revolucionário) e o Estado (da ditadura do proletariado); ela fez emergir uma forma de "governo da classe operária" sem partido organizado, a fortalecer sem partido dirigente, o que fez ao mesmo tempo sua fraqueza e seu alcance histórico ("autogoverno" da classe operária nas suas organizações de massa). Notaremos que esta questão não resolvida não o será mais, ressurindo de cada vez mais aguda, de cada vez que, historicamente, uma conjuntura revolucionária recolocar a ordem do dia o "modelo da Comuna de Paris": tanto na Rússia soviética em 1917-1918, como em Xangai em 1967 durante a Revolução Cultural chinesa.

O que se faz no Estado

É que na realidade a definição do Estado como "máquina" não basta para determinar o tipo de organização que o partido deve ser e as funções que ele deve preencher.

É notável que o que mais importa a Marx e Engels (mais ainda, depois deles, a Lênin) não seja simplesmente a ideia de organização e de centralização, mas a de direção estratégica e tática das lutas de classes (...)

Mas há aqui um desequilíbrio evidente. Se a luta de classes do proletariado requer uma direção política é a própria dirigida, orientada, que ela comporta sua própria "estratégia" de alianças de classes, de utilização das crises econômicas e dos conflitos internacionais, das legislações repressivas ou liberais, das oposições de interesses corporativas e das divisões ideológicas no seio das massas exploradas, etc. Mas o conceito do apare-

lho de Estado esboçado por Marx desenvolvido por Engels na Origem da Família, por mais indispensável que seja para romper com o idealismo do Estado concebido como "sociedade política" ilusória, não fornece nenhum meio de analisar a direção política da luta de classes burguesa, as formas diferentes que ela pode tomar, o papel que joga nela a centralização estatal. Ele fornece apenas uma descrição dos meios de que ela dispõe, isto é, a prova de que o Estado existe, materialmente, na luta de classes. Mas não explica o que ele faz (ou melhor: o que se fez através dele), e não constitui neste sentido nenhum progresso com relação ao primeiro conceito de Estado. Ora, sem poder analisar a direção política burguesa (que não se confunde evidentemente com as decisões dos governos), a direção política proletária fica prisioneira do pragmatismo e de suas falsas "evidências". Ela justape as tarefas de propaganda, de formação, de organização (cf. a famosa palavra de ordem de Liebknecht: "estudar, propagandear, organizar", que será frequentemente citada por Lênin), ligando-as ao mesmo "centro" que parece poder harmonizar todas estas funções como o Estado parece unificá-las: em seu seio as "funções gerais" da sociedade.

Mas, nestas condições, algumas "funções" essenciais do partido ficam formais ou simbólicas, são percebidas vagamente sem serem verdadeiramente integradas no conceito do "partido revolucionário": trata-se aqui especialmente daquilo que podemos chamar de função de análise coletiva de sua própria situação, das contradições e da "composição" política do proletariado. Apenas o desenvolvimento de uma tal concepção pode finalmente permitir romper definitivamente com a tese do "partido-consciência", fazer do partido não a forma sob a qual a classe operária torna-se consciente de sua missão histórica, mas a forma sob a qual ela toma consciência de seu lugar objetivo nas relações sociais de uma dada conjuntura. (...)

Se o partido é a organização que deve operar sobre seu próprio terreno à "máquina" do aparelho de Estado burguês, isto quer dizer que o partido também constitui uma "máquina" da mesma natureza? Parece ser assim, pelo menos potencialmente, desde que seja rejeitada a tese anarquista segundo a qual a organização dos revolucionários deve ser, à imagem da sociedade futura que eles querem construir, uma "livre associação de setores autônomos". (...)

A questão da

ideologia do partido

Mas, se o partido não pode ser a imagem da sociedade futura, ele não seria a imagem do Estado atual? Esta conclusão não é, evidentemente, a de Marx e Engels: diante da máquina do Estado, o partido não é uma máquina anti-Estado (burguesa), é antes uma anti-máquina, que já realiza no seu seio uma liberdade desconhecida do estado repressivo. Daí a argumentação de Marx, em seu Discurso sobre o Congresso de Haia, de 15 de setembro de 1872: "... no momento em que os reis se reúnem em Berlim, em que novas medidas repressivas contra nós, aumentadas, devem sair (...), o Congresso de Haia julgou conveniente e necessário aumentar os poderes do Conselho Geral e centralizar em vista do combate em curso todas as ações que, isoladas, ficam impotentes. E quem poderia se inquietar com os poderes atribuídos ao Conselho Geral, se não nossos inimigos? Ele dispõe de uma burocracia, de uma polícia armada para coagir as pessoas a obedecê-lo? Sua autoridade não é uma autoridade puramente moral? (...) o princípio fundamental da Internacional é a solidariedade..."

Mas que é uma autoridade moral? Marx, de fato, pensa aqui mais que nunca segundo a antítese filosófica da "máquina" (coercitiva) e da "liberdade" ou da autonomia: não a autonomia de uma política de classe com relação a classe dominante, mas a autonomia pessoal dos militantes revolucionários, a de sua vontade: o partido é uma "associação voluntária". Ele pensa portanto no interior da problemática da "conformidade do fim aos meios" na qual Bakunin quis prendê-lo (não sem sucesso). E porque ele não pôde nunca responder de fato a esta questão. Ou, para dizer de outro modo: Marx não pôde se colocar de modo materialista e crítico a questão da ideologia do partido (e da ideologia de partido) que garante (ou não) a unidade do partido revolucionário, levando em conta a maneira pela qual ela se desenvolve e o lugar que ela chega a ocupar na configuração das lutas de classes ideológicas de um país e de uma época. E por isso que ele não pôde tampouco (nem os "marxistas" depois dele, qualquer que seja sua contribuição prática para as lutas de classes e a política proletária) superar a oscilação entre uma crítica das organizações operárias existentes e uma antecipação do "partido comunista" ideal, ele que entretanto contribuiu de modo decisivo para arrancar a política da classe operária ao idealismo e ao utopismo. E por isso que, pelo menos negativamente, abriu o caminho para a "resposta" que impuseram a II e a III Internacionais: a ideologia do partido é a ideologia proletária, que é a própria uma não-ideologia, dito de outro modo uma ciência pura (ou uma "concepção científica do mundo": o socialismo científico, o materialismo dialético, etc.). E por esta razão ele ocupa também um lugar no sistema de causas que fizeram que os partidos social-democratas e comunistas tenham desenvolvido de modo crítico a ciência que ele inaugurara, mas a prendê-los na corrente desastrosa das sucessivas "ortodoxias". É por isso que podemos dizer que a resolução deste problema, que ficou oculto para ele, é hoje uma das chaves de toda ressurreição da teoria científica marxista.

(10 de junho de 1978)

A concepção do partido revolucionário em Marx e Engels liga-se imediatamente à questão do Estado. Mas — como nós o indicamos em outro lugar — encontramos tendencialmente em Marx e Engels dois conceitos sucessivos do Estado. Nós os tomaremos como fio condutor. Como se referem a eles as "definições" do partido? Que problemas elas colocam?

Se admitirmos que o primeiro conceito do Estado o identifica à "esfera política", representação alienada e invertida dos conflitos de interesses da "sociedade civil" (o essencial do Estado burguês estando no efeito de inversão que constitui em uma comunidade ilusória de "cidadãos", formalmente iguais, os homens reais que são divididos em ricos e pobres, proprietários e não proprietários, burgueses e proletários), compreenderemos porque toda uma parte das análises marxistas do partido é dominada pela questão da consciência de classe. Elas condizem ao que podemos chamar esquematicamente de tese do "partido-consciência". Por contraste, o segundo conceito do Estado identifica o sobretudo à existência material de uma "máquina" ou de um "aparelho" cujos órgãos saídos de uma "divisão do trabalho" especifica asseguram uma função bem real (e não "ilusória") na luta de classes. O que leva tendencialmente a um deslocamento correspondente a propósito do partido: o que podemos chamar esquematicamente de tese do "partido-organização", dominada pela questão tática e estratégica da luta revolucionária.

Se o Estado burguês é antes de tudo uma representação mistificada da sociedade, destinada a mascarar seu antagonismo interno (e realizada nas formas do direito "público"), o problema do partido revolucionário é o de uma desmistificação que deve se fazer na consciência de si da classe revolucionária. A consciência de classe que se realiza no partido se opõe à alienação "política", faz surgir diante desta a realidade nua da exploração e dos interesses comuns do proletariado que são ao mesmo tempo os interesses gerais da tendência histórica ao comunismo inscrita no antagonismo da sociedade civil. É portanto a própria classe explorada que se transforma em partido "autônomo", no seio da ordem existente. Depois, através de sua própria dissolução (na revolução), realizando sua própria supressão enquanto partido, ela chega por isso mesmo à supressão das classes, logo à supressão de toda distinção entre "sociedade" e "Estado". Em linguagem filosófica: o "partido" é a mediação necessária entre a emergência da classe e sua abolição. (...)

Encontraremos na Situação da classe trabalhadora na Inglaterra e no Manifesto a tradução "materialista" desta tese: ela aparece ali na forma da descrição das condições de vida materiais do proletariado que fazem dele, desde já, a "dissolução da sociedade burguesa", classe universal pois privada de toda propriedade, e neste sentido de todo "interesse" adquirido a defender ("não tendo a perder senão suas cadeias"), arrancada pela revolução industrial capitalista a todos os seus laços sociais radicados na família, na pátria, na religião, e portanto radicalmente despida de ilusões sobre a natureza das relações sociais atuais.

Política: nem educação nem propaganda

Entretanto, sob esta forma a tese do partido-consciência é insustentável para Marx: pois no limite ela significaria que a política revolucionária se identifica à tomada de consciência e a seus efeitos. (...)

Ora, esta posição pura e simplesmente idealista foi desde o início criticada por Marx: podemos mesmo dizer que é a crítica de toda possibilidade de identificar a política aos efeitos e às figuras da consciência que representa desde o começo o elemento de materialismo irredutível, motor da evolução teórica de Marx e de sua ruptura progressiva com toda a ideologia burguesa. (...)

Desde 1843 ele havia escrito: a política não é nem educação nem propaganda ("nós não nos apresentamos ao mundo como doutrinários com um novo princípio: eis a verdade, de joelhos diante dela! ..."), mas ela é luta material ("substituir as armas da crítica pela crítica das armas") (Carta a Ruge). Desde então, no momento em que Marx passa do humanismo revolucionário ao comunismo revolucionário, é necessário para ele realizar uma inversão materialista no interior da tese do partido-consciência: a constituição da consciência de classe (ou ainda, segundo a terminologia do 18 Brumário, a passagem da "classe em si" à "classe para si") não é uma operação intelectual, é antes de tudo um processo prático. É a soma, a integração progressiva de todas as práticas de unificação e de organização dos trabalhadores no curso de suas lutas contra a exploração. O que supõe, senão que estas práticas tendam a se fundir em um quadro institucional único, pelo menos que elas converjam espontaneamente. (...)

O proletariado não existe como classe apenas pelo fato de que os trabalhadores sofrem todas condições de exploração análogas: pelo contrário, a relação capitalista repousa ela própria sobre a concorrência entre os trabalhadores (cf. Manifesto, Miséria da Filosofia). O único efeito imediato, espontâneo, da relação de produção capitalista, já que sua base é a força de trabalho como "mercadoria", é destruidor atomizando-a, a classe de trabalhadores assalariados que produz tendencialmente. É pois a luta de classe, e apenas ela, que impõe-lhes progressivamente fazer prevalecer seu antagonismo comum com o capital sobre a concorrência, os constitui em classe. No sentido forte podemos portanto dizer que o "partido" é tendencialmente igual à própria classe, pois ele define o dever revolucionário da classe, que a constitui pra-

ticamente em força autônoma, e que é o único a lhe dar uma existência histórica.

Esta tese significa em particular que a constituição das organizações sindicais (cujo protótipo é a trade-union britânica) não representa um fenômeno distinto da constituição do partido: nem tampouco uma etapa destinada a se cristalizar em uma organização especial que encontraria seu fim nela mesma (na automatização de uma certa forma — "reindicativa" — da luta de classes). "Toda luta de classe é política", diz o Manifesto. A formação dos sindicatos é, como tal, um momento decisivo da constituição da classe, logo do partido revolucionário, no qual se opera precisamente o reconhecimento consistente da unidade da classe.

Burguesia e Estado, proletariado e partido

Dois pontos exigem aqui um comentário.

Em primeiro lugar, esta concepção teórica seria ininteligível se não a relacionássemos, não apenas à problemática filosófica da qual ela tira a sua lógica, mas à conjuntura histórica na qual Marx e Engels descobriram sua verificação. (...)

Em segundo lugar, se a concepção do partido revolucionário liga-se diretamente à do Estado ("político"), sua correspondência apresenta uma notável dissimetria, que podemos resumir indicando que a relação das duas classes à "sua" expressão política própria é de natureza totalmente diferente. Os termos que devem ser comparados são por um lado a classe burguesa e o Estado, de outro lado o proletariado e o partido revolucionário (comunista) (e não, observemos, cada classe, "seu" partido e, de outro lado, como um termo de referência comum, o Estado e o "poder do Estado"). Do mesmo modo que há uma relação histórica interna entre o proletariado e o partido comunista, há uma relação interna entre burguesia e Estado: enquanto governo, este é o "comitê que gere os negócios comuns de toda a classe burguesa"; e na medida em que o Estado se impõe à sociedade (isto é, a todas as classes) como esfera "política" superior, ele não exprime outra coisa a não ser a dominação (e mesmo a vontade) da classe dominante. A relação entre burguesia e Estado é portanto essencialmente representativa, nos dois sentidos do termo: "representação" da sociedade sob uma forma alienada (inclusive pelo mecanicismo parlamentar), e representação da classe burguesa pelo Estado a quem ela delega a expressão de seus interesses comuns. Pelo contrário, a relação do proletariado ao partido é não representativa: é uma relação orgânica do proletariado a si próprio, ou pelo menos a sua própria constituição tendencial em classe revolucionária e é neste sentido somente que podemos falar de "vanguarda"; o proletariado é a única classe da sociedade que é sua própria vanguarda. Esta totalidade exclui qualquer possibilidade de ser representado por uma classe para dirigir sua política, ou mesmo para representá-lo no Estado. (...)

A tese do "partido-consciência" não foi jamais abandonada por Marx e Engels, pois ela corresponde ao mesmo tempo a uma exigência fundamental da posição "comunista" (a antítese da tendência revolucionária do Estado) e a algumas formas ideológicas nas quais Marx e Engels tiveram de pensar a "fusão" da teoria e do movimento operário (a "saída" da ideologia dominante). Isto é provado pela espantosa formulação de Engels na conclusão de sua "Contribuição à história da liga dos comunistas", texto retrospectivo, mas datado de 1885: "hoje, o proletariado alemão não tem necessidade de organização constituída, nem pública, nem secreta: a simples associação, que ocorre por si mesma, de membros da mesma classe professando as mesmas idéias basta para abalar todo o império alemão, mesmo sem estatutos, nem comitê diretor, nem resoluções, nem outras formalidades (...). Mais ainda, o movimento internacional do proletariado europeu e americano tornou-se agora tão possante que não apenas sua primeira forma, estreita — a Liga secreta — mas mesmo sua segunda forma, infinitamente mais ampla — a Associação Internacional dos trabalhadores, de caráter público — lhe seriam um entrave. De fato, o simples sentimento de solidariedade, fundado no reconhecimento da identidade da condição de classe entre os operários de todos os países e de todas as línguas, basta para criar e soldar um único e grande partido do proletariado". O que não impediu Marx e Engels de tomar parte ativa na constituição e na orientação dos partidos socialistas e da II Internacional.

A diferença entre sindicato e partido

Se a tese do "partido-consciência" não desapareceu nunca, ela teve, sob o efeito de suas próprias dificuldades e da "experimentação" histórica, de se subordinar tendencialmente à tese do "partido-organização" que a contradiz em pontos essenciais. (...)

Marx e Engels tentaram trazer uma resposta fazendo uma inflexão na sua concepção do partido ao mesmo tempo em que a ligavam a um segundo conceito de Estado. Deste ponto de vista, como se sabe o Estado e antes de tudo um "aparelho" ou uma "máquina" material, permanentemente, na qual se concentram os meios de dominação da classe burguesa. Se é assim, a classe operária só pode chegar à sua emancipação opondo a esta máquina, sobre seu próprio terreno, uma outra máquina, um outro aparelho. (...)

O que se trata agora é de assegurar a centralização efetiva, "sistema-

NICARÁGUA

Serão os sandinistas vitoriosos?

Será a Nicarágua uma nova Cuba? perguntam-se aterrorizados nossos zelosos defensores do "mundo livre". Mas se a questão é preocupar-se com os destinos daquele país, os trabalhadores também poderiam se perguntar "será uma nova Bolívia"?

Em 1952 uma insurreição popular tendo à frente os operários das minas derrubou um regime oligárquico na Bolívia. Foram os trabalhadores que deram o sangue, mas o governo ficou nas mãos da nova burguesia do MNR de Paz Estensoro. As minas foram nacionalizadas e uma reforma agrária entregou pequenas propriedades a parcelas do campesinato. A economia do país se reergueu através de uma nova inserção no sistema imperialista. E quando os trabalhadores se levantaram contra a exploração a que voltaram a ser submetidos, o Exército Regular, que se havia reconstituído, aplicou de novo a receita tradicional da burguesia: golpe e repressão.

Já em Cuba a luta contra a tirania levou ao poder um Exército Rebelde que se forjara fundido com o campesinato. O Exército e o aparato de Estado de Batista foram aniquilados. O programa do 26 de Julho limita-

va-se à derubada da ditadura e à reforma agrária. Mas apoiava-se num povo em armas. Assim, quando os imperialistas reagiram à reforma agrária e ameaçaram Fidel para que moderasse seu programa ou "aguentasse as consequências", a resposta veio pronta: nacionalização das empresas imperialistas. Quando veio a invasão um povo inteiro a desbaratou em algumas horas. E o povo optou pelo socialismo.

O campo de batalha e a mesa de negociações

A história certamente não se repete — as condições internacionais tanto quanto as internas são outras — e a Nicarágua não será nem exatamente como Cuba nem exatamente como a Bolívia. Mas não há dúvida que esses 2 casos extremos de governos saídos de insurreição popular na América Latina servem de referência para a compreensão das alternativas em jogo no país de Augusto Sandino.

É claro que um fator chave para a conformação da nova face do país está sendo decidido agora no campo de batalha. Quem ocupará Manágua no dia que Somoza cair? O que restará da Guarda Nacional?



Perto da fronteira da Costa Rica, guerrilheiros sandinistas cobrem uma posição.

Enquanto crescem os boatos sobre a saída de Somoza do país e sobre tentativas de golpe com o apoio norte-americano por parte da guarda nacional para substituir o atual governo, os sandinistas conseguem avançar um pouco mais até Manágua. A questão que agora se coloca é se o exército sandinista que representa o povo em armas conseguirá caracterizar-se como vitorioso e impor seu programa ao novo governo.

Por Eder Sader

E nesse campo Somoza ainda presta um último serviço às classes dominantes: ele tenta produzir o máximo de desgaste militar nas forças sandinistas — que são os que combatem — e impedir uma vitória militar, para obrigar uma negociação na qual se salvem interesses fundamentais dos monopólios aos quais está ligado.

O problema pra eles é que os próprios experts do Departamento de Estado já concluíram que — no atual estado das coisas — esse serviço já se tornou extremamente perigoso. Prosseguindo a luta sem dar margem às soluções de compromisso já adiantados, Somoza favorece as condições para os enfrentamentos nos quais a Frente Sandinista se confunde com o povo em luta, radicaliza suas posições e isola outras alternativas. Correm o risco de ver entrar em Manágua os sandinistas vitoriosos.

A alternativa sandinista

É vendo isso que os americanos já procuram desesperadamente novos interlocutores e finalmente — que remédio? — admitiram negociar com os sandinistas. E já estão fazendo pressão, através dos setores burgueses vinculados à Frente com os governos que já a reconhecem, para que o "governo provisório" seja "re-equilibrado" com a inclusão de 5 personalidades mais conservadoras. O que já é querer ganhar na mesa de negociações o que estão perdendo no campo de batalha. E aliás já receberam a resposta à altura do próprio representante diplomático do governo provisório, o padre Descoto: "os Estados Unidos não podem dizer como deve-

mos formar o nosso governo" adicionando que "estamos fartos dos Estados Unidos, entendeu, fartos!".

Quando se pergunta acerca do modelo de sociedade que deve suceder à ditadura somozista tem sido comum ouvirmos de dirigentes sandinistas a resposta de que o socialismo não está na ordem do dia porque a primeira tarefa consiste na reconstrução nacional. É muito provável que a ambigüidade venha do interesse de não romper hoje a unidade das forças democráticas no país. Mas se digo que a resposta é ambígua é porque evidentemente a "reconstrução nacional" não é uma tarefa neutra. Existem muitas vias de reconstrução. Pode-se fazê-lo como o recurso do capital estrangeiro por exemplo e o estímulo à propriedade privada, e pode-se também fazê-lo através de uma planificação central sob controle democrático e o estímulo à mobilização popular.

Também não se trata de hoje entrarmos a discutir as particularidades de um programa de governo. Não é isso o fundamental. Em Cuba o fundamental foi a consolidação do Exército Rebelde como expressão do povo em armas, no lugar do exército de Batista. A partir daí e a disposição elementar de responder às aspirações das massas, sem compromissos com a oligarquia, o processo revolucionário se afirmou.

Daí que o programa mínimo dos sandinistas — a mais ampla liberdade política, liquidação da Guarda Nacional, expropriação dos bens dos Somoza, nacionalização dos recursos naturais, controle de preços, etc. — aparece



Soldado da Guarda Nacional, recrutado antes de atingir a maioridade.

como uma boa base. Mas o fundamental será a dinâmica na qual entrem para tentar aplicá-lo. Se a via escolhida for a da negociação e colaboração com a burguesia, certamente esse próprio programa se desfigurará, diluído no tempo. A reconstrução nacional se fará com o

fácil apoio de capitais estrangeiros mas com o sacrifício das massas que derrubaram a ditadura. Se a via for a da mobilização das energias populares para enfrentar as desigualdades que virão, apoiados nessa força, a reconstrução ganhará um outro perfil.

FRANÇA

Desde os seus primeiros dias, o ano de 1979 significou para o governo francês o fim do período de "paz social" tão desejado depois da derrota da esquerda em março de 1978.

Vários conflitos surgiram nos mais diferentes setores: companhias de seguros, rádio e televisão, correios transportes ferroviários e principalmente na siderurgia.

O governo Giscard-Barre aproveitou a situação criada pela divisão PS/PC (e das respectivas centrais sindicais) para acelerar seu plano de reestruturação econômica que entre outras medidas incluía a "eliminação" dos setores considerados menos rentáveis. Foram assim fechadas várias fábricas no setor têxtil e nos estaleiros navais principalmente. Como tais setores estão altamente concentrados em certas regiões estas tendem a se transformar em "cidades mortas" pois os trabalhadores têm necessariamente que se deslocar para outro setor e outra região. Entre esses os trabalhadores estrangeiros são os mais atingidos e diversas medidas têm sido tomadas no sentido de obrigá-los a retornar ao seu país de origem.

Ao mesmo tempo o governo tenta solapar várias conquistas que a classe operária conquistou em anos de luta. Assim, a progressão salarial foi a mais baixa nesses últimos dez anos. O sistema de previdência social está sendo colocado em causa.

As manifestações fogem ao controle dos sindicatos

Tudo começou com o anúncio do governo no fim do ano da supressão de 20.000 empregos no setor siderúrgico da região de Lorena. Entre 1972 e 1978 já haviam sido suprimidos 30.000 empregos no mesmo setor sem maiores reações por parte dos operários e de suas direções sindicais que tinham em vista os períodos eleitorais onde era preciso evitar climas de turbulência social. O governo pensava poder novamente colocar em prática seu plano anti- crise sem levantar maiores resistências operárias. Mas apesar do inverno rigoroso o clima social começou a esquentar desmentindo a lógica governamental. Os trabalhadores reagiram e dessa vez as direções sindicais tiveram que "correr atrás" pois as ações impetadas transbordaram os aparelhos sindicais.

A resposta veio forte e violenta. A 21 de janeiro decretou-se a primei-

ra greve geral de toda a região de Lorena. Até mesmo os trabalhadores considerados "conservadores" (pequeno comércio, pequena indústria e profissionais liberais) associaram-se aos grevistas. Em Longwy, cidade de 30.000 habitantes, 20.000 manifestantes foram para as ruas. Até mesmo as explosões de violência nessa cidade — como o ataque à uma delegacia de polícia — contaram com a receptividade e apoio da maioria dos habitantes. De início, a Confederação Geral do Trabalho controlada pelos comunistas retomou o velho

As novas lutas operárias

Por Lucia Maria, de Paris

Diante da ofensiva dos patrões e do governo para resolver a crise econômica pela recessão e o desemprego, os trabalhadores franceses vêm dando mostras de uma renovada combatividade. Eles exigem, como os demais trabalhadores europeus, a semana de 35 horas de trabalho sem redução dos salários.

jargão chamando os "extremistas" de "provocadores", "elementos estranhos à classe operária" etc. Mas como a "violência" se tornou corriquei-

ra a CGT precisou mudar sua linguagem, adotando frases semi-feitas do tipo: "essa é uma violência compreendida e aceita pelo conjunto de trabalhadores".

Esse movimento, não enquadrado pelos velhos esquemas sindicais ou partidários (o PC se encontra bem implantado em Lorena e tem a prefeitura de Longwy) vai se estender a outras regiões. A 16 de fevereiro, a greve nacional da siderurgia transforma-se em greve geral nas regiões do Norte e das Ardenas, zonas proximamente atingidas pelas medidas de supressão dos empregos. Nesse mesmo dia, Longwy amanheceu ocupada pelos militantes sindicais: foram instaladas barreiras em todas as vias de acesso à cidade e vários serviços públicos como o correio por exemplo foram ocupados. Além disso os sindicalistas da CFDT instalaram uma rádio-pirata: rádio SOS-Emprego. Uma semana depois a televisão também foi ocupada. Os sindicalistas passaram a transmitir filmes e debates ao vivo sobre as manifestações. A polícia intervém e a população sai às ruas para cercar os policiais. Os dirigentes sindicais tentam inutilmente restabelecer a ordem. Os policiais ficam cercados durante dois dias e somente a intervenção de um deputado do PC — que negocia diretamente com o chefe de polícia — consegue restabelecer a calma na cidade.

A fática sindical na siderurgia

Esse mesmo tipo de ação violenta vai se reproduzir no Norte e em De-nain onde a liquidação do setor siderúrgico é também oficializada. Os enfrentamentos entre policiais e manifestantes se sucedem a cada dia. Na impossibilidade de destruir as rádios-piratas a polícia passa a "queimar" as transmissões tornando-as inaudíveis. Outras rádios surgem. A combatividade dos trabalhadores ameaçados pelo desemprego e

pela asfixia econômica não diminuiu. Ao contrário, se estendia para outros setores levantando outros problemas, como o do monopólio do Estado sobre os meios de comunicação etc.

Se no âmbito nacional reina a divisão entre as Centrais Sindicais, em Longwy prevalece a unidade sindical. É sem dúvida uma experiência única na França. Durante as manifestações, enquanto a CFDT ocupava a agência de correios e telecomunicações, a CGT bloqueava as vias de acesso à cidade e a CGC (sindicato dos executivos) ocupava a embaixada francesa do Luxemburgo. Esse tipo de ação apareceu portanto como um símbolo da determinação dos trabalhadores que se contrapõe às declarações das direções nacionais dos sindicatos. As direções locais das lutas recusaram as decisões e orientações sindicais nacionais no sentido de "negociar" o desemprego. Se identificaram com a reivindicação do conjunto dos trabalhadores para o qual era inaceitável qualquer desemprego.

A nível nacional embora a atitude de negociação com o governo fosse convergente cada central sindical se exprimia com uma linguagem diferente.

A CGT e o PCF foram os defensores do pior chauvinismo: defesa do potencial siderúrgico nacional que em última instância significava uma oposição à iniciativa de união com outros trabalhadores vizinhos (belgas, alemães, luxemburgueses) que se encontram na mesma situação ou resistem no setor há vários anos (como os trabalhadores da siderurgia alemã). Com essa política o PCF e a CGT acabaram entrando na lógica da divisão que o governo introduz no interior da classe operária entre trabalhadores franceses e trabalhadores estrangeiros.

Já a CFDT aceitava a diminuição de empregos na siderurgia em nome do realismo econômico e da situação de crise da economia mundial.

Mas os trabalhadores, independentemente das direções nacionais, tem um conjunto coerente de reivindicações: redução do tempo de trabalho para 35 horas semanais (atualmente a média é de 41 horas) sem redução de salário e a criação de uma 5.a equipe de trabalho rotativo sobretudo para os operários que trabalham junto a fornos de temperaturas elevadas. Tais medidas fariam

com que fossem criados e não reduzidos os empregos, além de permitir diminuir a produção. Por outro lado, a exigência crescente de solidariedade entre os trabalhadores europeus ameaçados pelo mesmo mal levou à criação de um "comitê das três fronteiras" reunindo os países mais próximos geograficamente e que vivem uma crise da siderurgia: França, Bélgica e Luxemburgo.

A dificuldade para uma coordenação nacional das lutas

A Siderurgia ofereceu, assim, um ponto de partida para a extensão das lutas sociais. Elas se desenvolvem fundamentalmente da luta pela defesa dos empregos e pela redução do tempo de trabalho (sem perda de salário) a fim de dividir o trabalho entre todos e compartilhar as inovações tecnológicas num sentido favorável aos trabalhadores.

Não obstante, uma coordenação dessas lutas, no plano nacional aparece cada vez mais prejudicada pelas próprias centrais sindicais.

Uma greve geral nacional é considerada pelas direções sindicais como uma proposta "aventureira". Elas tentam mostrar que a crise econômica é longa e profunda e que os sindicatos devem participar junto ao Estado e ao patronato da elaboração de uma nova estratégia econômica. Elas admitem apenas organizar ações esporádicas de grande efeito publicitário, como foi o caso da manifestação de 23 de março, organizada setorialmente pela CGT, quando as demais organizações sindicais não foram chamadas a participar. Em várias cidades o número dos que desejariam participar ficou reduzido pelo melos colocados à disposição como por exemplo o caso de uma cidade de 8.500 habitantes onde foi colocado apenas um ônibus para transportar os manifestantes até Paris. Por outro lado, nunca o governo esteve tão fraco. A aproximação das eleições presidenciais de 1981 faz com que os gaullistas se desolidarizem cada vez mais com a política apregoada por Giscard e Barre. E as interrogações crescentes que o movimento operário levanta atualmente pelas suas lutas estão longe de desembocar no jogo eleitoral em que o PS ou PC estão atolados. Estaríamos assim diante do terceiro escrutínio legislativo?



Luis Werneck Viana contra o Código do Trabalho: A classe operária não deve legitimar o capital

Luis Werneck Viana, cientista político, autor do livro "Liberalismo e sindicato no Brasil", é contra a elaboração de um Código do Trabalho pelos próprios trabalhadores. Ele acha que a classe operária não deve impor limitações à sua prática política. Werneck Viana é contra a extinção do imposto sindical e acha que o mais importante é a conquista da liberdade e da organização nas fábricas, pela classe operária.

Por Juarez Guimarães, de Minas

De uma forma simplificada, pode-se dizer que as duas características fundamentais do movimento operário-popular hoje são a autonomia diante do Estado e a procura de uma democracia de base. E parece que aí reside o grande conflito com a estrutura sindical atual que, no essencial, vincula o movimento à tutela do Estado e imprime uma organização vertical ao movimento operário...

Concordo com o que você disse e creio que o novo movimento operário brasileiro consiste no aparecimento de todo o sentido de movimentação caracterizado, em linhas gerais, por este conceito de democracia de base. A rigor, este é um fenômeno novo em força e intensidade que aparece entre nós e que, por si só, é contraditório com a estrutura corporativa que a CLT impõe. É contraditório na medida em que ele impõe a emergência da fábrica como uma nova unidade nas relações entre o capital e o trabalho. O espírito da CLT, e as instituições e procedimentos nela previstos, atuavam exatamente no sentido de abafar o mundo da fábrica. O Estado controlaria o sindicato e o sindicato, por sua vez, controlaria o movimento operário e, com isso, se tinha a fórmula de levar a política do Estado para dentro da classe operária. O que nós aprendemos agora — e ficou claro nas greves de maio de 1978 — é que, na prática, nos setores novos da classe operária, particularmente aqueles da indústria de ponta, esse esquema de relações imposto pela CLT já está em claríssima obsolescência. Como se sabe, a movimentação prevista em 1978 nasceu debaixo, embora ela tenha sido respaldada e bem interpretada pelo sindicato metalúrgico de São Bernardo. Por outro lado, a emergência da fábrica impõe necessariamente uma particularização nas reivindicações operárias. Não se luta, por exemplo, pela saúde do trabalhador em termos gerais, mas se luta pela saúde do trabalhador naquela fábrica, nas condições específicas daquela fábrica. A CLT disciplina em abstrato, em geral e nem pode ser de outra forma na medida em que ela é a sistematização de um conjunto de leis.

"A única forma de a classe operária impor um Sindicalismo democrático é se organizando nas fábricas"

A emergência da fábrica também por isso se opõe à estrutura corporativa. Uma outra questão que valeria a pena mencionar é que este tema é muito mais rico e válido, do que o tema da estrutura sindical visto isoladamente. Eu posso admitir um movimento que à nível da fábrica atue com liberdade, com autonomia em relação ao Estado e que coincida ainda com a estrutura corporativa

sindical. É possível você ter movimentação autônoma das bases e a estrutura corporativa sindical a um só tempo...

Como assim?

O que eu estou querendo precisamente dizer é o seguinte: a questão central não é a da estrutura corporativa. A questão central é a organização dos operários à nível da fábrica. Por mais que o tema da estrutura sindical seja importante para a classe operária — ela tem de reivindicar e conquistar liberdade e autonomia sindicais — isso é menos importante do que ela ter liberdade real a nível das fábricas, dela se organizar a nível das fábricas. E a única forma de a classe operária impor um sindicalismo democrático é ela ter força em baixo, nas fábricas.

"Só o reformismo mais desviado prevê a possibilidade de regulação das relações entre o capital e o trabalho"

Então, o que se proporia é a combinação, isto é, que a classe operária consiga expressar no plano político mais geral aquela prática de base, procurando generalizar as questões que ela já coloca na sua prática nas fábricas...

Certamente, e à medida em que essa prática democrática de base avance, tanto mais a classe operária vai entrar em conflito com a ordem sindical corporativa como também com o próprio regime autoritário. Eu gostaria, inclusive, de mencionar uma questão que tem me preocupado em relação a este tema de ordenação legal. Alguns documentos têm insistido na questão de que o movimento operário tem que propor um código de trabalho alternativo ao atual. Eu penso que a classe operária não tem que apresentar um código alternativo de trabalho. Se ela for fazer isso, implicitamente ela vai ter de reconhecer legitimidade ao capital, ao lucro. Ela vai ter de se impor limites. Mas evidentemente que a classe operária não age sozinha, não está sozinha no mundo. Ela está em um mundo onde a burguesia faz leis. O direito do trabalho é um direito burguês. A luta da classe operária é para que este direito burguês expresse as suas conquistas, mas sabendo bem que ele é sempre limitador de sua atividade. O que ela tem a dizer, do ponto de vista social, é quais são os princípios pelos quais ela se bate: greve, contratação coletiva do trabalho, defesa do trabalho do menor, da mulher participação no PIS, PASEP, no BNH além de lutar pela sua autonomia e liberdade. Mas não que ele por iniciativa própria proponha uma sistemática para regular as relações entre o capital

e o trabalho. Só o reformismo mais desviado é que prevê a possibilidade dos líderes sindicais mais importantes do país se reunirem no topo de uma serra e, ao cabo de alguns dias, voltassem ao mundo urbano-industrial com uma proposta de regulação das relações entre o capital e o trabalho.

A gente poderia concluir, então, que a classe operária na luta por um novo ordenamento sindical não deveria rebaixar as suas bandeiras, procurando alargar ao máximo o seu campo de atuação, as suas conquistas...

Inclusive colocando questões que estejam até no limite com o próprio sistema de relações entre o capital e o trabalho...

E, sabendo, no foro para onde estas questões forem encaminhadas, tendo clareza que ela tem de reivindicar essa natureza de direito restrito sobre o qual os seus antagonistas vão impor restrições.

Uma outra questão polêmica é a da estabilidade. O que você pensa a respeito?

Eu acho que essa questão da estabilidade não vem sendo tratada com a seriedade que merece. Não há capitalismo que conceda a estabilidade à força de trabalho que está subordinado a ele a partir do primeiro dia de

trabalho. O capitalismo que fizer isto está morto, não vai ter condições de se reproduzir como tal. A meu ver, a luta é menos pela estabilidade e mais contra a rotatividade. Não é um jogo de palavras. Através do contrato coletivo de trabalho pode-se impor ao capital um sistema que não favoreça a dispensa em massa. Por exemplo, a rotatividade hoje existente no Brasil é utilizada para renovar a força de trabalho, para substituir uma geração de mais de 35 anos de idade que já apresenta sinais de exaustão e de maior consciência de classe por uma força de trabalho mais jovem. Então se imporia a regra de que a cada dois trabalhadores demitidos, o trabalhador despedido seja o mais jovem, protegendo-se assim o trabalhador mais velho. Ou ainda que a partir de um determinado número de dispensas a empresa seja obrigada a justificar diante de uma junta paritária de trabalhadores e empresários os motivos da dispensa. Se não for por motivos de racionalização da produção, que os trabalhadores despedidos voltem aos seus lugares. As categorias podem ganhar isso também, através de imposição de cláusulas no contrato coletivo de trabalho, garantias contra a rotatividade. Agora, é diferente que se já dada estabilidade ao dirigente sindical e ao líder de fábrica. Enfim: vo-

cê definir arbitrariamente que a partir do primeiro dia de trabalho, cada trabalhador obtenha a estabilidade na empresa é bastante fantasista e, por isso mesmo, ela não vai responder bem à realidade.

Me parece que uma outra dificuldade é a de se pensar uma estrutura favorável ao mesmo tempo ao grande, médio e pequeno sindicalismo.

"A luta é menos pela estabilidade e mais contra a rotatividade"

Sim, esta é uma dificuldade muito grande. Não há dúvida que a iniciativa está nas mãos do grande sindicalismo. Foi ele quem se mobilizou em primeiro lugar contra a ordem autoritária, contra a estrutura sindical corporativa e pela reivindicação salarial. Contudo, para um projeto de lutas mais avançado, e mesmo para a luta contra a CLT, o grande sindicalismo tem de encontrar a solidariedade no pequeno e médio sindicalismo brasileiro. Para tanto, ele tem de formular uma proposta que seja capaz de atrair estes setores. A campanha por um salário mínimo unificado nacional é uma proposta importante neste sentido. O mesmo, eu creio, não se dá quando o grande sindicalismo repudia o chamado imposto sindical. O pequeno e médio sindicalismo não tem como subsistir sem o imposto sindical.

Essa sua avaliação não estaria pressupondo que o sindicato continuaria com uma estrutura de gastos como a atual, inchada pela prática assistencialista?

O próprio Sindicato de São Bernardo que lidera à nível nacional a luta contra o imposto sindical e essa estrutura de gastos deformada pela prática assistencialista, não conseguiu criar uma alternativa. A estrutura de gastos de São Bernardo hoje é a mesma de cinco anos atrás. O orçamento também está comprometido com o assistencialismo. Esta é uma prática entre nós de quase quarenta anos de vida. Ela dá resposta a uma situação real, a da ineficiência do serviço da previdência social.

Mas, então, se trataria de reivindicar a extinção progressiva. E é nesse sentido que vem sendo reivindicada, e não uma extinção abrupta. A medida que for se reformulando a prática sindical, a consciência sobre o papel do sindicato...

Agora, você tem de reparar que o poder de barganha do pequeno e médio sindicalismo é muito baixa.

Então, essa transição seria em um ritmo mais demorado, mais compassado.

Eu tenho uma posição muito polêmica sobre o imposto sindical. Eu sou a favor da manutenção do imposto sindical, inclusive de acordo com a proposta formulada pelo MDB nas últimas eleições. À medida em que esse dinheiro é um dinheiro operário, é um dia de trabalho de cada trabalhador, que ele seja repassado sem a interferência do Estado. Se esse dinhei-

ro em quarenta anos serviu para controlar a classe operária, que agora sirva à sua emancipação.

Quer dizer: essa sua proposta teria o mesmo sentido de resguardar a autonomia do sindicato...

Você ganha autonomia, em primeiro lugar, na prática: eis a questão fundamental. E, em segundo lugar, legal. E se você impõe uma nova disciplina para o imposto sindical, que ele não sirva de instrumento de controle da classe operária, qual o problema? Não se trata de criar um sindicalismo livre e franco, mas um sindicalismo livre e forte. Eu acho que no Piauí, no Ceará, no Pará, na Amazônia é positivo o papel também assistencialista do sindicato. O problema é como esse assistencialismo se cumpre. O socorro mútuo, uma criação da classe operária livre do começo do século, é uma forma de assistencialismo praticada por uma classe operária contestatária do capitalismo. Por que a classe operária não pode participar, em algum nível da defesa das condições de saúde dos seus indivíduos, contribuindo subletivamente na previdência? Por que este dinheiro do imposto sindical não pode ser aplicado em cursos técnicos, de formação sindical, de organização do lazer?

"Eu sou a favor da manutenção do Imposto Sindical"

Para terminar: como você vê a possibilidade do capitalismo brasileiro se manter em um contexto onde a classe operária esteja continuamente pondo freio a exploração do capital através do sistema da contratação coletiva?

Pesquisas do IBGE têm demonstrado que o peso salarial no custo da produção industrial não passa de 5 por cento, o que é um indicador excelente da capacidade da política do arrocho salarial exercer uma ação selvagem expropriadora sobre a classe operária. O custo total da força de trabalho da Volkswagen no Brasil é de 8 por cento; na Alemanha é de 35 por cento. Há uma folga imensa aí que permite a duplicação desse peso relativo do salário no Brasil e ainda fica muito distante do que ocorre na Alemanha. O sistema de contratação coletiva do trabalho constitui num instrumento capaz de por fim a esse mecanismo de expropriação selvagem, tendendo a aproximar os salários brasileiros de níveis internacionais. Agora, voltando à questão do pequeno e médio sindicalismo, a contratação coletiva para estes setores tem pouco efeito pelo simples fato de que eles têm poder de barganha. E a proposta que existe por aí, e que me parece razoável, é a da fixação de alguns pontos principais que abarcaria a todo o sindicalismo, tais como férias, direito à saúde, trabalho da mulher e do menor com o adiantamento de conquistas novas — direitos elementares e comuns a todo o movimento operário — deixando-se um espaço para ganhar no mercado aquilo que tem direito em função da produtividade e tudo mais.



Luis Werneck Viana

Secundaristas em Porto Alegre Greve pela readmissão de professor

Um professor demitido. Estudantes propõem diálogo. Diretora do colégio responde: oitenta brigadianos, oito camburões, cães, pancadaria, prisões. Greve. Comando terrorista, num Volks azul, sem placas, atira contra integrantes do Comando de Greve: uma estudante baleada. É o movimento estudantil no Instituto Kennedy, no bairro operário Sarandi, em Porto Alegre. Lutando pela readmissão do professor, os estudantes já contam com o apoio dos pais e moradores do Sarandi.

Da Sucursal de Porto Alegre



O Comando de Greve reúne-se com os deputados do MDB, Copetti e Ferrari

que além de se assessorar com a Brigada Militar e policiais do DOPS, inicialmente recusou-se a qualquer diálogo, e até agora não apresentou nenhuma justificativa aceitável para a demissão do professor Clóvis.

A notícia de demissão do professor José Clóvis de Azevedo caiu como uma bomba sobre os alunos do Instituto Educacional Presidente Kennedy, no bairro operário de Sarandi, em Porto Alegre. Trabalhando há nove anos no estabelecimento, o professor é muito estimado pelos alunos, não só pelo seu comportamento democrático em sala de aula, como pelo conteúdo dos debates que promovia.

Sabedores da demissão, os alunos exigiram da direção da escola esclarecimentos. A resposta da diretoria não deixou dúvidas: Oitenta brigadianos, oito camburões, cães, pancadaria e a prisão de dois alunos, deixaram muito claro com quem os alunos estavam lidando. Essa senhora da ARENA, prima do Senador biónico Tarso Dutra, de quem exibe um retrato na sala dos professores, não podia admitir qualquer "indisciplina" no colégio que, além de dirigir, é de sua propriedade.

Mas a atitude repressiva e intransigente da diretoria teve o efeito inverso ao desejado. Ao invés de intimidar os alunos, aguçou a sua disposição de luta. A greve foi decretada dia 15 de junho e hoje, com mais de três semanas de duração, promete só acabar com o atendimento das reivindicações dos alunos.

Os motivos

Para o professor Clóvis os motivos da sua demissão são claramente políticos. Ativo militante do MDB, já havia sido antes censurado pela sua atuação destacada na greve dos professores. Além disso há muito tempo, como professor, vinha desenvolvendo atividade de esclarecimento junto aos seus alunos da realidade social, política

e econômica brasileira contribuindo dessa forma para o avanço de sua entidade — o GRÊMIO ESTUDANTIL e das reivindicações dentro da escola. No entanto, vê a sua demissão apenas como um estopim para a explosão de um descontentamento acumulado em anos de repressão.

A greve

A situação do Colégio Presidente Kennedy é apenas um exemplo da realidade da esmagadora maioria das escolas, onde o sistema educacional é todo baseado na repressão pura e simples. No Presidente Kennedy a direção da escola não tem a menor condição de assimilar qualquer reivindicação dos alunos, tratando qualquer questão, desde críticas aos conteúdos de certas disciplinas, até os pedidos de reabertura do Grêmio da escola como questão de disciplina.

Um exemplo dessa rigidez aconteceu recentemente quando um professor que pregava a existência de raças inferiores e superiores como explicação para as desigualdades econômicas, foi amplamente questionado pelos alunos. O caso foi logo tratado como indisciplina e o líder natural do grupo foi sumariamente expulso da escola.

A greve começou pacífica por parte dos alunos, mas desde o início foi tumultuada pela direção da escola,

era outro. Simplesmente, criar um clima de terror e apavoramento entre os alunos para que desistissem da greve e voltassem às aulas.

No dia seguinte, o Comando de Greve procurou parlamentares, denunciou à imprensa o ocorrido e apesar de toda a evidência da intervenção policial e de uma jovem ter sido baleada, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades policiais ou pelo governador do Estado.

A resposta dos estudantes foi a manutenção da greve e, além da volta do professor demitido, do retorno do colega Jorge Guedes que foi exulso no primeiro dia de greve, da recuperação das aulas perdidas, da abertura do Grêmio Estudantil e participação nos Conselhos de Classe, partem agora para uma luta maior e bem mais importante: a encampação da escola pelo poder público.

O bairro Sarandi, eminentemente de trabalhadores, é um dos bairros de menor renda média de Porto Alegre e um dos mais mal servidos pelos serviços públicos. As escolas de 2.º grau existentes são particulares apesar do bairro contar com mais de 60 mil habitantes.

O movimento que ganhou força no bairro e está sendo apoiado pelos pais e moradores já conta com mais de seis mil assinaturas no abaixo-assinado que pede a encampação da escola pelo poder público e a demissão, por falta de condições para o cargo, a diretora Giselda Escouto.